



INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS POLICIAIS E SEGURANÇA INTERNA
VI CURSO DE COMANDO E DIREÇÃO POLICIAL

Trabalho Individual Final

**Encerramento noturno seletivo de esquadras da PSP na
Divisão Policial de Câmara de Lobos**

Auditor

Adelino Oliveira Camacho

Lisboa, 9 de outubro de 2025

“A sociedade portuguesa é receptiva à inovação, mas bloqueada à mudança.”

— Paulo Machado, comunicação pessoal, 2025

Lista de Siglas e Abreviaturas

AIMA	-	Agência para a Integração, Migrações e Asilo
AO/CRM	-	Área de Operações do Comando Regional da Madeira
CCCO	-	Centro de Comando e Controlo Operacional
CCTV	-	Circuito Fechado de Televisão
CIEXSS	-	Centro de Inativação e Segurança em Subsolo
CLS	-	Contratos Locais de Segurança
CPP	-	Código de Processo Penal
CRP	-	Constituição da República Portuguesa
CRM	-	Comando Regional da Madeira
CSP	-	Corpo de Segurança Pessoal
DNA	-	Diretor Nacional Adjunto
DPCL	-	Divisão Policial de Câmara de Lobos
DREM	-	Direção Regional de Estatística da Madeira
DSACF	-	Divisão de Segurança Aeroportuária e Controlo Fronteiriço
EISU	-	Estratégia Integrada de Segurança Urbana
FDUEP	-	Força Destacada da Unidade Especial de Polícia
GCS	-	Gabinete Coordenador de Segurança
GNR	-	Guarda Nacional Republicana
GOC	-	Grupo Operacional Cinotécnico
IA	-	Inteligência Artificial
IGAI	-	Inspeção-Geral da Administração Interna
INE	-	Instituto Nacional de Estatística
LOP	-	Lei Orgânica da Polícia de Segurança Pública
LSI	-	Lei de Segurança Interna
MOR_P	-	Plano de Modernização e Valorização da PSP
NRH/CRM	-	Núcleo de Recursos Humanos do Comando Regional da Madeira
PSP	-	Polícia de Segurança Pública
RAM	-	Região Autónoma da Madeira
RASI	-	Relatório Anual de Segurança Interna
RCM	-	Resolução do Conselho de Ministros

RGPD	-	Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados
RUP	-	Região Ultraperiférica da União Europeia
SGSSI	-	Secretário-Geral do Sistema de Segurança Interna
SSI	-	Sistema de Segurança Interna
UEP	-	Unidade Especial de Polícia
TIF	-	Trabalho Individual Final
VR1	-	Via Rápida n.º 1 (Madeira)

Índice de Figuras

	Pág
Figura 1 - Comando Regional da PSP – Sede no Funchal	16
Figura 2 - Organograma do Comando Regional da Madeira	16
Figura 3 - Distribuição dos efetivos do CRM por categorias profissionais (junho de 2025)	17
Figura 4 - Distribuição dos efetivos das esquadras da DPCL (junho de 2025)	18
Figura 5 - Brasão do Comando Regional da Madeira	19
Figura 6 - Evolução da atividade Policial (2022-2025)	20
Figura 7 - Evolução comparada da criminalidade por esquadra (2021–2025)	120
Figura 8 - Produtividade operacional da DPCL (Detenções vs Operações)	121
Figura 9 - São Vicente - Centro	123
Figura 10 - Ponta do Sol - Centro histórico	128
Figura 11 - Ribeira Brava - Centro	132
Figura 12 - Porto Moniz - Centro	136

Índice de tabelas

	Pág
Tabela 1 - Meios materiais principais das esquadras da DPCL (2025)	18
Tabela 2 - Criminalidade participada por esquadra (2021–2025)	118
Tabela 3 - Detenções e operações policiais (2021–2025)	119
Tabela 4 - Infrações rodoviárias e atendimentos presenciais (2021–2025)	119
Tabela 5 - Dados gerais e principais equipamentos públicos do concelho de São Vicente (2021)	127

Índice

Lista de Siglas e Abreviaturas	2
Índice de Figuras	4
Índice de tabelas	5
Resumo	10
Abstract.....	11
Capítulo 1 - Enquadramento Geral da Investigação	12
1. Introdução.....	12
Capítulo 2 – Diagnóstico Institucional	14
2. Diagnóstico Institucional.....	14
2.1 Localização e enquadramento territorial da RAM	14
2.2 Enquadramento legal e competências	14
2.3 Caracterização sociodemográfica da RAM	14
2.4 História e missão	15
2.5 Estrutura e atribuições do CRM	15
2.6 DPCL – Caracterização territorial e populacional.....	17
2.7 Esquadras da DPCL: efetivos e meios.....	17
2.8 Identidade institucional.....	19
2.9 Recursos Humanos (NRH/CRM, 2015–2023).....	19
2.10 Indicadores criminais e operacionais da RAM.....	20
2.10.1 Evolução da atividade policial (2022–2025).....	20
2.10.2 Criminalidade e produtividade operacional da DPCL (2021–2025).....	21
2.11 Mobilidade e impactes territoriais na segurança pública.....	21
2.12 Experiências de reorganização territorial e limitações institucionais.....	21
2.13 Síntese conclusiva	21
Capítulo 3 – Estado da arte.....	23
3.1 Introdução.....	23
3.2 A evolução dos paradigmas de policiamento.....	23
3.3 Racionalização organizacional e gestão estratégica de recursos	23
3.4 Policiamento comunitário e legitimação institucional.....	24
3.5 As acessibilidades e a reorganização territorial: contributos académicos madeirenses	24

3.6 Experiências nacionais de reorganização e exclusividade da PSP nas Regiões Autónomas	24
3.7 Fragilidades estruturais e contributo dos relatórios da IGAI.....	25
3.8 Síntese conclusiva	25
Capítulo 4 – Metodologia.....	26
4.1 Enquadramento metodológico.....	26
4.2 Paradigma e desenho da investigação	26
4.3 Objetivos e perguntas de investigação.....	26
4.4 Universo e amostra	27
4.5 Instrumentos de recolha de dados.....	27
4.6 Procedimentos de análise dos dados.....	27
4.7 Considerações éticas.....	28
4.8 Limitações metodológicas	28
4.9 Síntese conclusiva	28
Capítulo 5 – Procedimento e Análise dos Resultados	29
5.1 Introdução.....	29
5.2 Entrevistas a Oficiais Superiores de Direção (Testemunhas A–D)	29
5.3 Entrevista ao Dirigente Sindical (Testemunha E).....	29
5.4 Entrevistas a Jornalistas Regionais (Testemunhas G, AA e AB).....	30
5.5 Entrevistas a Autarcas e Órgãos de Poder Regional.....	30
5.6 Entrevistas a Oficiais Superiores no Comando Regional (Testemunhas F, U e V).....	31
5.7 Ausência de Chefes e Subcomissários (Testemunhas Intermédias)	31
5.8 Entrevistas a Agentes da DPCL (Testemunhas K–T)	31
5.9 Entrevistas a Representantes Institucionais da RAM (Testemunhas X e Z)	32
5.10 Entrevista ao Representante de Ordem Profissional (Testemunha AC)	32
5.10.1 Documento espontâneo – Carta anónima	32
5.11 Síntese Integrada dos Resultados.....	32
5.12 Síntese final	33
Capítulo 6 – Discussão dos Resultados	34
6.1 Introdução.....	34
6.2 Interpretação crítica dos resultados empíricos.....	34
6.3 Implicações teóricas	35
6.4 Implicações práticas	35
6.5 Limitações e perspetivas futuras.....	35

6.6 Síntese conclusiva	36
Capítulo 7 – Conclusões	37
7.1 Síntese global do estudo	37
7.2 Principais conclusões.....	37
7.3 Implicações teóricas	38
7.4 Implicações práticas	38
7.5 Limitações e perspetivas futuras.....	39
7.6 Conclusão final.....	39
8. Referências	41
Bibliografia.....	41
Legislação.....	42
Documentos institucionais.....	42
Fontes eletrónicas	43
Entrevistas e observação empírica.....	43
9. Anexos e elementos complementares	46
Apêndice 10 – Entrevistas	60
10.1 - Quadro A – Síntese das entrevistas	109
Apêndice 11 – Observação participante	112
Apêndice 12 - Carta Anônima	115
Apêndice 13 – Dados Estatísticos da DPCL (2021–2025).....	118
13.1 Introdução.....	118
13.2 - Evolução comparada da criminalidade por esquadra (2021–2025)	120
13.3 - Produtividade operacional da DPCL (Detenções vs Operações)	121
13.4 Nota metodológica.....	121
Apêndice 14 – Caracterização territorial e operacional das esquadras da DPCL	122
14.1 Introdução.....	122
14.2 Estrutura e metodologia de observação	122
14.3 São Vicente	122
14.4 Ponta do Sol.....	128
14.5 Ribeira Brava.....	132
14.6 Porto Moniz.....	136
14.7 Considerações transversais	140
14.8 Remissões internas e cruzamento empírico.....	141

14.9 Nota metodológica geral..... 141

Resumo

O estudo analisou a viabilidade jurídico-operacional do encerramento noturno seletivo de esquadras da Polícia de Segurança Pública na Divisão Policial de Câmara de Lobos, inserida na Região Autónoma da Madeira. Partiu-se da constatação de constrangimentos estruturais de recursos humanos e da necessidade de racionalizar meios sem comprometer a proximidade policial e a confiança pública. De natureza empírico-reflexiva, a investigação combinou entrevistas semiestruturadas, análise documental e observação participante, permitindo cruzar perspetivas institucionais, sindicais e comunitárias com dados oficiais. A triangulação metodológica assegurou validade e coerência científica. Os resultados indicam consenso quanto à inevitabilidade da racionalização organizacional, mas também a perceção de que a presença policial visível é indispensável à legitimidade institucional. O encerramento noturno seletivo mostra-se juridicamente admissível e tecnicamente viável, desde que acompanhado por mecanismos compensatórios: patrulhamento móvel, integração tecnológica e comunicação transparente. Conclui-se que a racionalização policial deve equilibrar eficiência e legitimidade democrática, configurando uma exigência ética da governação da segurança pública. O estudo oferece contributos teóricos e práticos para a modernização organizacional da PSP e para a consolidação de uma polícia de proximidade e confiança.

Palavras chave: encerramento noturno de esquadras; policiamento comunitário; racionalização organizacional; legitimidade institucional; eficiência operacional; confiança pública.

Abstract

The study analysed the legal and operational feasibility of the selective night-time closure of Police Public Security (PSP) stations within the Câmara de Lobos Police Division (DPCL), located in the Autonomous Region of Madeira (RAM). It stemmed from the recognition of structural constraints in human resources and the need to rationalise operational means without undermining police proximity or public trust. Empirical and reflexive in nature, the research combined semi-structured interviews, document analysis, and participant observation, allowing the integration of institutional, union, and community perspectives with official data. Methodological triangulation ensured both scientific validity and internal coherence. The findings reveal a broad consensus regarding the inevitability of organisational rationalisation, while highlighting that visible police presence remains essential to institutional legitimacy. The selective night-time closure of police stations is legally permissible and technically viable, provided it is supported by compensatory mechanisms such as mobile patrolling, technological integration and transparent communication. The study concludes that police rationalisation must balance efficiency and democratic legitimacy, constituting an ethical requirement of modern public security governance. It offers both theoretical and practical contributions towards the organisational modernisation of the PSP and the consolidation of a proximity-based, trust-oriented police service.

Keywords: selective night-time closure; community policing; organisational rationalisation; institutional legitimacy; operational efficiency; public trust.

Capítulo 1 - Enquadramento Geral da Investigação

1. Introdução

A segurança pública constitui condição essencial do Estado de Direito democrático, expressamente consagrada no artigo 272.º da Constituição da República Portuguesa (CRP) e desenvolvida na Lei de Segurança Interna (LSI). A Polícia de Segurança Pública (PSP), força de natureza civil, uniformizada e armada, tem como atribuições garantir a legalidade democrática, proteger os direitos fundamentais e assegurar a ordem e tranquilidade públicas. Como sublinha Bayley (1994), a eficácia das organizações policiais contemporâneas depende da sua capacidade de adaptação às transformações sociais e da gestão racional dos recursos humanos. A PSP enfrenta, assim, o desafio permanente de compatibilizar eficiência operacional com legitimidade democrática, princípios centrais da governação moderna da segurança pública.

Na Região Autónoma da Madeira (RAM), estas competências são exercidas pelo Comando Regional da Madeira (CRM), presente em todos os municípios do arquipélago. O presente estudo incide sobre a Divisão Policial de Câmara de Lobos (DPCL) e analisa a viabilidade jurídico-operacional do encerramento noturno seletivo de determinadas esquadras, sobretudo em localidades de menor incidência criminal.

A pertinência desta investigação radica em três fatores principais: as limitações estruturais de recursos humanos, que condicionam o funcionamento contínuo das esquadras; a necessidade de redistribuição eficiente dos meios perante o alargamento das competências policiais; e os baixos índices de criminalidade, associados à reduzida procura de atendimento presencial no período noturno. Estes elementos, sustentados por dados oficiais (cf. Capítulo 2 e Apêndice 13), suscitam a reflexão sobre como racionalizar o dispositivo policial sem comprometer a proximidade nem a perceção de segurança da população.

O estudo procura determinar se o encerramento noturno seletivo de determinadas esquadras da PSP na DPCL é juridicamente admissível e operacionalmente viável, garantindo eficiência organizacional sem afetar a confiança comunitária.

Em termos metodológicos, a investigação adota uma abordagem empírico-reflexiva que combina entrevistas semiestruturadas, análise documental e observação participante, permitindo cruzar discursos institucionais, práticas operacionais e dados estatísticos de forma coerente e rigorosa. O campo de aplicação articula-se entre os imperativos constitucionais de proteção dos direitos fundamentais e as exigências práticas de racionalização dos efetivos. A investigação desenvolve-se em quatro etapas interligadas: a revisão normativa e documental, que abrange a CRP, a LSI, os instrumentos estratégicos da

PSP e os dados oficiais de criminalidade e recursos humanos; a recolha de perspetivas institucionais e comunitárias, através de entrevistas a dirigentes policiais, autarcas e representantes locais; a observação participante, centrada no funcionamento das esquadras no período noturno e na avaliação da procura de atendimento e do impacto do patrulhamento; e, por fim, a integração e análise crítica dos dados recolhidos, com vista à formulação de conclusões juridicamente fundamentadas e propostas de solução.

A metodologia segue o paradigma qualitativo, assente na triangulação de fontes jurídicas, estatísticas e testemunhais, reforçando a objetividade e a consistência da análise. Os meios humanos incluem oficiais da PSP, antigos dirigentes e representantes comunitários; os meios materiais abrangem bases estatísticas oficiais e documentação normativa. Estas etapas encontram-se sintetizadas no cronograma metodológico apresentado no Capítulo 4 – Metodologia.

A investigação é conduzida em conformidade com as boas práticas científicas, em linha com os princípios metodológicos de Creswell e Poth (2018) e Flick (2018). Pergunta de partida: em que medida o encerramento noturno seletivo de esquadras da PSP na DPCL é juridicamente admissível e operacionalmente viável, sem comprometer a confiança pública nem a perceção de segurança das comunidades locais? Em suma, o estudo propõe uma reflexão crítica sobre a tensão entre eficiência operacional e legitimidade simbólica, apontando caminhos que assegurem a racionalização de recursos sem abdicar da confiança pública nem da proximidade policial, pilares fundamentais do sistema de segurança interna.

Capítulo 2 – Diagnóstico Institucional

2. Diagnóstico Institucional

2.1 Localização e enquadramento territorial da RAM

A RAM constitui uma das Regiões Ultraperiféricas (RUP) da União Europeia, integrando o território nacional com estatuto político-administrativo próprio. Situada no Atlântico Norte, é formada pelas ilhas da Madeira e do Porto Santo e pelas desabitadas Desertas e Selvagens. O arquipélago apresenta especificidades territoriais que influenciam a organização dos serviços públicos, incluindo os de segurança, pela conjugação de fatores como dispersão geográfica, orografia acentuada e dependência de acessos marítimos e aéreos.

2.2 Enquadramento legal e competências

Na RAM, a PSP exerce as suas atribuições através do CRM. O quadro normativo da sua atuação assenta no artigo 272.º da CRP, que define as funções policiais de defesa da legalidade democrática, salvaguarda da segurança interna e proteção dos direitos fundamentais, e na Lei n.º 53/2007, de 31 de agosto (Lei Orgânica da PSP – LOP), que estabelece competências em todo o território nacional, incluindo as Regiões Autónomas. A Lei n.º 53/2008, de 29 de agosto - LSI, alterada pela Lei n.º 59/2015 e pelo Decreto-Lei n.º 49/2017, criou o Sistema de Segurança Interna (SSI) e atribuiu ao Secretário-Geral (SGSSI) a coordenação operacional das forças de segurança, representado na RAM por delegado próprio.

A PSP coopera com a Agência para a Integração, Migrações e Asilo (AIMA), ao abrigo da Lei n.º 73/2021 e do Decreto-Lei n.º 41/2023, em matéria de controlo documental e vigilância aeroportuária, no âmbito do Código de Processo Penal (CPP). O regime específico da PSP na RAM decorre da Resolução do Conselho de Ministros n.º 44/2007, complementado pela Diretiva Estratégica n.º 1/2025 e pela Estratégia Integrada de Segurança Urbana (EISU, RCM n.º 91/2023), articuladas com o Programa do XXV Governo Constitucional (2025), que prioriza a racionalização territorial e a integração tecnológica.

2.3 Caracterização sociodemográfica da RAM

Segundo os Censos 2021 (INE/DREM, 2022), a RAM regista 251 060 residentes, número que em 2023 ascende a 256 622 (DREM, 2024), o valor mais elevado desde 2015, correspondendo a 320,3 hab./km². O perfil etário evidencia forte envelhecimento: 20,9 % da

população tem 65 ou mais anos, face a 12,2 % de jovens com menos de 15, resultando num índice de 171,5 idosos por 100 jovens. Este quadro demográfico afeta diretamente a procura e configuração dos serviços públicos, nomeadamente os de segurança, onde se situam as esquadras objeto deste estudo. Na costa sul (Ribeira Brava, Ponta do Sol e Calheta) observam-se densidades médias a elevadas, maior dinamismo económico e boas acessibilidades pela Via Rápida nº 1 Madeira (VR1), ainda que com sinais de envelhecimento. Já na costa norte (São Vicente e Porto Moniz) prevalecem baixas densidades e regressão demográfica, fatores que condicionam a sustentabilidade comunitária e impõem maiores exigências aos serviços públicos (cf. Apêndice 13).

2.4 História e missão

O CRM remonta a 1878, com a criação do primeiro Comissariado de Polícia do Funchal, marco inicial da presença policial organizada na RAM. Desde então, a instituição evoluiu em paralelo com o processo de autonomização administrativa da região, consolidando-se como a principal força de segurança com competência territorial plena no arquipélago. A missão do CRM enquadra-se na vocação nacional da PSP, enquanto força de segurança de natureza civil e âmbito nacional, incumbida da preservação da ordem pública, da prevenção da criminalidade e da proteção dos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos (cf. LOP, art.º 5.º). Em contexto insular, este papel assume particular relevância, dada a dispersão geográfica e as condicionantes orográficas que exigem uma organização adaptada às especificidades locais. A capacidade de resposta do CRM evidencia-se igualmente em situações excecionais. Exemplo paradigmático foi a cerca sanitária implementada em abril de 2020 no concelho de Câmara de Lobos, em plena pandemia de COVID-19, medida concretizada em estreita articulação com autoridades locais e de saúde pública, ilustrando a adaptabilidade do dispositivo policial regional.

2.5 Estrutura e atribuições do CRM

O CRM, sediado no Funchal, assegura a execução das atribuições da PSP na RAM, garantindo cobertura aos 11 concelhos, incluindo Porto Santo.



Figura 1 - Comando Regional da PSP – Sede no Funchal.

Fonte: PSP – Comando Regional da Madeira, www.dnoticias.pt, 12/07/2019.

Integra quatro divisões policiais (Funchal, Machico, Câmara de Lobos e DSACF) e treze subunidades territoriais, incluindo Porto Santo. Dispõe ainda da FDUEP, que agrega o CSP, o GOC e o CIEXSS.

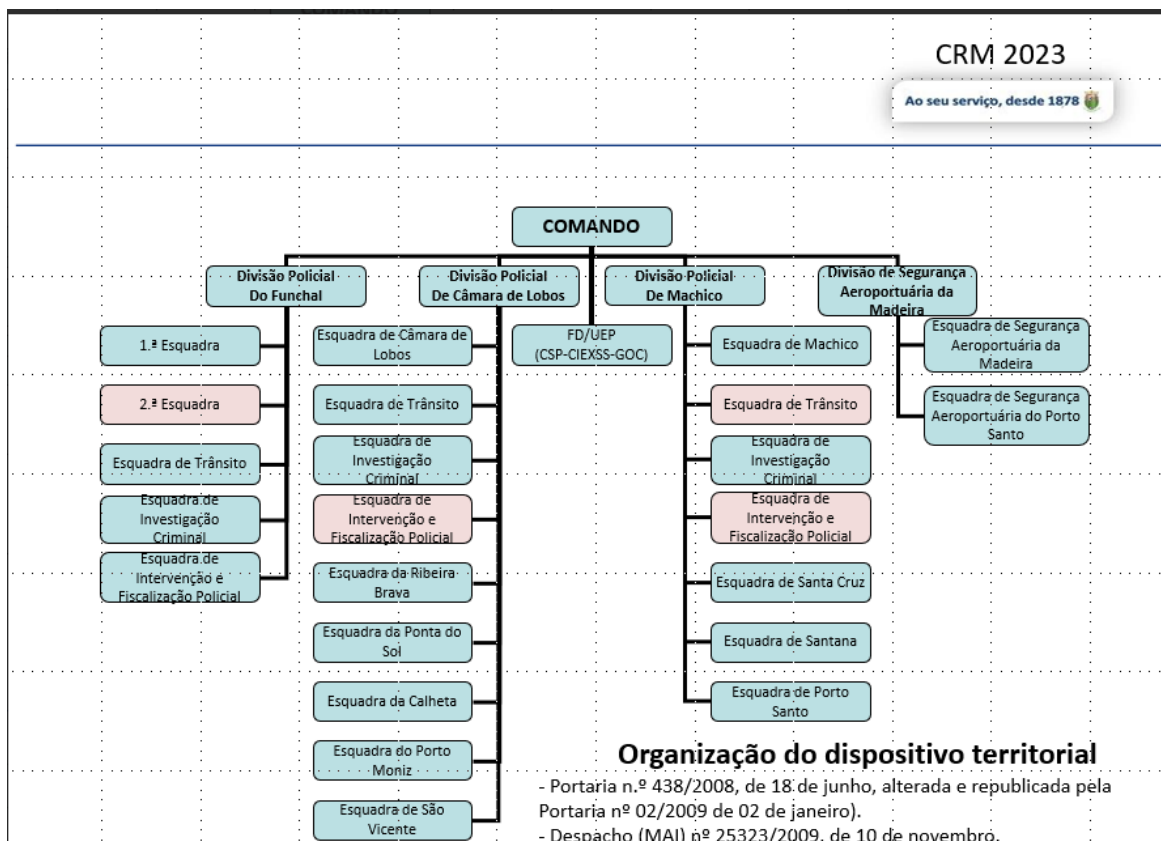


Figura 2 - Organograma do Comando Regional da Madeira

Fonte - Fonte Manual de Procedimentos (no âmbito da Qualidade) disponível na intranet do CRM - NRH 2025.

Em junho de 2025, o dispositivo regional é composto por 748 elementos (28 oficiais, 73 chefes, 636 agentes e 11 civis), com concentração maioritária na Divisão do Funchal (NRH – CRM, 2025).

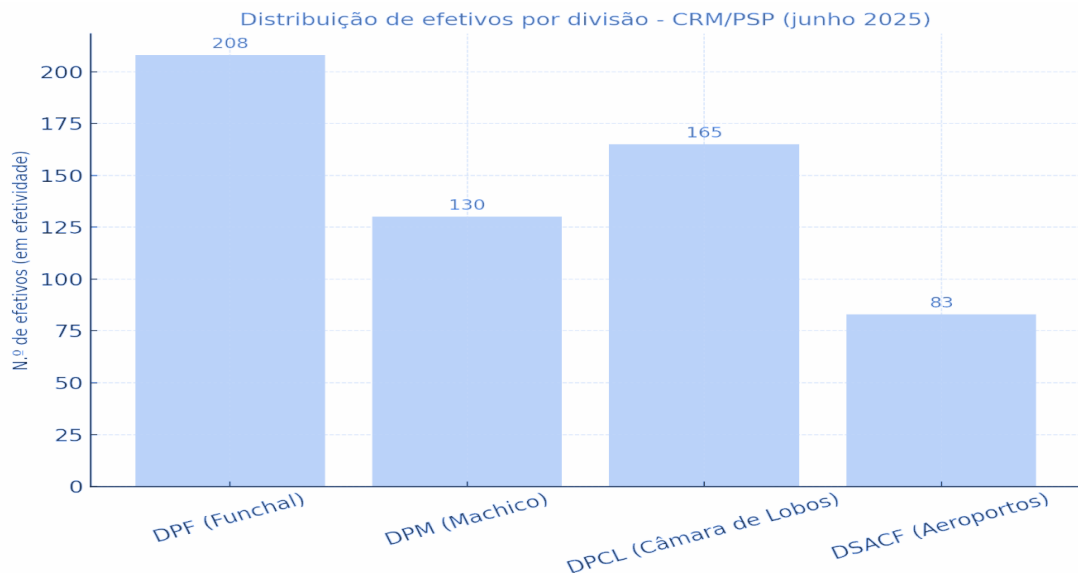


Figura 3 - Distribuição dos efetivos do CRM por categorias profissionais (junho de 2025)
 Fonte: NRH – CRM/PSP, 2025.

2.6 DPCL – caracterização territorial e populacional

A DPCL é composta por seis esquadras – Câmara de Lobos (sede), Ribeira Brava, Ponta do Sol, Calheta, São Vicente e Porto Moniz, e abrange cinco concelhos com o mesmo nome, combinando realidades contrastantes. Câmara de Lobos concentra a maior densidade populacional e o maior volume de ocorrências. Na costa sul predominam densidades médias e boa acessibilidade pela VR1; na costa norte, as populações são mais reduzidas, envelhecidas e dispersas, com zonas de difícil acesso. Estas assimetrias exigem modelos de policiamento diferenciados, adaptados às condições urbanas e rurais. Em síntese (cf. Apêndice 13): Porto Moniz: baixa densidade e envelhecimento; São Vicente: regressão populacional; Ribeira Brava: boa conectividade; Ponta do Sol: população jovem; Calheta: território extenso e disperso.

2.7 Esquadras da DPCL: efetivos e meios

As esquadras da DPCL referidas no ponto 2.6 enfrentam constrangimentos de efetivos, variando entre 20 e 23 elementos, maioritariamente agentes operacionais. À exceção da esquadra sede da DPCL, apenas Ribeira Brava possui Subcomissário em funções de comando.

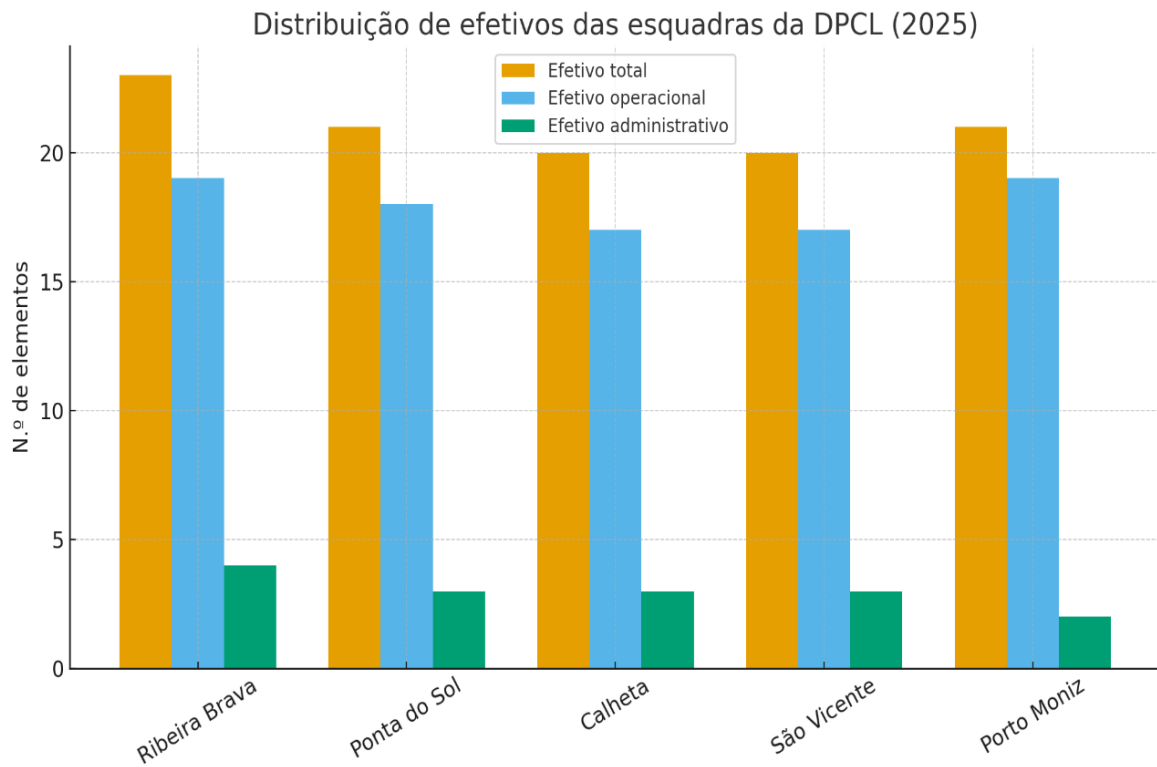


Figura 4 - Distribuição dos efetivos das esquadras da DPCL (junho de 2025)

Fonte; NRH e relatórios internos do CRM/PSP (2025).

Os meios materiais revelam igualmente constrangimentos estruturais que limitam a capacidade de resposta. A tabela 1 sintetiza os principais recursos disponíveis.

Esquadra	Carros-patrolha	Ciclomotores/TP	Rádios portáteis	Impressoras	Telefones	Tipo de imóvel	Observações principais
Ribeira Brava	4	1 ciclomotor + 1 TP	8	3	6	Propriedade da PSP	Única com oficial comandante (Subcom.)
Ponta do Sol	3	1 ciclomotor	5	3	3	Propriedade da PSP	Articulação facilitada pela VR1
Calheta	3	1 ciclomotor	5	3	4	Imóvel arrendado	Concelho mais extenso, dispersão elevada

Esquadra	Carros-patrolha	Ciclomotores/TP	Rádios portáteis	Impressoras	Telefones	Tipo de imóvel	Observações principais
São Vicente	3	1 ciclomotor	3	3	2	Câmara Municipal	Patrulhamento irregular, meios reduzidos
Porto Moniz	3	1 ciclomotor	5	3	2	Propriedade da PSP	Esquadra mais isolada, efetivo jovem

Tabela 1 - Meios materiais principais das esquadras da DPCL (2025).
 Fonte. NRH/CRM/ (2025).

2.8 Identidade institucional

O CRM é representado pelo seu guião heráldico (Figura 5), cujos símbolos traduzem os valores da instituição: verde (esperança e liberdade), ouro (poder e lealdade), prata (sagacidade e humildade) e vermelho (ardil e ânimo). A divisa “Virtude e Valor” sintetiza a missão da PSP na proteção de pessoas e bens.



Figura 5 - Brasão do Comando Regional da Madeira

Fonte: <https://emlista.pt/policia-de-seguranca-publica-ppsf/funchal-ppsf-comando-regional-da-madeira>

2.9 Recursos Humanos (NRH/CRM, 2015–2023)

Os Balanços Sociais (2015–2023) indicam efetivos entre 746 e 791, sem crescimento estrutural significativo. A estrutura de carreiras mantém-se estável (≈ 85 % agentes, 10-11 % chefes e 3-4 % oficiais); os civis representam < 2 %. O perfil sociodemográfico revela 83 % homens, idade média em subida e envelhecimento progressivo. O absentismo e as saídas

anulam o impacto das novas entradas. A DPCL é a mais afetada, com dificuldade em garantir um carro-patrolha por turno.

2.10 Indicadores criminais e operacionais da RAM

O RASI 2024 regista 7 209 participações (+5,9 % face a 2022; -4,6 % em 2023). A criminalidade violenta diminui 17,8 %, os furtos em estabelecimentos e residências baixam 42,5 % e 25,8 %, e os furtos de veículos descem 37 %. A violência doméstica regride 10,3 %, mas crescem as ameaças e coação (+41,1 %) e as ofensas à integridade física (+14,1 %). O Funchal concentra 3 551 ocorrências, seguido de Câmara de Lobos (963) e Santa Cruz (718). A DPCL mantém-se a segunda área com maior incidência criminal.

2.10.1 Evolução da atividade policial (2022–2025)

Entre 2022 e 2025, as detenções sobem de 1 750 para 1 983 (+13 %), demonstrando planeamento estratégico e maior eficiência investigativa. As operações policiais mantêm-se entre 2 100 e 2 300 por ano (2 281 em 2025 até agosto), mas com mais detenções, o que indica maior eficácia. As infrações rodoviárias crescem 24 % (25 mil → 31 mil). Os dados confirmam um modelo de atuação eficiente, que conjuga ações repressivas focadas e forte componente preventiva.

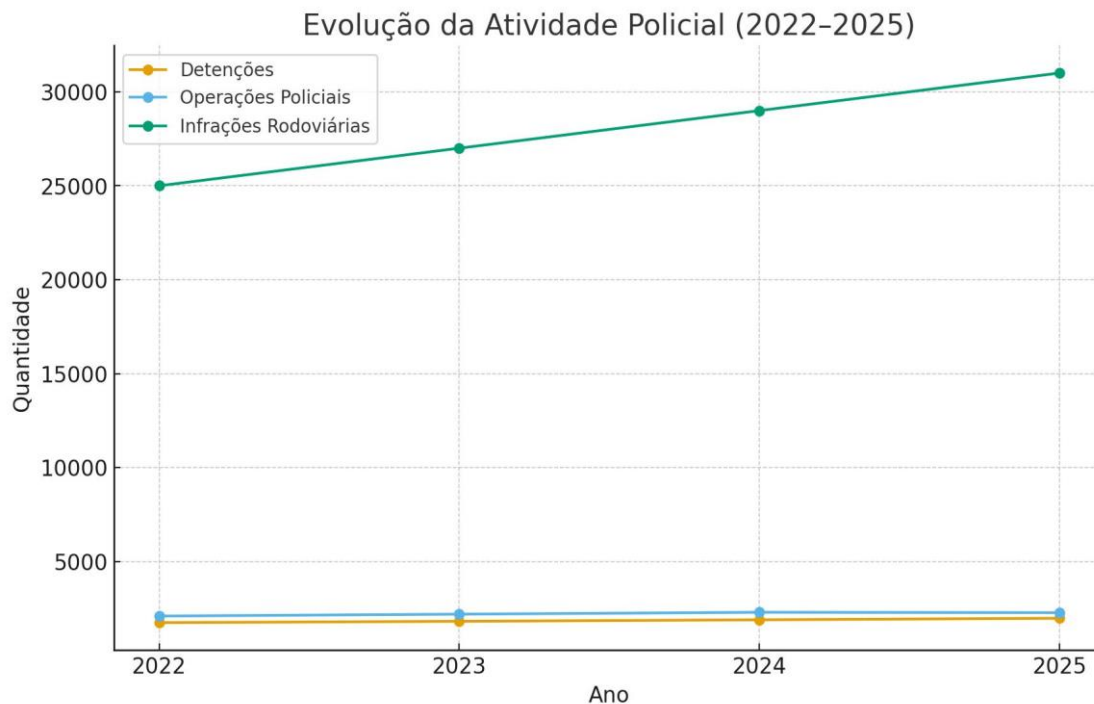


Figura 6 – Evolução da atividade Policial (2022-2025)

Fonte: AO - CRM, agosto de 2025.

2.10.2 Criminalidade e produtividade operacional da DPCL (2021–2025)

A análise estatística (2021–2025) revela estabilidade geral nos índices criminais, com ligeiras oscilações sazonais. Câmara de Lobos e Ribeira Brava concentram maior volume de participações e detenções, enquanto Ponta do Sol, Calheta, São Vicente e Porto Moniz registam níveis inferiores de ocorrência. Estas assimetrias reforçam a necessidade de racionalização noturna de determinadas subunidades (cf. Apêndice 13).

2.11 Mobilidade e impactes territoriais na segurança pública

A VR1 alterou profundamente os padrões de mobilidade e de organização dos serviços públicos. Leitão (2013) demonstra que a VR1 reconfigura as dinâmicas urbanas de Santa Cruz, enquanto Macedo (2015) mostra que a expansão rodoviária reduziu significativamente os tempos de acesso, hoje inferiores a 70 minutos entre qualquer concelho e o Funchal.

2.12 Experiências de reorganização territorial e limitações institucionais

Em 2003, o Gabinete Coordenador de Segurança (GCS) identificou 59 freguesias suscetíveis de reorganização, mantendo-se as Regiões Autónomas excluídas, sob competência exclusiva da PSP. A questão é estrutural e enfrenta resistências políticas e sociais, associadas ao valor simbólico da esquadra aberta e à perceção de insegurança. Os impactos podem ser mitigados por patrulhamento reforçado, tecnologias de apoio (CCCO, CCTV, UMAV) e comunicação institucional transparente. As inspeções da IGAI confirmam constrangimentos de efetivos e meios, agravados pela ausência de patrulhas 24 horas, que limita a resposta e afeta a proximidade comunitária e a confiança pública.

2.13 Síntese conclusiva

O diagnóstico institucional da PSP na RAM evidencia uma estrutura complexa, marcada por constrangimentos persistentes e assimetrias entre as áreas urbanas do sul e as zonas rurais do norte. A análise dos indicadores demográficos, organizacionais e criminais demonstra que a estabilidade formal do efetivo não garante plena capacidade operacional, sobretudo nas esquadras periféricas da DPCL. Emergem, contudo, oportunidades de modernização baseadas na mobilidade operacional, integração tecnológica e articulação interinstitucional, conforme a EISU e a Diretiva Estratégica n.º 1/2025. A digitalização dos sistemas de comando e controlo (CCCO, CCTV e UMAV) reforça a viabilidade de modelos

policiais flexíveis e adaptados às exigências territoriais. Os relatórios da IGAI e a experiência comparada demonstram que qualquer racionalização territorial deve equilibrar eficiência operacional e legitimidade democrática, preservando a proximidade comunitária como base da confiança pública.

Capítulo 3 – Estado da arte

3.1 Introdução

Este capítulo enquadra teoricamente o estudo, articulando contributos nacionais e internacionais sobre modelos de policiamento, racionalização de recursos e reorganização territorial das forças de segurança. A revisão da literatura permite compreender tendências atuais, identificar debates sobre eficiência institucional e analisar implicações organizacionais das políticas de proximidade, mobilidade e reestruturação policial.

3.2 A evolução dos paradigmas de policiamento

A literatura internacional identifica vários paradigmas de atuação policial. Bayley (1994) e Goldstein (1979) criticaram o modelo reativo centrado na resposta a ocorrências, propondo o *Problem-Oriented Policing* (POP), abordagem que analisa causas estruturais da criminalidade e promove soluções sistemáticas. Skogan (2006) e Weisburd (2016) aprofundam esta perspetiva, defendendo descentralização, autonomia local e capacidade analítica. Em Portugal, a transição para um modelo comunitário e preventivo reflete-se na LOP, que consagra a defesa dos direitos, liberdades e garantias como missão essencial. Programas como *Escola Segura*, *Comércio Seguro* e *Idosos em Segurança* materializam esta visão relacional, baseada na coprodução da segurança entre polícia e cidadãos.

3.3 Racionalização organizacional e gestão estratégica de recursos

A limitação de efetivos e meios materiais, associada à crescente complexidade das missões, impôs a necessidade de repensar os modelos de gestão policial. Punch (2009) e Reiner (2010) defendem que a eficiência depende menos do número de agentes do que da distribuição estratégica dos recursos, ajustada às especificidades territoriais e às expectativas sociais. Em Portugal, a *Estratégia PSP 2025–2027* e o *Plano de Modernização e Valorização da PSP (MOR_P, 2018)* reforçam a racionalização funcional e a otimização dos recursos humanos, privilegiando mobilidade, tecnologia e especialização. O relatório *MOR_P* confirma assimetrias territoriais e recomenda adaptar os dispositivos às realidades locais. Valente (2019) sublinha que racionalizar não é reduzir, mas reorganizar eticamente os meios, articulando eficiência operacional e legitimidade social segundo o princípio da adequação territorial.

3.4 Policiamento comunitário e legitimação institucional

Os dados criminais, a análise territorial e os relatórios da IGAI confirmam a necessidade de repensar o policiamento noturno de forma proporcional e sustentável, conciliando eficiência operacional e legitimidade simbólica. O paradigma do policiamento comunitário, desenvolvido por Skogan (2004) e Manning (2017), assenta na coprodução de segurança entre polícia e cidadãos. Em contextos insulares ou de baixa densidade populacional, como a RAM, este modelo assume importância acrescida, pois a proximidade simbólica e relacional é determinante para a perceção de segurança. Loader e Mulcahy (2003) defendem que a legitimidade policial depende da presença visível, da comunicação transparente e da equidade no tratamento das comunidades. Assim, medidas de racionalização, como o encerramento noturno seletivo de esquadras, devem ser acompanhadas de estratégias de visibilidade e patrulhamento móvel. Garcês (2021) demonstra que a confiança social decorre da perceção de justiça e proporcionalidade na gestão dos meios.

3.5 As acessibilidades e a reorganização territorial: contributos académicos madeirenses

A geografia da RAM impõe especificidades no planeamento dos serviços de segurança. Leitão (2013) destaca o papel estruturante da VR1 na reorganização urbana e socioeconómica regional, evidenciando o impacto das acessibilidades na coesão territorial. Macedo (2015) analisa a evolução da rede rodoviária madeirense (1955–2015), mostrando a redução dos tempos de deslocação e a concentração populacional nos concelhos servidos pela VR1. Estes contributos demonstram que qualquer reorganização policial deve considerar o papel das acessibilidades na proximidade operacional e na otimização dos recursos humanos em contextos insulares.

3.6 Experiências nacionais de reorganização e exclusividade da PSP nas Regiões Autónomas

Em 2003, o GCS desenvolveu um estudo sobre a reorganização territorial das forças de segurança, no âmbito da reforma da LSI. A primeira fase abrangeu 59 freguesias partilhadas entre PSP e GNR, excluindo expressamente as Regiões Autónomas. A GNR defendeu a aplicação uniforme dos critérios continentais, enquanto a PSP sustentou que a partilha territorial nas ilhas contrariaria o espírito do diploma, que atribui competência exclusiva à PSP. Face ao impasse, o grupo de trabalho adiou a decisão, mantendo um status quo que perdura. A exclusividade da PSP nas Regiões Autónomas resulta, assim, não de

consenso, mas de suspensão política de uma decisão estrutural, ainda hoje não clarificada. Tal circunstância explica parte das limitações institucionais e organizacionais do CRM.

3.7 Fragilidades estruturais e contributo dos relatórios da IGAI

As inspeções da IGAI confirmam que as dificuldades observadas na RAM integram um padrão nacional de insuficiência estrutural: carência de efetivos e meios, envelhecimento do pessoal, falta de viaturas e escalas de serviço limitadas ao horário diurno. Os relatórios da IGAI (2023–2024) sublinham que qualquer modelo de racionalização deve garantir proximidade comunitária e continuidade da presença policial, sob pena de erosão da legitimidade institucional. Estas conclusões convergem com o diagnóstico do Cap. II e sustentam empiricamente a análise desenvolvida no Cap. 5, reforçando a importância de equilibrar eficiência e presença territorial.

3.8 Síntese conclusiva

A análise teórica e documental demonstra que o debate sobre o policiamento contemporâneo traduz uma tensão estrutural entre eficiência técnico-operacional e legitimidade democrática. Os paradigmas do *Problem-Oriented Policing* (POP) e do policiamento comunitário, formulados por Goldstein (1979), Bayley (1994) e Skogan (2004), representam uma rutura epistemológica face ao modelo reativo, promovendo uma polícia analítica e partilhada com os cidadãos. Contudo, a experiência comparada mostra que esses modelos enfrentam limitações em contextos hierarquizados e de recursos escassos, como nas forças de segurança portuguesas. Os relatórios *MOR_P* (2018), *IGAI* (2023–2024) e *GCS* (2003) evidenciam políticas de racionalização reativas e hesitações estruturais que perpetuam modelos simbólicos de presença policial. Nos contextos insulares, a dispersão territorial e o envelhecimento populacional exigem soluções flexíveis e tecnologicamente assistidas. O encerramento noturno seletivo constitui um teste à inovação institucional da PSP, conciliando racionalização e legitimidade. Esta reflexão sustenta a metodologia do Capítulo 4, garantindo coerência entre teoria e prática.

Capítulo 4 – Metodologia

4.1 Enquadramento metodológico

Em continuidade com o *Capítulo 3 – Estado da Arte*, este capítulo apresenta o desenho metodológico da investigação, explicitando instrumentos, amostra, procedimentos e princípios éticos que asseguram o rigor e a validade científica do estudo. O trabalho integra-se no paradigma empírico-reflexivo, combinando dados empíricos e reflexão teórica. Este modelo, amplamente usado nas Ciências Policiais, articula observação direta com interpretação académica. Adota-se uma abordagem qualitativa descritiva, adequada à análise de fenómenos complexos e contextualmente condicionados, como o encerramento noturno seletivo de esquadras da PSP na DPCL. O enfoque centra-se na compreensão do fenómeno para além dos indicadores quantitativos, integrando dimensões simbólicas, institucionais e operacionais, em coerência com o *Diagnóstico Institucional* (Cap. 2) e com os referenciais teóricos do *Cap. 3*.

4.2 Paradigma e desenho da investigação

O estudo configura-se como uma investigação de natureza empírica, de carácter descritivo e interpretativo, centrada na compreensão de significados e perceções. A estratégia metodológica assenta na triangulação de fontes e métodos, articulando três eixos principais: entrevistas semiestruturadas a dirigentes, oficiais, agentes, autarcas, jornalistas e representantes institucionais; análise documental e estatística, abrangendo o *Balanço Social do CRM (2015–2023)*, relatórios da IGAI (2022–2024), RASI 2024 e Diretivas Estratégicas da PSP; e observação participante em contexto operacional (*Apêndice 11 – Observação Participante*). Esta triangulação garante coerência interpretativa e reduz o viés subjetivo, permitindo confrontar discursos, dados e práticas, em conformidade com os referenciais teóricos do *Capítulo 3 – Estado da Arte*.

4.3 Objetivos e perguntas de investigação

O objetivo geral consiste em avaliar a viabilidade jurídico-operacional do encerramento noturno seletivo de determinadas esquadras da PSP na DPCL, analisando se tal medida pode gerar ganhos de eficiência organizacional sem comprometer a proximidade policial nem a perceção de segurança das comunidades locais. Deste objetivo derivam três perguntas de investigação: em que medida o encerramento noturno seletivo de esquadras da PSP na RAM é juridicamente admissível; quais os impactos operacionais e simbólicos dessa medida sobre a perceção de segurança e a legitimidade institucional; e de que modo a

racionalização de meios humanos se compatibiliza com os princípios constitucionais da segurança interna e da proteção dos direitos fundamentais.

4.4 Universo e amostra

O universo de estudo abrange os profissionais e entidades com intervenção direta ou indireta na segurança pública da RAM. A amostra, de natureza não probabilística, intencional e diversificada, integra Oficiais Superiores de Direção (Testemunhas A–D); um Dirigente Sindical (Testemunha E); Oficiais Superiores do CRM (Testemunhas F, U e V); Jornalistas regionais (Testemunhas G, AA e AB); Autarca (Testemunha H); Agentes da DPCL (Testemunhas K–T); e Representantes institucionais e de ordem profissional (Testemunhas X, Z e AC). A seleção baseou-se em critérios de relevância funcional e diversidade institucional, assegurando pluralidade de perspectivas e representatividade temática, em consonância com o enquadramento teórico definido no *Capítulo 3 – Estado da Arte*.

4.5 Instrumentos de recolha de dados

A recolha de dados baseou-se em três instrumentos complementares: entrevistas semiestruturadas, aplicadas individualmente entre junho e outubro de 2025, com guião previamente validado (*Apêndice 10 – Guião de Entrevista*); análise documental e estatística, contemplando relatórios oficiais da IGAI, RASI e Balanços Sociais, bem como legislação e diretivas estratégicas da PSP; e observação participante, desenvolvida entre junho e setembro de 2025, em contexto operacional e de patrulhamento (*Apêndice 11 – Observação Participante*). As entrevistas foram realizadas por correio eletrónico, garantindo anonimato e cumprimento dos princípios éticos da investigação. Esta conjugação metodológica permitiu cruzar discursos, práticas e indicadores institucionais, reforçando a validade empírica do estudo.

4.6 Procedimentos de análise dos dados

A análise seguiu uma lógica de interpretação temática estruturada em quatro etapas: codificação inicial das entrevistas, identificando categorias como recursos humanos, perceção de segurança, legitimidade simbólica e racionalização; agrupamento temático dos testemunhos, segundo convergências e divergências profissionais; integração dos resultados com dados documentais e estatísticos, para validar empiricamente as perceções expressas; e comparação entre discurso institucional e prática operacional, evidenciando as tensões entre racionalização e proximidade. A triangulação metodológica reforçou a validade e a coerência

interpretativa, em conformidade com os critérios de rigor propostos por Miles, Huberman e Saldaña (2014) e com o paradigma empírico-reflexivo adotado no *Capítulo 3 – Estado da Arte*.

4.7 Considerações éticas

A investigação respeitou integralmente os princípios éticos das Ciências Policiais e das Ciências Sociais Aplicadas. Todas as entrevistas foram precedidas de consentimento informado, garantindo anonimato e confidencialidade. As testemunhas são identificadas apenas por letras (A–Z, AA, AB e AC), conforme indicado no Apêndice 10, sem associação direta a pessoas ou cargos concretos. Os dados foram utilizados exclusivamente para fins científicos, em conformidade com o Regulamento (UE) 2016/679 – RGPD, respeitando os princípios da proporcionalidade e da finalidade. A observação participante decorreu com transparência e sem interferência na atividade operacional, assegurando integridade científica e deontológica.

4.8 Limitações metodológicas

Reconhecem-se limitações inerentes à natureza qualitativa do estudo, nomeadamente uma amostra restrita, representativa mas não exaustiva; resistência institucional à participação, interpretada como dado empírico relevante; dependência de dados secundários sujeitos a variação temporal; e subjetividade interpretativa, mitigada pela triangulação e validação cruzada. Estas limitações não comprometem a validade do estudo; pelo contrário, reforçam a necessidade de leituras prudentes e contextualizadas, conforme defende a literatura recente sobre investigações empírico-reflexivas em segurança pública.

4.9 Síntese conclusiva

A metodologia adotada estabelece a ponte entre o quadro teórico (Capítulo 3 – Estado da Arte) e a análise empírica dos resultados (Capítulos 5 e 6). O desenho empírico-reflexivo da investigação permite compreender o encerramento noturno seletivo de esquadras não apenas como decisão administrativa, mas também como processo social, político e simbólico. A combinação de entrevistas, análise documental e observação participante constitui o núcleo metodológico do estudo, garantindo coerência científica e sustentando a transição para o Capítulo 5 – Procedimento e Análise dos Resultados.

Capítulo 5 – Procedimento e Análise dos Resultados

5.1 Introdução

Em continuidade com o Capítulo 4 – Metodologia, este capítulo apresenta os resultados empíricos obtidos através das entrevistas, da observação participante e da análise documental. A abordagem empírico-reflexiva aplicada segue as boas práticas de investigação qualitativa, articulando discursos institucionais, sindicais e comunitários com os dados quantitativos e normativos do Diagnóstico Institucional (Cap. 2) e com os fundamentos teóricos do Estado da Arte (Cap. 3). As testemunhas foram selecionadas segundo critérios de relevância funcional e representatividade territorial, garantindo pluralidade e coerência metodológica. Os resultados são organizados em eixos temáticos que refletem as perspectivas recolhidas e a representatividade empírica do estudo.

5.2 Entrevistas a Oficiais Superiores de Direção (Testemunhas A–D)

As entrevistas realizadas junto de quatro Oficiais Superiores de Direção, todos com experiência recente em funções de comando, revelam convergência nos diagnósticos estruturais e divergência nas soluções propostas. A recolha obedeceu ao princípio da saturação teórica, cessando quando as respostas deixaram de acrescentar informação nova, conforme a metodologia definida. Em coerência com o *Diagnóstico Institucional* (Cap. 2), as testemunhas identificam os constrangimentos de recursos humanos como principal desafio da PSP, salientando a dificuldade em assegurar patrulhamento contínuo e efetivo em simultâneo em todas as esquadras. As convergências focam-se em três eixos: reconhecimento das limitações de efetivo; necessidade de reorganização territorial e reforço interdivisional; e valorização da comunicação institucional e da proximidade comunitária. As divergências incidem sobre o impacto simbólico do eventual encerramento: as Testemunhas A e C admitem a medida como necessária e defendem soluções híbridas e patrulhamento móvel, enquanto as Testemunhas B e D alertam para a erosão da confiança pública. Em síntese, as posições convergem na ideia de que a racionalização é inevitável, mas só é legítima se preservar a legitimidade simbólica e comunitária, confirmando as premissas do *Capítulo 3 – Estado da Arte*.

5.3 Entrevista ao Dirigente Sindical (Testemunha E)

A entrevista ao dirigente sindical da PSP revela uma leitura crítica centrada na defesa das condições de trabalho e da dignidade profissional dos efetivos. O entrevistado considera

essencial a presença física das esquadras à noite para a percepção de segurança e destaca a visibilidade institucional como fator determinante da confiança pública. Identifica os constrangimentos de efetivo como “o principal problema estrutural da PSP”, agravado pelo desgaste físico e emocional e pela falta de incentivos. Rejeita soluções administrativas unilaterais e defende o reforço sustentável dos recursos humanos e das condições logísticas. Admite o uso de patrulhas móveis e da UMAV como instrumentos complementares, mas não como substitutos da presença simbólica da esquadra aberta. Esta posição confirma o princípio da proporcionalidade referido no *Capítulo 3 – Estado da Arte* e sustenta a análise do *Capítulo 6 – Discussão dos Resultados*.

5.4 Entrevistas a Jornalistas Regionais (Testemunhas G, AA e AB)

As entrevistas com três jornalistas com funções de direção em órgãos de comunicação social regionais (*cf.* Apêndice 10) permitiram captar a dimensão mediática do debate. A Testemunha G salienta que o encerramento noturno é percecionado como um recuo do Estado, amplificado pelos media e com impacto psicológico superior ao risco real. A Testemunha AA refere efeitos económicos e sociais negativos, como êxodo populacional, desvalorização imobiliária e aumento da segurança privada. A Testemunha AB evoca experiências anteriores de encerramento sem reforço de patrulhas, associadas a percepções de afastamento da PSP e quebra de confiança comunitária. As três testemunhas convergem na importância de uma comunicação institucional transparente e proativa, alinhada com o modelo de legitimidade simbólica descrito por Loader e Mulcahy (2003) e Garcês (2021) no *Capítulo 3 – Estado da Arte*.

5.5 Entrevistas a Autarcas e Órgãos de Poder Regional

A recolha de testemunho junto de autarca revelou participação limitada e prudência política. Apenas um presidente de câmara aceitou participar, reconhecendo a necessidade de racionalização acompanhada de reforço de meios humanos e materiais. O silêncio da maioria foi interpretado como dado empírico relevante, refletindo a sensibilidade social e política do tema e confirmando que a ausência de resposta constitui também evidência analítica. Nas freguesias mais isoladas, esta reserva traduz o impacto simbólico do eventual encerramento noturno das esquadras, vistas como pilares de proteção e presença do Estado em territórios de menor densidade populacional. Embora a amostra revele diversidade funcional, não se alcançou plena saturação analítica, devido à resistência de alguns segmentos institucionais, o que reforça a leitura sociopolítica da prudência local.

5.6 Entrevistas a Oficiais Superiores no Comando Regional (Testemunhas F, U e V)

Estas entrevistas reforçam a análise estratégica do tema.

Os três Oficiais Superiores do Comando Regional convergem na percepção da insuficiência estrutural de efetivos e na necessidade de racionalizar meios, mas divergem quanto à interpretação do impacto simbólico. As Testemunhas F e U valorizam a tecnologia (CCCO, CCTV, UMAV) como instrumentos eficazes de compensação da ausência física noturna; a Testemunha V, contudo, alerta para o valor simbólico da esquadra aberta como sinal de Estado presente. Em convergência com as diretivas nacionais referidas no Capítulo 2 (EISU e Diretiva Estratégica n.º 1/2025), os entrevistados defendem modelos híbridos, conjugando fecho seletivo, patrulhamento móvel e presença tecnológica integrada.

5.7 Ausência de Chefes e Subcomissários (Testemunhas Intermédias)

Apesar dos convites, não foi possível recolher entrevistas junto de chefes e subcomissários do CRM ou das esquadras da DPCL. Esta ausência, interpretada segundo as recomendações metodológicas docentes, constitui um dado empírico de resistência institucional intermédia. Provavelmente associada a receios hierárquicos ou prudência corporativa, revela a sensibilidade interna do tema e o peso simbólico da hierarquia intermédia no processo de reorganização operacional, em coerência com a observação participante (Apêndice 11).

5.8 Entrevistas a Agentes da DPCL (Testemunhas K–T)

As entrevistas realizadas a agentes operacionais permitem compreender a percepção de base sobre o policiamento noturno. Todos manifestam oposição ao encerramento, salientando a importância da esquadra como garantia de proteção e confiança pública. Relatam falta de efetivos, trabalho isolado no período noturno, baixas médicas frequentes e necessidade de apoio das esquadras vizinhas. Descrevem situações de risco operacional elevado, agravadas pela fadiga e falta de meios. Nos concelhos de São Vicente e Ponta do Sol, o aumento do turismo e da vida noturna reforça a exigência de presença policial contínua. A reduzida adesão às entrevistas confirma o carácter sensível do tema, identificado na observação participante (*Apêndice 11*, reforçando a leitura sociológica de prudência e autocensura institucional discutida no *Capítulo 3 – Estado da Arte*).

5.9 Entrevistas a Representantes Institucionais da RAM (Testemunhas X e Z)

As duas entidades regionais, o Governo Regional e a Assembleia Legislativa da Madeira (ALRAM) defendem o reforço de efetivos e a valorização das carreiras policiais, mas não apoiam formalmente o encerramento noturno, confirmando as limitações institucionais já referidas no Capítulo 2 – Diagnóstico Institucional. Esta posição institucional é coerente com as recomendações da IGAI (2023–2024) e com as conclusões do Diagnóstico Institucional (Cap. 2), que apontam para a urgência de racionalização responsável, sem perda de presença simbólica.

5.10 Entrevista ao Representante de Ordem Profissional (Testemunha AC)

A entrevista com o representante de uma ordem profissional acrescenta uma perspetiva jurídico-constitucional. O entrevistado sublinha que a esquadra representa um símbolo de legalidade democrática e que o seu encerramento noturno pode ser percecionado como retração institucional do Estado. Defende que qualquer racionalização deve ser proporcional, fundamentada e acompanhada de mecanismos compensatórios de presença, como patrulhamento móvel e videovigilância. Esta perspetiva complementa a análise das dimensões éticas e constitucionais abordadas no Capítulo 3 – Estado da Arte, reforçando a necessidade de compatibilizar eficiência técnica com legitimidade democrática.

5.10.1 Documento espontâneo – Carta anónima

Durante a observação participante, foi identificada uma carta anónima (cf. Apêndice 12). O documento surge no contexto da observação participante (cf. Apêndice 11) e foi tratado como evidência qualitativa espontânea, sujeita aos mesmos critérios de análise ética e científica das restantes fontes empíricas. A carta expõe preocupações operacionais sobre falta de efetivos, sobrecarga funcional e necessidade de racionalização seletiva. A análise, realizada segundo os princípios éticos e metodológicos da APA (2020), confirma coerência entre perceções internas e dados empíricos recolhidos no terreno. O documento, embora informal, assume valor analítico enquanto evidência espontânea da cultura policial contemporânea, reforçando as conclusões apresentadas na síntese integrada subsequente.

5.11 Síntese Integrada dos Resultados

A análise transversal das entrevistas e documentos identifica três eixos estruturantes: (1) o eixo operacional, marcado pelo consenso quanto à inevitabilidade da racionalização, face às limitações de efetivo e envelhecimento do pessoal;

(2) o eixo simbólico e social, que evidencia a tensão entre eficiência operacional e legitimidade simbólica, refletindo o peso da percepção comunitária; e (3) o eixo institucional e político, caracterizado pela resistência hierárquica e prudência dos decisores locais, que condicionam a aplicabilidade da medida. Estes eixos confirmam a coerência entre o Diagnóstico Institucional (Cap. 2), o Estado da Arte (Cap. 3) e o modelo metodológico (Cap. 4), evidenciando maturidade científica e consistência empírico-reflexiva. A ausência de chefes e subcomissários, já referida no ponto 5.7, constitui um dado empírico adicional de prudência hierárquica e resistência organizacional, reforçando o eixo institucional identificado (cf. Cap. 6 – Discussão dos Resultados).

5.12 Síntese final

Em conclusão, o encerramento noturno seletivo de esquadras da DPCL revela-se tecnicamente plausível, embora social e politicamente sensível. A sua aceitação depende da capacidade da PSP de equilibrar racionalização e legitimidade, através de uma implementação gradual e participada. Os resultados demonstram que a eficácia policial se mede não apenas pela presença física, mas também pela confiança institucional e pela percepção de justiça na gestão dos recursos humanos. Esta análise, articulada com o Diagnóstico Institucional (Cap. 2), o Estado da Arte (Cap. 3) e a Metodologia (Cap. 4), fundamenta a Discussão dos Resultados (Cap. 6), onde se exploram as implicações teóricas e práticas para o sistema de segurança pública da RAM.

Capítulo 6 – Discussão dos Resultados

6.1 Introdução

A discussão dos resultados articula o plano empírico com o quadro teórico da investigação, interpretando criticamente os dados e relacionando-os com os paradigmas do policiamento comunitário, da racionalização organizacional e da legitimidade institucional (cf. Caps. 2–5). Procura evidenciar em que medida os resultados confirmam ou ampliam a literatura existente, gerando implicações teóricas e práticas para a gestão policial contemporânea. A análise mantém um registo empírico-reflexivo, coerente com a metodologia adotada (cf. Cap. 4) e com Creswell e Poth (2018) e Flick (2018), permitindo compreender o encerramento noturno seletivo de esquadras como fenómeno organizacional e simbólico.

6.2 Interpretação crítica dos resultados empíricos

A leitura cruzada dos resultados e dos dados estatísticos da DPCL (cf. Apêndice 13) confirma que as esquadras com menor volume de ocorrências e reduzida procura noturna são as mais suscetíveis de racionalização operacional. As entrevistas e a observação participante (cf. Caps. 5 e Apêndices 10 e 11) revelam perceções convergentes quanto à inevitabilidade da redistribuição de meios humanos, embora divergentes na forma e ritmo da sua aplicação. A maioria das testemunhas reconhece a falta estrutural de efetivos como obstáculo à sustentabilidade do modelo atual, em consonância com o *Diagnóstico Institucional* (Cap. 2), que demonstra a dificuldade em garantir um carro-patrolha por turno. Contudo, a racionalização não pode ser dissociada da dimensão simbólica da presença policial. O encerramento noturno é percecionado como medida de eficiência por alguns dirigentes e como retração do Estado por muitos operacionais e cidadãos, refletindo a tensão entre eficiência técnico-operacional e legitimidade democrática (Goldstein, 1990; Bayley, 1994; Skogan, 2006). A triangulação mostra que a resistência institucional resulta também da ausência de mecanismos compensatórios de presença e comunicação. A adoção de patrulhamento móvel, integração tecnológica (CCCO, CCTV, UMAV) e comunicação transparente surge como condição essencial para a aceitação social da medida.

6.3 Implicações teóricas

Os resultados validam parcialmente os paradigmas de *Problem-Oriented Policing* (POP) e de policiamento comunitário, mostrando que a eficácia depende da capacidade institucional de gerar proximidade e coprodução de segurança, mesmo com recursos limitados. Confirmam também Punch (2009) e Reiner (2010), ao demonstrarem que a eficiência resulta da gestão estratégica e do equilíbrio entre racionalidade e legitimidade. No contexto português e madeirense, os constrangimentos de recursos humanos (cf. Cap. 2; IGAI, 2023–2024) reforçam a necessidade de racionalização, mas revelam limites estruturais da descentralização. A experiência insular evidencia que os modelos teóricos internacionais exigem adaptação contextual, conforme apontado por Leitão (2013) e Macedo (2015). Assim, a racionalização policial deve ser entendida como processo ético e proporcional, corroborando Valente (2019) sobre a governação democrática da segurança pública.

6.4 Implicações práticas

Do ponto de vista operacional e institucional, emergem cinco implicações principais:

- 1) Reforçar recursos humanos, com prioridade à DPCL e outras zonas periféricas, assegurando continuidade dos serviços (cf. Cap. 2).
- 2) Criar equipas móveis interdivisões, aptas a garantir presença noturna, patrulhamento dinâmico e apoio rápido.
- 3) Apostar em soluções tecnológicas complementares — videovigilância, bodycams, cartografia de risco e integração do CCCO — como compensação da visibilidade física.
- 4) Reforçar a articulação interinstitucional e os Contratos Locais de Segurança (CLS), envolvendo autarquias e comunidades.
- 5) Desenvolver estratégias de comunicação participativa, legitimando as decisões e preservando a confiança pública.

Estas implicações confirmam que a eficiência organizacional só é sustentável quando acompanhada de legitimidade social e simbólica.

6.5 Limitações e perspetivas futuras

Apesar da coerência metodológica, reconhece-se a limitação da amostra e a resistência institucional à participação, reflexo do carácter sensível do tema e da prudência hierárquica que o envolve. Estas ausências constituem, contudo, dados empíricos relevantes, revelando a cultura organizacional e o peso simbólico da hierarquia intermédia. Futuras

investigações deverão comparar outras regiões e divisões continentais, testando a replicabilidade dos modelos híbridos de policiamento noturno, bem como desenvolver estudos longitudinais que avaliem os efeitos sociais e operacionais das medidas de encerramento seletivo, com base em indicadores de confiança pública e satisfação comunitária.

6.6 Síntese conclusiva

A discussão confirma que o encerramento noturno seletivo de esquadras da PSP, embora juridicamente admissível e tecnicamente exequível, é politicamente sensível e simbolicamente denso. A racionalização policial, para ser legítima, deve equilibrar eficiência e proximidade, tecnologia e presença humana. Os resultados reforçam a tese central do estudo: a racionalização não traduz retração do Estado, mas teste à sua capacidade de inovação ética e institucional. Esta conclusão mantém coerência com os princípios de validade e rigor metodológico de Creswell e Poth (2018) e Flick (2018), assegurando a integração entre fundamentação teórica e consistência empírica, e preparando a transição para o Capítulo 7 – Conclusões. Como observa Paulo Machado (comunicação pessoal, 2025), *“a sociedade portuguesa é recetiva à inovação, mas bloqueada à mudança”* - uma reflexão que sintetiza o desafio ético-institucional aqui demonstrado.

Capítulo 7 – Conclusões

7.1 Síntese global do estudo

O estudo avaliou a viabilidade do encerramento noturno seletivo de esquadras na DPCL, articulando exigências de eficiência organizacional e legitimidade democrática no policiamento contemporâneo. O Diagnóstico Institucional (Cap. 2) revelou constrangimentos de recursos humanos e operacionais que limitam a cobertura noturna na RAM, enquanto o Estado da Arte (Cap. 3) integrou o tema num debate internacional sobre racionalização e governação da segurança pública. A metodologia empírico-reflexiva (Cap. 4) combinou entrevistas, análise documental e observação participante, cruzando discursos institucionais e dados estatísticos. A análise empírica (Cap. 5) confirmou o encerramento noturno como necessidade funcional e desafio simbólico, e a discussão (Cap. 6) interpretou essas evidências à luz dos paradigmas teóricos, com implicações práticas para a modernização da PSP.

7.2 Principais conclusões

A análise permite formular conclusões estruturantes:

- 1) A racionalização organizacional é inevitável. A falta de efetivos, sobretudo nos turnos noturnos, compromete a continuidade do serviço policial e impõe redistribuição de meios (cf. Cap. 2). O encerramento seletivo é juridicamente admissível, mas politicamente sensível, devendo respeitar os princípios da proporcionalidade e continuidade dos serviços essenciais (art.º 272.º CRP; LSI) e ser acompanhado de mecanismos compensatórios eficazes.
- 2) A legitimidade da PSP depende da presença simbólica. A comunidade associa a esquadra aberta à confiança e estabilidade; qualquer encerramento requer patrulhamento reforçado, vigilância tecnológica e comunicação transparente (cf. Cap. 5; Apêndice 11).
- 3) A racionalização deve ser ética e participativa. A aceitação das mudanças depende do envolvimento ativo dos profissionais e das comunidades. A reduzida participação dos níveis hierárquicos intermédios (cf. Cap. 5.7 e 5.11) evidencia prudência e reserva hierárquica, reforçando a necessidade de liderança colaborativa.

- 4) A tecnologia é instrumento complementar, não substituto da presença humana. Recursos como CCCO, CCTV e UMAV ampliam a cobertura e a capacidade de resposta, se integrados num modelo híbrido.
- 5) A governação democrática da segurança pública exige articulação entre PSP, autarquias e poder regional, garantindo coerência entre políticas de racionalização e expectativas sociais.

7.3 Implicações teóricas

O estudo confirma e atualiza os contributos de Goldstein (1990), Bayley (1994) e Skogan (2006), demonstrando que a eficácia policial contemporânea depende do equilíbrio entre eficiência e legitimidade. Simultaneamente, amplia a literatura portuguesa em Ciências Policiais, propondo uma leitura empírico-reflexiva da racionalização em contextos insulares, de relevância direta para a PSP. A investigação valida parcialmente os modelos de Problem-Oriented Policing (POP) e de policiamento comunitário, evidenciando que proximidade e racionalização são compatíveis quando acompanhadas por mecanismos simbólicos de compensação. Criticamente, demonstra que a racionalização não é mera resposta económica, mas condição ética de governação democrática: a eficiência operacional só é legítima quando salvaguarda a confiança pública e os direitos fundamentais. Deste modo, contribui para o debate sobre a identidade científica das Ciências Policiais, afirmando-as como campo autónomo de produção de conhecimento aplicado.

7.4 Implicações práticas

No plano operacional e político, os resultados sustentam um conjunto de recomendações estratégicas:

- 1) Reforçar o efetivo humano nas divisões periféricas, com prioridade à DPCL, assegurando continuidade e previsibilidade nas escalas noturnas.
- 2) Implementar modelos híbridos de policiamento, conjugando fecho seletivo de esquadras com patrulhamento móvel, vigilância tecnológica e pontos de contacto comunitário.
- 3) Promover formação contínua em racionalização, comunicação institucional e gestão de perceções públicas, reforçando a capacitação dos quadros intermédios.
- 4) Criar planos de comunicação social e comunitária que antecipem e mitiguem reações negativas, reforçando a transparência e a confiança pública.

- 5) Fomentar cooperação interinstitucional entre PSP, autarquias e Governo Regional, garantindo coerência política e legitimidade social nas medidas de racionalização.
- 6) Estas medidas confirmam que a inovação organizacional só se consolida quando acompanhada de uma cultura institucional aberta, reflexiva e dotada de capacidade de autorreforma.

7.5 Limitações e perspetivas futuras

O estudo assenta em dados da AO/CRM (2021–2025) que comprovam desigualdades territoriais de criminalidade e produtividade, legitimando a reflexão sobre reorganização seletiva e racionalização ética dos meios. Reconhecem-se limitações inerentes à natureza qualitativa do estudo, nomeadamente o número reduzido de entrevistas e a resistência institucional à participação, expressões de uma cultura de reserva hierárquica. Contudo, tais restrições tornaram-se dados empíricos significativos sobre prudência e autocontenção organizacional.

Regista-se a ausência de Oficiais com o posto de Subcomissário e de elementos da Esquadra da Ribeira Brava, dado empírico que evidencia prudência hierárquica e reserva institucional face à mudança, sublinhando a necessidade de maior envolvimento dos níveis intermédios em futuras reformas (cf. Cap. 5.11).

Para investigações futuras, propõe-se:

- 1) alargar a amostra a outros comandos regionais;
- 2) realizar estudos longitudinais sobre o impacto da racionalização na perceção pública de segurança, e
- 3) aprofundar o papel de tecnologias emergentes, IA, análise preditiva e georreferenciação, como fatores de compensação da presença física e de modernização ética da atuação policial.

7.6 Conclusão final

Em síntese, o encerramento noturno seletivo de esquadras da PSP, quando conduzido de forma transparente, participativa e tecnicamente fundamentada, constitui instrumento legítimo de gestão racional dos recursos policiais, sem comprometer a proximidade nem a confiança pública. Mais do que uma decisão administrativa, representa um teste à maturidade institucional e ética da PSP, evidenciando a sua capacidade de equilibrar inovação, responsabilidade e compromisso democrático. A investigação demonstra que a sociedade portuguesa, embora recetiva à inovação, permanece frequentemente bloqueada à

mudança, como assinala Paulo Machado (comunicação pessoal, 2025), refletindo a tensão entre tradição institucional e exigência de modernização. Superar esse bloqueio requer liderança, planeamento e cultura de aprendizagem organizacional. O estudo confirma a relevância das Ciências Policiais enquanto domínio científico autónomo, capaz de articular rigor empírico, reflexão crítica e utilidade prática na governação da segurança pública, cumprindo integralmente os objetivos propostos e projetando novas abordagens para uma PSP mais eficiente, reflexiva e legitimada no século XXI.

8. Referências

Bibliografia

- Bayley, D. H. (1994). *Police for the future*. Oxford University Press.
- Bayley, D. H., & Shearing, C. (2001). *The new structure of policing: Description, conceptualization, and research agenda*. National Institute of Justice.
- Costa, J. (2020). *A racionalização dos meios policiais: Desafios contemporâneos da PSP*. *Revista de Ciências Policiais*, 15(2), 45–60.
- Creswell, J. W., & Poth, C. N. (2018). *Qualitative inquiry and research design: Choosing among five approaches* (4th ed.). SAGE Publications.
- Flick, U. (2018). *An introduction to qualitative research* (6th ed.). SAGE Publications.
- Garcês, M. (2021). *O lugar da legitimidade policial no Estado Democrático de Direito*. Edições Sílabo.
- Goldstein, H. (1979). *Improving policing: A problem-oriented approach*. *Crime & Delinquency*, 25(2), 236–258.
- Leitão, J. (2013). *Polícia e cidadania: Estudos sobre o policiamento democrático*. ISCPSI Edições.
- Leitão, M. de F. (2012). *Os impactes territoriais da via rápida da ilha da Madeira* [Dissertação de mestrado, Universidade de Lisboa, Instituto de Geografia e Ordenamento do Território]. Repositório ULisboa.
- Loader, I., & Mulcahy, A. (2003). *Policing and the condition of England: Memory, politics and culture*. Oxford University Press.
- Macedo, P. (2015). *Administração pública e segurança interna: Perspetivas de modernização*. Edições Sílabo.
- Manning, P. K. (2010). *Democratic policing in a changing world*. Paradigm Publishers.
- Miles, M. B., Huberman, A. M., & Saldaña, J. (2014). *Qualitative data analysis: A methods sourcebook* (3rd ed.). SAGE Publications.
- Punch, M. (2009). *Police corruption: Deviance, accountability and reform in policing*. Routledge.
- Reiner, R. (2010). *The politics of the police* (4th ed.). Oxford University Press.
- Skogan, W. G. (2006). *Police and community in Chicago: A tale of three cities*. Oxford University Press.
- Valente, J. (2019). *A governação democrática da segurança pública em Portugal*. Coimbra Editora.

Weisburd, D. (2016). *Does policing prevent crime?* National Institute of Justice.

Legislação

Constituição da República Portuguesa (VII Revisão Constitucional). (2005). *Diário da República*, I Série, n.º 155, de 12 de agosto.

Lei n.º 53/2007, de 31 de agosto. *Lei Orgânica da Polícia de Segurança Pública (LOPSP)*. *Diário da República*, I Série, n.º 168.

Decreto-Lei n.º 243/2015, de 19 de outubro. *Aprova o Estatuto do Pessoal da Polícia de Segurança Pública*. *Diário da República*, I Série, n.º 203.

Despacho n.º 11035/2021, de 8 de novembro. *Diretiva Estratégica n.º 1/2021 – Planeamento e Avaliação Operacional da PSP*.

Resolução do Conselho do Governo Regional da Madeira n.º 134/2019. *Plano Diretor Municipal de São Vicente – Regulamento e plantas*. *JORAM*, I Série, n.º 134/2019 (Supl.).

Resolução do Conselho de Ministros n.º 91/2023, de 10 de outubro. *Estratégia Integrada de Segurança Urbana (EISU)*. *Diário da República*, I Série, n.º 195.

Documentos institucionais

Polícia de Segurança Pública. (2023). *Balanço Social 2015–2023*. Departamento de Recursos Humanos da PSP.

Polícia de Segurança Pública. (2024). *Diretiva Estratégica Nacional PSP 2025–2027*.

Direção Nacional da PSP.

Ministério da Administração Interna. (2023). *Relatório Anual de Segurança Interna (RASI 2023)*.

Inspeção-Geral da Administração Interna. (2024). *Relatório Anual da Atividade de Fiscalização 2023*.

Inspeção-Geral da Administração Interna. (2025, 21 de setembro). *Declarações públicas sobre fiscalização da PSP e da GNR* [Entrevista televisiva]. RTP e SIC Notícias.

Polícia de Segurança Pública – Comando Regional da Madeira. (2025). *Relatório interno da Área de Operações – DPCL (2021–2025)* [Documento interno não publicado].

Câmara Municipal de São Vicente. (2025). *Caracterização do concelho*. Câmara Municipal de São Vicente. <https://cm-saovicente.pt>

Câmara Municipal da Ponta do Sol. (2025). *Caracterização do concelho da Ponta do Sol*. Câmara Municipal da Ponta do Sol. <https://cm-pontadosol.pt>

Câmara Municipal da Ribeira Brava. (2025). *Estatísticas e caracterização do concelho da Ribeira Brava*. Câmara Municipal da Ribeira Brava. <https://cm-ribeirabrava.pt>

Câmara Municipal do Porto Moniz. (2025). *Caracterização do concelho de Porto Moniz*. Câmara Municipal do Porto Moniz. <https://cm-portomoniz.pt>

Fontes eletrónicas

Direção Regional de Estatística da Madeira (DREM). (2024). Estatísticas demográficas da Região Autónoma da Madeira 2023. <https://estatistica.madeira.gov.pt>

Instituto Nacional de Estatística (INE). (2022). Censos 2021 – Resultados definitivos da Região Autónoma da Madeira. <https://www.ine.pt>

Gabinete de Estratégia e Estudos (GEE). (2023). Estatísticas regionais da Madeira. Ministério da Economia e do Mar. <https://www.gee.gov.pt>

EmLista. (2025). Polícia de Segurança Pública – Esquadras da Madeira. <https://emlista.pt>

Mapy. (2025). Esquadra de Porto Moniz (Police station).

<https://mapy.com/en/?id=11275516&source=osm>

Mapcarta. (2025). Esquadra da Ribeira Brava (Police station).

<https://mapcarta.com/pt/N984791135>

Wikipédia. (2025). São Vicente (Madeira).

https://pt.wikipedia.org/wiki/S%C3%A3o_Vicente

Wikipédia. (2025). Porto Moniz (Madeira). https://pt.wikipedia.org/wiki/Porto_Moniz

Entrevistas e observação empírica

Testemunha A – Oficial Superior de Direção (entrevista realizada em julho de 2025).

Testemunha AA – Jornalista Regional – Diretor de órgão de comunicação social (entrevista realizada em setembro de 2025).

Testemunha AB – Jornalista Regional – Diretor de órgão de comunicação social (entrevista realizada em setembro de 2025).

Testemunha AC – Representante de Ordem Profissional (entrevista realizada em outubro de 2025).

Testemunha B – Oficial Superior de Direção (entrevista realizada em julho de 2025).

Testemunha C – Oficial Superior de Direção (entrevista realizada em julho de 2025).

Testemunha D – Oficial Superior de Direção (entrevista realizada em julho de 2025).

Testemunha E – Dirigente Sindical da PSP (entrevista realizada em agosto de 2025).

Testemunha F – Oficial Superior no Comando Regional da Madeira (entrevista realizada em agosto de 2025).

Testemunha G – Jornalista Regional (entrevista realizada em setembro de 2025).

Testemunha H – Autarca da Região Autónoma da Madeira (entrevista realizada em agosto de 2025).

Testemunha I – Agente em serviço na Esquadra da Calheta (entrevista realizada em agosto de 2025).

Testemunha J – Agente em funções na Esquadra de São Vicente (entrevista realizada em agosto de 2025).

Testemunha K – Agente em serviço na Esquadra da Ponta do Sol (entrevista realizada em agosto de 2025).

Testemunha L – Agente em serviço na Esquadra da Calheta (entrevista realizada em agosto de 2025).

Testemunha M – Agente em serviço na Esquadra de Câmara de Lobos (entrevista realizada em agosto de 2025).

Testemunha N – Agente em serviço na Esquadra de Porto Moniz (entrevista realizada em setembro de 2025).

Testemunha O – Agente em serviço na Esquadra de São Vicente (entrevista realizada em setembro de 2025).

Testemunha P – Agente em serviço na Esquadra de Câmara de Lobos (entrevista realizada em setembro de 2025).

Testemunha Q – Agente em serviço na Esquadra da Calheta (entrevista realizada em setembro de 2025).

Testemunha R – Agente em serviço na Esquadra de São Vicente (entrevista realizada em setembro de 2025).

Testemunha S – Agente em serviço na Esquadra da Ponta do Sol (entrevista realizada em setembro de 2025).

Testemunha T – Agente em serviço na Esquadra de Porto Moniz (entrevista realizada em setembro de 2025).

Testemunha U – Oficial Superior no Comando Regional da Madeira (entrevista realizada em agosto de 2025).

Testemunha V – Oficial Superior no Comando Regional da Madeira (entrevista realizada em agosto de 2025).

Testemunha X – Membro do Governo Regional da Madeira (entrevista realizada em setembro de 2025).

Testemunha Z – Membro da Assembleia Legislativa Regional da Madeira (entrevista realizada em setembro de 2025).

Observação participante – Registos de campo efetuados entre junho e outubro de 2025 na DPCL (cf. Apêndice 11).

Documento espontâneo – Carta anónima de elemento policial da DPCL (cf. Apêndice 12).

9. Anexos e elementos complementares

9.1 Documentos internos e administrativos de apoio

De: Adelino Oliveira Camacho <aocamacho@iscpsi.pt>
Enviada: 9 de julho de 2025 15:36
Para: Ricardo Jorge Van Zeller Abreu Matos <ramatos@psp.pt>
Cc: Gualter Ricardo Ornelas Gomes <grgomes@psp.pt>; Pedro Miguel da Silva Pereira <pmpereira@iscpsi.pt>
Assunto: : Projetos de TIF e Fichas de Apreciação - Solicitação de dados estatísticos no âmbito do TIF - VI CCDP

Atenção: Este email foi originado fora da RNSI. Por favor, não clique em links nem abra anexos, a não ser que conheça o remetente e saiba que o seu conteúdo é seguro.

Solicitação de dados estatísticos no âmbito do TIF - VI CCDP

Ex.mo Senhor Comandante Regional,

Boa tarde, Excelência

No âmbito da frequência do VI CCDP, e em particular do desenvolvimento do meu **Trabalho de Investigação Final (TIF)**, venho por este meio solicitar, com a melhor consideração, a colaboração de V. Ex.^a na disponibilização de dados essenciais para a concretização do meu projeto, o qual foi **superiormente autorizado pelo Ex.mo Senhor Diretor do ISCP**.

Mais concretamente, e respeitando as normas de confidencialidade e uso académico, solicito os seguintes dados relativos ao **Comando Regional da Madeira (CRM)**:

1. **Número total de efetivos do CRM**, incluindo:
 - o Todas as classes policiais;
 - o Pessoal com funções não policiais.
2. **Distribuição de efetivos por cada Divisão Policial e Esquadra**, incluindo os **serviços internos** do Comando Regional e as Fronteiras.
3. **Organograma do CRM**
4. **Dados sociodemográficos:**
 - o Distribuição por **género**;
 - o **Média de idades** dos efetivos.
5. **Evolução histórica dos efetivos policiais**, desde a década de **1990**, passando pelos anos **2000**, até à **presente data**.
6. Número de polícias que passaram a pré-aposentação/aposentação/licenças de longa duração e saída para outras FSS, nos últimos 10 anos
7. Número de polícias que ingressaram no comando regional por transferências (do COMETLIS - Funchal) nos últimos 10 anos.
8. **Turnos de serviço** atualmente praticados nas Divisões Policiais e respetivas Esquadras:
 - o Matrizes horárias aplicadas;

- Especificação por unidade.
9. **Número de ocorrências registadas no SEI, com desagregação:**
- **Crimes com NUIPC (totais regionais);**
 - **Participações simples com NPP (totais regionais);**
 - **Por Divisão e Esquadra policial do CRM, com especial destaque para a Divisão Policial de Câmara de Lobos e respetivas subunidades.**

Este pedido visa exclusivamente fins de investigação académica no âmbito da formação superior policial, comprometendo-me, desde já, a **respeitar todos os princípios de confidencialidade, reserva e proteção de dados vigentes.**

Agradecendo antecipadamente toda a colaboração de V. Ex.^a, subscrevo-me com elevada consideração e estima.

Com os melhores cumprimentos,

Adelino Camacho

Comissário

De: ISCP SI - Curso de Comando e Direção Policial <ccdps.iscpsi@psp.pt>

Enviado: 9 de julho de 2025 09:06

Para: Adelino Oliveira Camacho <aocamacho@iscpsi.pt>

Cc: Pedro Miguel Da Silva Pereira <pmperreira@psp.pt>

Assunto: Projetos de TIF e Fichas de Apreciação

Exmo. Senhor Oficial Auditor Adelino Camacho,

Encarrega-me o senhor coordenador do 6.º Curso de Comando e Direção Policial, subintendente Pedro Pereira, de informar que o seu projeto de TIF, sobre o tema - Encerramento potencial noturno de subunidades da PSP Madeira: impactos e propostas para otimizar a segurança, após apreciado pela coordenação do curso, foi submetido e **aprovado** pelo senhor diretor do ISCP SI.

Para seu conhecimento e orientação do seu trabalho, remete-se a respetiva Ficha de Apreciação, elaborada pelo Professor Paulo Machado, cujos comentários devem ser tidos em consideração.

Votos de um bom trabalho!

Atentamente,

“Uma Polícia das pessoas e para as pessoas: segurança, igualdade, respeito e confiança.” – Estratégia PSP 2024/2026

Ana Mendes

Técnica Superior

Direção de Ensino

Rua 1.ª de Melo, n.º 3 | 1349-040 | Lisboa | PORTUGAL
Tel.: (+351) 21 902 06 00 | Fax: (+351) 21 902 09 99
Email: amendes@psp.pt | amendes@iscpsi.pt

 policiasegurancapublica | iscpsi policia

 **POLÍCIA**
SEGURANÇA PÚBLICA



Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna

www.psp.pt | www.iscpsi.pt

 PT



Curso de Comando e Direção Policial

Data: 2025-08-20

Assunto: Colaboração no Âmbito do Trabalho Individual Final de Adelino Oliveira Camacho

O Oficial Auditor Adelino Oliveira Camacho encontra-se a desenvolver o Trabalho Individual Final, o qual faz parte do culminar do Curso de Comando e Direção Policial, do Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna.

No âmbito do trabalho intitulado, *Encerramento potencial noturno de subunidades da PSP Madeira: impactos e propostas para otimizar a segurança*, é importante que o Oficial Auditor recolha dados e faça entrevistas junto de várias entidades.

O Oficial Auditor Adelino Camacho compromete-se a manter a confidencialidade dos dados recolhidos, utilizando-os exclusivamente para a elaboração do seu trabalho, assim como a cumprir todas as normas éticas relacionadas com a realização de investigação no domínio da segurança pública e criminal.

Agradecemos a atenção e o apoio que possa ser prestado ao nosso Oficial Auditor, e ficamos à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais.

O Diretor do ISCPSI

Luís Manuel Peça Farinha
Superintendente-Chefe



R. 1.º de Maio, nº3 1349-040 Lisboa Tel.: 213613900 Fax: 213610535 www.iscpsi.pt |

iscpsi@psp.pt

154425
Página 1/1

Anexo - Carta de Conforto

**REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA**

Assembleia Legislativa

Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira n.º 16/2023/M

Sumário: Garantir o reforço de meios humanos para o Comando Regional da Madeira da Polícia de Segurança Pública.

Garantir o reforço de meios humanos para o Comando Regional da Madeira da Polícia de Segurança Pública

A Polícia de Segurança Pública (PSP) desempenha uma função essencial para garantir a segurança das populações.

Ao longo dos últimos tempos tem vindo a público o aumento da preocupação da população com a insegurança na Região.

A redução do número de agentes da PSP na Região Autónoma da Madeira, veio diminuir o policiamento de proximidade, com todas as consequências que tem para a segurança pública.

Na Região existem cerca de 750 agentes da PSP, um número insuficiente face às necessidades.

Segundo dados divulgados pelas associações representativas dos agentes da PSP, o Comando Regional da Madeira da Polícia de Segurança Pública necessitava de mais 150 polícias, para assegurar o seu normal funcionamento.

No início do mês de março de 2023, o Governo da República abriu um concurso para a admissão de novos agentes da PSP.

Já no ano passado, foi lançado um concurso com o mesmo objetivo que contou com 4000 candidatos, dos quais apenas 648 entraram para o curso de formação de agentes que se iniciou em dezembro de 2022.

Considerando que está em curso a formação de novos agentes da PSP;

Considerando que existem muitos agentes da PSP que, sendo naturais da Madeira, estão a prestar serviço no continente e que pretendem ser transferidos para o Comando Regional da Madeira da PSP;

Considerando que existe uma falta evidente de agentes da PSP no Comando Regional da Madeira.

É fundamental que o Governo da República, através do Ministério da Administração Interna e em articulação com o Comando Regional da Madeira da PSP dê resposta à falta de agentes da PSP na Região.

Assim, a Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira resolve, nos termos do n.º 3 do artigo 41.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma da Madeira, aprovado pela Lei n.º 13/91, de 5 de junho, revisto e alterado pelas Leis n.ºs 130/99, de 21 de agosto, e 12/2000, de 21 de junho, aprovar a presente resolução, recomendando ao Governo da República que durante o ano de 2023, através do Ministério da Administração Interna, desencadeie o procedimento de mobilidade interna de forma a garantir que os agentes que desempenham funções no continente possam optar por serem transferidos para a Região e que através dos novos recrutamentos de agentes da PSP afete em número adequado os recursos humanos para colmatar as necessidades do Comando Regional da Madeira da Polícia de Segurança Pública.

Aprovada em sessão plenária da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira em 18 de julho de 2023.

O Presidente da Assembleia Legislativa, *José Manuel de Sousa Rodrigues*.

116711526

Resolução da ALRAM 16-2023-M de 18JUL23



**APLICAÇÃO da 1ª FASE do
PROJECTO de ESTUDO
do DISPOSITIVO TERRITORIAL
das FORÇAS de SEGURANÇA**

*Gabinete Coordenador de Segurança
Setembro 2003*



Ministério da Administração Interna
Gabinete Coordenador de Segurança

Índice

PREÂMBULO.....	4
DISTRITO DE ÁVEIRO	5
Cidade de Aveiro	5
DISTRITO DE BEJA	7
Cidade de Beja	7
DISTRITO DE BRAGA	9
Cidade de Braga	9
Cidade de Barcelos	11
Cidade de Guimarães	13
Cidade de Vila Nova de Famalicão	15
DISTRITO DE BRAGANÇA.....	17
Cidade de Bragança	17
DISTRITO DE CASTELO BRANCO.....	19
Cidade da Covilhã	19
DISTRITO DE COIMBRA.....	21
Cidade de Coimbra	21
Cidade da Figueira da Foz	23
DISTRITO DE FARO.....	24
Cidade de Faro	24
Cidade de Olhão	26
DISTRITO DA GUARDA	27
Cidade da Guarda	27
DISTRITO DE LEIRIA	29
Cidade de Leiria	29



Ministério da Administração Interna
Gabinete Coordenador de Segurança

DISTRITO DE PORTALEGRE	31
Cidade de Portalegre	31
DISTRITO DE SANTARÉM	33
Cidade de Santarém	33
DISTRITO DE VILA REAL	35
Cidade de Vila Real	35
DISTRITO DE VISEU	37
Cidade de Viseu	37
SINTESE E CONSIDERAÇÕES FINAIS	39



Ministério da Administração Interna
Gabinete Coordenador de Segurança

PREÂMBULO

Na sequência da apresentação do projecto de estudo do dispositivo das Forças de Segurança, S.Ex.a o Ministro da Administração Interna por seu despacho de 1 de Julho de 2003, decidiu que a primeira fase de aplicação do referido estudo deveria incidir sobre o ajustamento das freguesias que actualmente são partilhadas.

Determinou ainda S.Ex.a o Ministro da Administração Interna que o Gabinete Coordenador de Segurança coordene o desenvolvimento dos referidos trabalhos que culminarão com a consequente apresentação da proposta de calendarização referente à primeira fase do estudo.

Não tendo ainda sido tomada uma decisão quanto às questões apresentadas no projecto de estudo, só irão ser analisadas as freguesias que façam parte das cidades capitais de distrito e das cidades com mais de 20.000 habitantes, porquanto são aquelas em que existe consenso por parte das duas Forças de Segurança. As Áreas Metropolitanas e as cidades que as integram não foram estudadas para efeitos de calendarização nesta primeira fase, uma vez que também elas carecem de decisão.

Pretende-se assim com esta análise identificar quais as freguesias que podem sofrer alterações a curto prazo, sem que para isso sejam necessários aumentos de recursos humanos e materiais. A análise irá ser feita a nível de cada Distrito, para uma mais fácil identificação das alterações que se irão registar.

Em concreto são objecto de estudo 59 freguesias em que se verificam as condições necessárias, nomeadamente:

- Pertencerem às cidades capitais de distrito ou às cidades com mais de 20.000 habitantes;
- Não pertencerem às Áreas Metropolitanas;
- Que sejam actualmente partilhadas e que no projecto de apontem para que deixem de o ser.



Ministério da Administração Interna
Gabinete Coordenador de Segurança

Índice

<i>NOTA PRÉVIA</i>	5
<i>PREÂMBULO</i>	8
<i>SITUAÇÃO ACTUAL</i>	12
Síntese da situação actual	13
Distrito de Aveiro	18
Distrito de Beja.....	19
Distrito de Braga	20
Distrito de Bragança.....	21
Distrito de Castelo Branco	22
Distrito de Coimbra.....	23
Distrito de Évora	24
Distrito de Faro	25
Distrito da Guarda	26
Distrito de Leiria	27
Distrito de Lisboa.....	28
Distrito de Portalegre.....	30
Distrito do Porto.....	31
Distrito do Santarém	33
Distrito do Setúbal.....	34
Distrito do Viana do Castelo	35
Distrito do Vila Real.....	36
Distrito do Viseu.....	37
Região Autónoma dos Açores.....	38
Região Autónoma da Madeira.....	39
<i>INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DISPOSITIVO DAS FORÇAS DE SEGURANÇA</i>	40
Posição da Guarda Nacional Republicana.....	40
Posição da Polícia de Segurança Pública	47
Capitais de Distrito.....	51
INTRODUÇÃO	51
CAPITAL DE DISTRITO – AVEIRO	54
CAPITAL DE DISTRITO – BEJA.....	56



Ministério da Administração Interna
Gabinete Coordenador de Segurança

REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

A Região Autónoma da Madeira é composta por 11 concelhos e 54 freguesias, com uma área total de 784,8 Km² e com uma população total residente de 245.011 habitantes.

A GNR está presente nesta Região Autónoma, através da sua Unidade Especial, a Brigada Fiscal, a qual executa as suas tarefas no âmbito Fiscal e Aduaneiro, não tendo presentemente atribuída qualquer responsabilidade territorial, assim como população.

A PSP presentemente tem à sua responsabilidade toda a área territorial e respectiva população.

Todas as cidades existentes são policiadas pela PSP.

QUADRO RELATIVO ÀS CIDADES EXISTENTES NA R.A. MADEIRA, POPULAÇÃO RESIDENTE, FORÇA DE SEGURANÇA QUE A POLICIA E DADOS RELATIVOS AO CONCELHO EM QUE SE INSERE:

CIDADES	Concelho a que pertence	Força que policia a cidade	DADOS RELATIVOS AO CONCELHO ONDE SE INSERE A CIDADE					
			Habitantes residentes no concelho	Área do concelho Km ²	População policiada pela GNR	População policiada pela PSP	Área policiada pela GNR	Área policiada pela PSP
<i>Câmara de Lobos</i>	<i>Câmara Lobos</i>	PSP	34.614	51,8	0%	100%	0%	100%
<i>Funchal</i>	<i>Funchal</i>	PSP	103.961	75,8	0%	100%	0%	100%
<i>Machico</i>	<i>Machico</i>	PSP	21.747	68,3	0%	100%	0%	100%
<i>Santa Cruz</i>	<i>Santa Cruz</i>	PSP	29.721	67,5	0%	100%	0%	100%
<i>Santana</i>	<i>Santana</i>	PSP	88.04	95,9	0%	100%	0%	100%



Ministério da Administração Interna
Gabinete Coordenador de Segurança

INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DISPOSITIVO DAS FORÇAS DE SEGURANÇA

O estudo que seguidamente será analisado teve por base os princípios orientadores, os critérios gerais, as posições de cada uma das Forças de Segurança e os critérios de aplicabilidade referentes a cada uma das 4 fases do estudo.

Tendo já sido apresentados, no preâmbulo, os princípios orientadores e os critérios gerais, iremos agora passar à apresentação das posições oficiais das duas Forças de Segurança,

A Guarda Nacional Republicana e a Polícia de Segurança Pública, na sequência dos objectivos determinados por S. Ex.^a o Ministro da Administração Interna, apresentaram as suas premissas integrantes da concepção relativamente ao estudo do Dispositivo Nacional das Forças de Segurança que a seguir se enunciam:

POSIÇÃO DA GUARDA NACIONAL REPUBLICANA

Sobre os objectivos determinados, entende a **Guarda Nacional Republicana** que o presente estudo deve ser desenvolvido, tendo por base as seguintes premissas:

“ A Guarda Nacional Republicana é uma Força de Segurança de natureza militar que assegura a segurança dos cidadãos e da propriedade pública, privada e cooperativa, garantindo a manutenção da ordem pública e o exercício dos direitos liberdades e garantias.

Além destas missões, tradicionalmente cometidas às Forças de Segurança de forma genérica, a Guarda Nacional Republicana colabora na execução da política de Defesa Nacional.

Assim, quando assistimos a uma acentuada retracção do dispositivo das Forças Armadas torna-se pertinente, hoje mais que anteriormente, garantir a existência de uma Instituição que, além das missões de segurança colabore na garantia da



Ministério da Administração Interna
Gabinete Coordenador de Segurança

Dez anos volvidos não se vislumbram razões objectivas para uma diminuição deste valor mínimo de referência.

Pese embora a acentuada urbanização de algumas cidades do litoral e capitais de distrito, a Guarda Nacional Republicana considera como válido o critério dos 20.000 habitantes.

Qualquer outro valor inferior a este indicador é, no entendimento da Guarda Nacional Republicana, redutor e descaracterizador do conceito de urbano, nomeadamente quando efectuado tendo por base extrapolações pouco rigorosas e cientificamente não fundamentadas.

A Lei 11/82 de 2 de Junho, define os critérios de elevação de uma vila a cidade. No entanto esta Lei é omissa quanto à sua delimitação urbana ao não exigir uma descrição específica ou uma cartografia que permita esboçar o seu perímetro urbano.

Em relação ao critério justificativo da partilha das freguesias, a Lei n.º 11/82, de 2 de Junho define os critérios de elevação de uma vila a cidade. No entanto esta lei é omissa quanto à sua delimitação urbana ao não exigir uma descrição específica ou uma cartografia que permita esboçar o seu perímetro urbano.

Em igual contexto e tendo por base o estudo do INE quanto à interpretação geográfica do conceito cidade - a objectivação do perímetro urbano passa por lhe acrescentar, "as especificações susceptíveis de reforçar a sua capacidade de descrever áreas urbanas centrais, onde se encontram equipamentos administrativos e actividades económicas e correspondendo a um espaço específico de planeamento municipal".

Em parceria com as Câmaras o INE desenvolveu estudos que permitem definir, objectivamente, a partir dos instrumentos jurídicos existentes o "conceito de urbano". Planos Directores Municipais, Planos de Urbanização, Planos de Pormenor e Perímetros Urbanos, reflectindo um conjunto de características que, rearrumadas, permitem definir a cidade estatística, isto é, um conceito que sendo consonante com a definição legal, dá corpo a uma visão do território no qual a área assim definida constitui o espaço urbano coerente.



Ministério da Administração Interna
Gabinete Coordenador de Segurança

soberania nacional através da ocupação do território de forma sistemática e organizada, nomeadamente de algumas áreas consideradas de Interesse Estratégico Nacional.

Nesta perspectiva, a existência de uma força de quadrícula – conjunto de forças dispersas por todo o território, com sede nas principais povoações e determinados pontos importantes, destinada a guarnecer esse território para a obtenção das finalidades inerentes à função quadrícula –, função essa que se traduz no desempenho de um conjunto de missões, entre as quais se destacam a defesa de pontos sensíveis e a garantia de utilização das vias de comunicação, parece-nos absolutamente necessária.

A Guarda Nacional Republicana parece ser, a Instituição do Estado que pela sua natureza, missão e dispositivo territorial deverá, actualmente, cumprir e assegurar a componente territorialidade integrante do conceito de soberania.

Tendo em consideração estes aspectos, no que concerne à reformulação do dispositivo das Forças de Segurança, é manifestamente redutor centrar a análise, exclusivamente, na perspectiva – rural versus urbano – e não ter em consideração aspectos intimamente imbricados com a soberania do Estado e a sua garantia em termos de ocupação do território.

Uma segunda premissa tem a ver com a concepção que toda e qualquer reformulação do dispositivo das Forças de Segurança deve ter por base critérios uniformes para todo o território nacional.

Assim, não faz sentido a actual divisão entre território continental e ilhas, no que diz respeito às responsabilidades de segurança. Portugal é o continente, o território dos Açores e da Madeira e todo o espaço marítimo e aéreo correspondente.

Apesar de se encontrar plasmada na Lei Orgânica da PSP que o policiamento das ilhas é da competência exclusiva desta força, pensamos ser relevante a consideração dos seguintes aspectos:

O Decreto-Lei de 3 de Maio de 1911, que cria a Guarda Nacional Republicana, publicada no Diário do Governo de 4 de Maio de 1911, atribuí competência à Guarda pelo policiamento das Regiões Autónomas nomeadamente quando refere – ... pode o País ser dotado com um corpo especial de polícia cuidadosamente



**Ministério da Administração Interna
Gabinete Coordenador de Segurança**

recrutado e instruído que, espalhando-se por todo o continente e ilhas, trará à vida económica dos cidadãos e à sua tranquilidade e segurança, as vantagens de que gozam os povos em que este serviço está de há muito organizado ...-.

Este Decreto Lei refere a atribuição de uma companhia para o Funchal e outra para Ponta Delgada, com três pelotões, em Angra do Heroísmo, Ponta Delgada e Horta.

Posteriormente, a Lei nº1 da Republica de 1 de Julho de 1913, cria mais duas Companhias nas Ilhas Adjacentes, em Angra do Heroísmo e na Horta.

Em 1946, um Destacamento do Batalhão nº1 da GNR, parte para a Ilha Terceira, afim de assegurar o policiamento da Base das Lajes.

Adicionalmente à defesa de critérios uniformes para todo o País, é importante ter em consideração a componente histórica, que atesta a presença da Guarda Nacional Republicana nas Regiões Autónomas desde o início do século XX. A presença da Guarda Nacional Republicana nas Ilhas Adjacentes continua presente através da Brigada Fiscal, cumprindo missões de natureza aduaneira e de garante da soberania, nomeadamente na Ilha do Corvo onde a PSP não possui qualquer Esquadra.

Como excepção a esta premissa de uniformidade de critérios para todo o território nacional, a Guarda Nacional Republicana admite por razões históricas, a possibilidade das cidades capitais de distrito continuarem à responsabilidade da PSP e pela sua especificidade (forte urbanização, elevada densidade populacional, continuidade territorial) e racionalização de meios, que as Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto tenham um tratamento distinto do resto do país.

Quanto às cidades, exceptuadas as capitais de distrito, torna-se necessário definir um critério objectivo e realista que permita, independentemente das características próprias e intrínsecas de cada uma delas, ser uniforme na análise e racional quanto ao estudo que se pretende levar a cabo.

Em 1992, aquando do primeiro estudo, tendo em vista a reorganização territorial das Forças de Segurança, foi definido Ministerialmente o critério genérico de 20.000 habitantes como indicador que melhor define a atribuição de responsabilidades policiais no espaço social urbano.

Apêndice 10 – Entrevistas

Nota metodológica e critérios de inclusão

As entrevistas que integram este apêndice foram realizadas com base em guíões semiestruturados, previamente definidos e adaptados a cada grupo de participantes (oficiais superiores de direção, dirigentes sindicais, oficiais superiores no comando regional, chefes, agentes, autarcas, representantes institucionais, jornalistas e representantes de ordem profissional).

A recolha decorreu maioritariamente por correspondência eletrónica (e-mail), permitindo uniformizar as respostas e garantir a flexibilidade necessária face às limitações logísticas e de disponibilidade dos participantes. Em alguns casos, foram igualmente consideradas interações presenciais ou observações diretas complementares, sempre no respeito pelos princípios éticos e metodológicos definidos no Capítulo 4 – Metodologia.

A inclusão das entrevistas seguiu o princípio da heterogeneidade de perspetivas, procurando captar tanto os discursos expressos como os silêncios, recusas e ausências de resposta, os quais são também interpretados como dados empíricos relevantes.

Todas as entrevistas foram registadas, transcritas e editadas apenas para correção ortográfica e de estilo, sem alteração do conteúdo substantivo. Em respeito pela confidencialidade e pelo anonimato, as identidades pessoais e institucionais dos entrevistados são omitidas. Cada participante é identificado apenas como “Testemunha”, seguida de uma letra ou combinação alfabética (A–Z, AA, AB, AC).

Entrevistas integrais - Testemunhas

Entrevista A – Oficial Superior - Direção

1) Na sua experiência, quando faz sentido concentrar o atendimento noturno em menos esquadras?

Resposta:

A concentração do atendimento, tendo por base a redução do número de instalações policiais operacionais e com atendimento, deve ser considerada independentemente do período do dia. Tal permite uma maior disponibilidade de RH para o trabalho operacional, considerando que a manutenção em funcionamento permanente de um local de atendimento implica a disponibilidade de 12 polícias, para o assegurar em regime de 24H.

No período noturno, face à redução tendencial do número de ocorrências, faz sentido que o atendimento ainda seja mais concentrado em menor número de instalações, desde que estas sejam relativamente centrais em relação às zonas de responsabilidade.

2) O que nunca se deve abdicar durante a noite? (resposta rápida, presença visível, atendimento digno a vítimas, equipa mínima)

Resposta:

Não se pode abdicar de nenhum tipo de resposta policial. No entanto, a visibilidade policial pode ser reduzida e/ou limitada a áreas de maior afluência populacional ou turística ou outras consideradas de risco.

3) Que erros habituais devem ser evitados numa mudança deste tipo?

Resposta:

Não sei se há erros habituais, nas situações de redução de locais de atendimento, mas há, certamente, vetores que devem ser tidos em consideração, designadamente: i) a informação às populações, sobre quais os locais que mantêm atendimento permanente, para evitar deslocamentos indevidos e incompreensões; ii) assegurar reforço do pessoal para atendimento, se justificado, designadamente em períodos de eventos culturais ou desportivos; iii) assegurar maior disponibilidade de meios auto, para resposta a ocorrências nas áreas sem atendimento permanente.

4) Indique três condições que têm de estar na ordem de operações antes de avançar.

Resposta:

Mais do que as previsões da Ordem de Operações, o projeto de implementação da medida, tem de assegurar que o número de locais de atendimento é o suficiente e adequado, que existem os meios necessários para dar resposta às solicitações e que as populações estão informadas e estão conhecedoras dos locais e das formas de contactarem a polícia.

5) Como comunicar a mudança para evitar alarmismo e manter confiança pública?

Resposta:

A mudança deve ser comunicada ou informada às populações através dos meios de informação da PSP, mas também dos OCS e de outros parceiros institucionais. Deverá existir nas páginas da internet das Unidades, a indicação dos locais de atendimento permanente, dos respetivos contactos e dos itinerários para os mesmos, bem como de quais as áreas geográficas que os locais cobrem.

Deve ser informada a população que a resposta policial está sempre assegurada e que a redução de locais de atendimento permanente, permite a disponibilização de mais meios de resposta.

As populações deverão ser aconselhadas a utilizarem o contacto telefónico para acionarem os meios policiais, evitando deslocações à esquadra.

6) Como garantir que localidades periféricas não ficam prejudicadas?

Resposta:

Deverá ser assegurado, na medida do possível, uma relativa centralidade dos locais de atendimento, em relação às áreas que cobrem. Caso tal não seja possível, deverá, também na medida do possível, ser considerado um pré-posicionamento de meios, nas áreas mais afastadas, por forma a assegurar resposta tempestiva, face a um previsível aumento das comunicações via telefone. A celeridade no atendimento telefónico, e a resposta tempestiva, assumem, assim, uma importância grande, para manter a confiança do cidadão na polícia.

7) Que boa prática nacional ou internacional recomenda como referência?

Resposta:

Não sei se há boas práticas neste domínio, na medida em que os modelos de implantação territorial das polícias não são todos iguais e os modelos sociais e de relacionamento com a polícia também não. O que tem de ser sempre assegurado é um atendimento célere, presencial ou telefónico, e uma resposta também célere e adequada, o que implica que os recursos que deixaram de estar afetos ao atendimento presencial, sejam afetos à resposta operacional.

8) Que indicadores simples pediria ver todas os meses?

Resposta:

Os indicadores devem ser estabelecidos em função do modelo implementado e dos objetivos traçados. Poderão, entre outros, medir o grau de satisfação da população, o número de reclamações, o tempo de resposta, etc.

9) Em que cenário daria ‘luz verde’ e em qual diria ‘não’ à medida?

Resposta:

Só não aprovaria a medida, se os estudos relativos à sua implantação, evidenciam que a mesma seria objetiva e comprovadamente prejudicial para as populações.

Entrevista AA - Entrevista - Jornalista – Diretor de um órgão de comunicação social regional

1) Na sua experiência, quando faz sentido concentrar o atendimento noturno em menos esquadras?

Resposta:

A concentração do atendimento, tendo por base a redução do número de instalações policiais operacionais e com atendimento, deve ser considerada independentemente do período do

dia. Tal permite uma maior disponibilidade de RH para o trabalho operacional, considerando que a manutenção em funcionamento permanente de um local de atendimento implica a disponibilidade de 12 polícias, para o assegurar em regime de 24H.

No período noturno, face à redução tendencial do número de ocorrências, faz sentido que o atendimento ainda seja mais concentrado em menor número de instalações, desde que estas sejam relativamente centrais em relação às zonas de responsabilidade.

2) O que nunca se deve abdicar durante a noite? (resposta rápida, presença visível, atendimento digno a vítimas, equipa mínima)

Resposta:

Não se pode abdicar de nenhum tipo de resposta policial. No entanto, a visibilidade policial pode ser reduzida e/ou limitada a áreas de maior afluência populacional ou turística ou outras consideradas de risco.

3) Que erros habituais devem ser evitados numa mudança deste tipo?

Resposta:

Não sei se há erros habituais, nas situações de redução de locais de atendimento, mas há, certamente, vetores que devem ser tidos em consideração, designadamente: i) a informação às populações, sobre quais os locais que mantêm atendimento permanente, para evitar deslocamentos indevidos e incompreensões; ii) assegurar reforço do pessoal para atendimento, se justificado, designadamente em períodos de eventos culturais ou desportivos; iii) assegurar maior disponibilidade de meios auto, para resposta a ocorrências nas áreas sem atendimento permanente.

4) Indique três condições que têm de estar na ordem de operações antes de avançar.

Resposta:

Mais do que as previsões da Ordem de Operações, o projeto de implementação da medida, tem de assegurar que o número de locais de atendimento é o suficiente e adequado, que existem os meios necessários para dar resposta às solicitações e que as populações estão informadas e estão conhecedoras dos locais e das formas de contactarem a polícia.

5) Como comunicar a mudança para evitar alarmismo e manter confiança pública?

Resposta:

A mudança deve ser comunicada ou informada às populações através dos meios de informação da PSP, mas também dos OCS e de outros parceiros institucionais. Deverá existir nas páginas da internet das Unidades, a indicação dos locais de atendimento permanente, dos respetivos contactos e dos itinerários para os mesmos, bem como de quais as áreas geográficas que os locais cobrem.

Deve ser informada a população que a resposta policial está sempre assegurada e que a redução de locais de atendimento permanente, permite a disponibilização de mais meios de resposta.

As populações deverão ser aconselhadas a utilizarem o contacto telefónico para acionarem os meios policiais, evitando deslocações à esquadra.

6) Como garantir que localidades periféricas não ficam prejudicadas?

Resposta:

Deverá ser assegurado, na medida do possível, uma relativa centralidade dos locais de atendimento, em relação às áreas que cobrem. Caso tal não seja possível, deverá, também na medida do possível, ser considerado um pré-posicionamento de meios, nas áreas mais afastadas, por forma a assegurar resposta tempestiva, face a um previsível aumento das comunicações via telefone. A celeridade no atendimento telefónico, e a resposta tempestiva, assumem, assim, uma importância grande, para manter a confiança do cidadão na polícia.

7) Que boa prática nacional ou internacional recomenda como referência?

Resposta:

Não sei se há boas práticas neste domínio, na medida em que os modelos de implantação territorial das polícias não são todos iguais e os modelos sociais e de relacionamento com a polícia também não. O que tem de ser sempre assegurado é um atendimento célere, presencial ou telefónico, e uma resposta também célere e adequada, o que implica que os recursos que deixaram de estar afectos ao atendimento presencial, sejam afetos à resposta operacional.

8) Que indicadores simples pediria ver todos os meses?

Resposta:

Os indicadores devem ser estabelecidos em função do modelo implementado e dos objetivos traçados. Poderão, entre outros, medir o grau de satisfação da população, o número de reclamações, o tempo de resposta, etc.

9) Em que cenário daria 'luz verde' e em qual diria 'não' à medida?

Resposta:

Só não aprovaria a medida, se os estudos relativos à sua implantação, evidenciam que a mesma seria objetiva e comprovadamente prejudicial para as populações.

Entrevista AB – Entrevista - Jornalista – Diretor de um órgão de comunicação social regional

1. Enquanto jornalista de jornal regional e de direção, como avalia a relevância da presença policial noturna no dispositivo policial da Divisão Policial de Câmara de Lobos (DPCL), em termos de segurança percebida pela população?

Resposta: A presença policial noturna é relevante nos centros urbanos onde há maior concentração de pessoas e vida noturna. Por outro lado, o patrulhamento nas localidades de quaisquer conselhos é determinante para mitigar crimes, excessos e queixas da mais variada ordem – desde o ruído motorizado, um dos grandes males dos centros urbanos, até à violência doméstica – para acorrer, com prontidão e eficácia, às situações de emergência para as quais a PSP é chamada a intervir e, não menos importante, para fomentar o tal sentimento de segurança junto das pessoas.

2. Na sua perspetiva, quais poderão ser os principais impactos sociais e midiáticos — positivos ou negativos — que o eventual encerramento noturno das esquadras da Calheta, Ponta do Sol e Porto Moniz poderá gerar no quotidiano dos cidadãos abrangidos pela DPCL?

Resposta: O encerramento de esquadras fomenta, na percepção pública, a ideia de que haverá um maior distanciamento da PSP relativamente ao cidadão e uma amputação da capacidade de resposta e do desempenho ao nível da prontidão perante situações de emergência e de prevenção de crimes. Se por um lado a modernização da rede viária encurtou distâncias e esse ser o grande argumento para a decisão de encerrar esquadras, a verdade é que a PSP não tem conseguido provar que ao fechar esquadras e postos policiais é possível reforçar a segurança pública colocando mais efectivos nas ruas. Basta ver os exemplos da Camacha e do Estreito de Câmara de Lobos...

3. Como interpreta a articulação entre autarquias, forças de segurança e órgãos de comunicação social no debate sobre este tipo de medidas? Que papel pode o jornalismo assumir no escrutínio e na mediação destas decisões?

Resposta: O Comando Regional da PSP tem evoluído positivamente no diálogo com a comunicação social, com realce para a transparência e partilha de informações, dados e análises sobre os mais variados temas de interesse público que são colocados pelos jornalistas, desde a sinistralidade rodoviária, às campanhas de prevenção e à criminalidade em geral. Diria que, em áreas como a sinistralidade rodoviária, a PSP é o grande observatório ou barómetro da RAM, o que acaba por ser determinante para definir estratégias, campanhas e planos de prevenção. Gostaria que a Direcção Regional dos Transportes estivesse mais envolvida nessa missão, que também lhe compete. E não é caso único. Nota-se que, muitas

vezes, a PSP está sozinha na abordagem a determinados problemas sociais, denotando-se alguma falta de solidariedade por parte de outras entidades públicas, como as Câmaras Municipais e as tutelas do Governo Regional que têm tanta ou maior competência para intervir mas cuja vontade política esvai-se, muitas vezes condicionada pelo populismo, pela incapacidade de fazer investimentos estruturantes e também pelo calendário eleitoral. O exemplo mais flagrante prende-se com fenómenos sociais globais como a toxicoddependência, a delinquência, a gestão da comunidade sem-abrigo e o alastrar das demências. O jornalismo está disponível para abordar todos estes temas, embora por vezes se coloquem alguns tabus.

4. Que factores urbanísticos, geográficos e demográficos (ex.: acessos viários, dispersão habitacional, zonas isoladas) considera mais relevantes para explicar as diferentes percepções de segurança noturna nos concelhos da DPCL?

Resposta: Todos esses factores são determinantes para explicar as diferentes percepções de segurança noturna. Nos centros urbanos, a ausência da Polícia no período noturno é medida de várias formas: através do ruído motorizado, da demora na resposta para emergência, nas acrobacias e manobras perigosas, nas velocidades vertiginosas em eixos viários de maior importância como na Via Rápida, onde até há câmaras de videovigilância mas não há Polícia para intervir em flagrante delito, e na violência na noite funchalense onde nem sempre a resposta da PSP é atempada. Nas zonas rurais, a orografia da ilha da Madeira é talvez o maior obstáculo ao sentimento de segurança, pois a Via Expresso é apenas uma ligação entre as sedes de concelho, com ramificações às zonas altas onde a mobilidade é condicionada e a proximidade policial.

5. Que mecanismos de comunicação pública e de proximidade informativa entende fundamentais para que a população mantenha confiança nas instituições caso se concretize o encerramento noturno destas esquadras?

Resposta: Não tendo sido as experiências do passado bem-sucedidas, pelos exemplos que acima indiquei, a PSP terá de explicar com transparência e objectividade de que forma as populações servidas pelas esquadras policiais a encerrar serão beneficiadas ao nível da segurança pública.

6. Do ponto de vista jornalístico, que papel podem assumir as juntas de freguesia, associações locais e outras estruturas comunitárias na construção de narrativas de confiança e cooperação com a PSP?

Resposta: Sendo as juntas de freguesia, associações locais e outras estruturas comunitárias sorvedouros de recursos da PSP, através dos serviços remunerados dos polícias, deveriam

reavaliar as suas opções, recorrendo a outros meios de segurança previstos na lei, de modo a não contribuir para o esgotamento, a longo prazo, dos meios policiais, com repercussões futuras na segurança públicas das suas populações.

7. Na sua opinião, que salvaguardas mínimas deveriam ser asseguradas e devidamente comunicadas (ex.: tempos de resposta, patrulhamento visível, pontos de atendimento alternativos) para evitar um sentimento de insegurança nas comunidades da Calheta, Ponta do Sol e Porto Moniz?

Resposta: A mesma resposta dada no ponto 5.

8. Enquanto observador da realidade regional, considera que a perceção de segurança dos cidadãos está mais associada à manutenção física das esquadras abertas ou à presença visível de patrulhas no terreno?

Resposta: Enquanto observador da realidade regional considero que a perceção de segurança não aumenta com o encerramento de esquadras policiais, até prova em contrário. O sentimento de segurança na Camacha ou no Estreito de Câmara de Lobos cresceu apos o encerramento das esquadras/postos policiais? A PSP reforçou o patrulhamento naquelas freguesias? Tem dados que o possam provar?

9. De que forma os órgãos de comunicação social regionais, como o seu, podem contribuir para o debate público e para a sensibilização sobre eventuais alterações no modelo de policiamento noturno na DPCL?

Resposta: A mesma resposta dada no ponto 5.

10. Que indicadores ou sinais entende que devem ser acompanhados — e noticiados — para avaliar se a medida de encerramento noturno seletivo, com a Ribeira Brava como unidade de suporte para a costa sul e São Vicente como unidade de suporte para a costa norte, cumpre os objetivos sem abalar a confiança pública?

Resposta: A mesma resposta dada no ponto 5.

Testemunha AC – Entrevista a Representante de Ordem Profissional

1. Como avalia a eventual possibilidade de encerramento noturno de algumas esquadras da PSP na Região Autónoma da Madeira?

O encerramento noturno de esquadras, ainda que seletivo, levanta preocupações jurídicas e sociais relevantes. Do ponto de vista da perceção de segurança, a presença física das esquadras funciona como uma garantia institucional para os cidadãos. Retirar essa presença poderá ser interpretado como um retrocesso na afirmação do Estado de direito, sobretudo em zonas periféricas.

2. Considera que tal medida pode afetar os direitos fundamentais dos cidadãos?

Sim. O acesso à justiça e à segurança são direitos fundamentais. Se um cidadão sentir necessidade de apresentar queixa ou procurar apoio policial durante a noite, a ausência de uma esquadra aberta pode ser vista como uma limitação prática ao exercício desse direito. Ainda que existam mecanismos alternativos (linhas telefônicas, patrulhas móveis), estes não substituem a confiança gerada pela porta aberta de uma instituição policial.

3. Do ponto de vista profissional e institucional, quais seriam as principais implicações práticas?

Um dos aspetos mais críticos prende-se com a resposta a vítimas vulneráveis, designadamente em casos de violência doméstica, maus-tratos ou crimes sexuais. A acessibilidade imediata a uma esquadra é um fator de proteção. Sem essa presença física, corre-se o risco de aumentar a subnotificação e o silêncio das vítimas, o que prejudica o sistema de justiça no seu conjunto.

4. Há espaço para medidas compensatórias?

Compreendo os constrangimentos de recursos humanos enfrentados pela PSP, mas entendo que o encerramento deve ser o último recurso. Medidas como o reforço de patrulhamento, unidades móveis de atendimento, sistemas de videovigilância ou protocolos de cooperação com outras entidades podem mitigar alguns riscos, mas não eliminam a perda simbólica e jurídica associada ao fecho da esquadra.

5. Qual a posição geral sobre este tema?

Não se coloca em causa a necessidade de racionalizar recursos, mas manifesta-se grande preocupação com a falta de efetivos policiais na Região Autónoma da Madeira, preocupação essa que não resulta apenas do que é noticiado nos meios de comunicação social, mas também de declarações públicas de responsáveis da PSP e das suas estruturas sindicais. Esta carência é estrutural e já compromete o funcionamento normal do dispositivo policial. Entende-se que qualquer decisão sobre encerramentos noturnos deve ser precedida de uma avaliação de impacto, acompanhada de reforço de efetivos e de um processo de auscultação pública. A segurança é um bem coletivo e deve ser garantida com base na confiança e na transparência.

Entrevista B – Oficial Superior - Direção

1) Na sua experiência, quando faz sentido concentrar o atendimento noturno em menos esquadras?

Resposta:

Adelino Camacho

Na minha perspectiva, que sempre defendi publicamente, a solução do dispositivo territorial (instalações policiais operacionais de atendimento ao público) passa por uma definitiva e profunda reestruturação do mesmo, tendendo para a racionalização (diminuição) do seu número, de forma a libertar polícias para o trabalho operacional e para a resposta a ocorrências policiais urgentes, nomeadamente as que impliquem risco para a vida e integridade física dos nossos concidadãos.

Enquanto tal não suceder considero positivo qualquer paliativo, como concentrar o atendimento noturno em menos esquadras, que permita libertar polícias para a resposta às ocorrências. Este paliativo faz todo o sentido e ocorre noutros setores bem mais urgentes do que receber queixas relativamente à prática de crimes (para as quais os cidadãos dispõem de um prazo de seis meses), tais como as farmácias e mesmo as urgências dos hospitais.

Quem socorre os cidadãos “em apuros” não são as esquadras nem o pessoal que se encontra afeto a elas, mas sim os meios móveis, através de um eficaz comando e controlo, exercido através dos respetivos centros operacionais.

2) O que nunca se deve abdicar durante a noite? (resposta rápida, presença visível, atendimento digno a vítimas, equipa mínima)

Resposta:

As FS têm de manter a sua capacidade operacional de resposta urgente de forma permanente e sustentada. Obviamente a visibilidade policial deverá ser orientada para os locais onde se verifiquem os maiores fluxos de pessoas (por exemplo e de uma forma simplista, durante o dia nos grandes terminais de transportes e à noite junto aos espaços de diversão noturna), sendo meso crítica nos períodos noturnos, quando a maioria das pessoas estão recolhidas nos seus lares.

3) Que erros habituais devem ser evitados numa mudança deste tipo?

Resposta:

Os mesmos que potencialmente poderão ocorrer com uma potencial definitiva e profunda reestruturação do dispositivo territorial, que aliás se verificaram no passado, aquando da implementação da reestruturação que ficou conhecida como “as superquadras” em que, na minha opinião se racionalizou ou simplificou “demasiado”, com excessivamente poucas estruturas policiais operacionais, o que criou problemas relativamente à cobertura geográfica e à projeção de meios, aquando da sua rendição (devido ao trabalho por turnos). O mesmo poderá suceder numa eventual concentração do atendimento noturno em menos esquadras, em que deverão permanecer abertas as estritamente necessárias, levando em conta a realidade geográfica de cada área.

4) Indique três condições que têm de estar na ordem de operações antes de avançar.

Resposta:

Qualquer mudança deste tipo infelizmente tem de ter um aval político, quer do poder central quer do autárquico, pelo que têm que lhes ser fornecidos argumentos convincentes e defensáveis publicamente;

Este tipo de mudanças tem de ser previamente explicada e envolver todos os intervenientes no processo (incluindo os polícias e as estruturas sindicais que os representam);

A mudança tem de ser acompanhada de uma visibilidade policial e de uma disponibilização de recursos para a resposta a ocorrências acrescidas, adequadas aos fins que persegue, de forma a demonstrar no terreno o mérito da sua implementação.

5) Como comunicar a mudança para evitar alarmismo e manter confiança pública?

Resposta:

Explicar publicamente o racional e o objetivo da mudança, demonstrando que ter muitas esquadras e simultaneamente muitos polícias na rua é uma equação simplesmente impossível.

Igualmente repito as três condições que referi na pergunta anterior.

6) Como garantir que localidades periféricas não ficam prejudicadas?

Resposta:

Através de um estudo cuidado, puramente técnico-policial e despido de qualquer influência político-partidária associada ao poder central e, especialmente, local, de forma a seleccionar as esquadras corretas a manter abertas à noite, para assegurar a cobertura geográfica adequada, mesmo relativamente às localidades periféricas.

7) Que boa prática nacional ou internacional recomenda como referência?

Resposta:

Quando exerci as funções de DN, para suportar a necessidade de se proceder a uma definitiva e profunda reestruturação do dispositivo territorial da PSP, estudei e mandei estudar o assunto, que foi consubstanciado através de um memorando/proposta que, em 2021, foi remetido ao MAI.

Para a elaboração deste memorando/proposta foram analisados os dispositivos territoriais de outras polícias estrangeiras, nomeadamente das polícias de Espanha (concretamente na área metropolitana de Madrid), de França (concretamente na área de Paris), de Berlim e de Nova Iorque. Este estudo comparativo evidenciou claramente que a PSP, na área metropolitana de Lisboa, apresenta um comparavelmente elevadíssimo rácio de instalações policiais operacionais por habitantes que serve.

Na grande Lisboa existem 66 Esquadras – 1 Esquadra para 29.982 habitantes;

Na grande Madrid existem 31 Comissariados – 1 para 264.082 habitantes;

Na grande Paris existem 90 Comissariados – 1 para 70.693 habitantes e

Na área metropolitana de Berlim existem 31 Esquadras – 1 Esquadra para 121.110 habitantes.

Na zona metropolitana de Nova Iorque existem 77 instalações policiais (Precints) para 8.622.698 habitantes, o que perfaz uma média de 9 instalações policiais para 1.000.000 de habitantes.

8) Que indicadores simples pediria ver todos os meses?

Resposta:

Tempo médio de resposta às ocorrências policiais urgentes, nomeadamente as que implicam riscos para a integridade física e vida dos nossos concidadãos;

Número de recursos humanos policiais disponíveis em cada turno, para a resposta a ocorrências.

9) Em que cenário daria ‘luz verde’ e em qual ‘não’ à medida?

Resposta:

Como referi anteriormente a solução para a racionalização do dispositivo policial passa por uma profunda reestruturação do mesmo, tendendo para a racionalização (diminuição) do número de instalações policiais (quer operacionais quer outras).

Na minha perspetiva concentrar o atendimento noturno em menos esquadras não passa de uma medida paliativa que, no entanto, prossegue os mesmos objetivos da profunda reestruturação que se impõe. Assim sendo daria, sem dúvida, “luz verde” à medida, após um estudo que evidenciasse um racional puramente policial, relativamente à cobertura geográfica necessária e aos tempos de projeção de meios policiais.

Entrevista C – Oficial Superior - Direção

1) Na sua experiência, quando faz sentido concentrar o atendimento noturno em menos esquadras?

Resposta:

Sempre!

A preocupação não devia ser encerrar esquadras durante o período noturno.

O que fazia sentido era encerrar esquadras, considerando que as simples instalação fixa representa um “sorvedouro” de efectivo.

Poderia ser pensado o atendimento, em período de expediente, em instalações afectas a Juntas de Freguesia, por exemplo, se o volume de expediente registado na esquadra a encerrar o justificasse.

2) O que nunca se deve abdicar durante a noite? (resposta rápida, presença visível, atendimento digno a vítimas, equipa mínima)

Resposta:

Aquilo de que não se pode abdicar, seja em que período do dia for, é da capacidade de resposta da Polícia, Deve manter visibilidade policial, capacidade de resposta em todas as valências e locais de atendimento digno e especializado a quem dele necessite (provavelmente ao nível da Divisão, com a adequada distribuição de meios e tarefas).

3) Que erros habituais devem ser evitados numa mudança deste tipo?

Resposta:

Todo o processo deve ser planeado para aplicação atempada e prolongada.

Para o efeito, a primeira necessidade será o adequado “estudo”, seguido de explicação ao poder local para que sejam eles os nosso primeiros “aliados”. Não podemos ter avaliações efectuadas por percepções que não correspondam aos factos que se constatarem, enviesando as análises operacionais.

4) Indique três condições que têm de estar na ordem de operações antes de avançar.

Resposta:

- Ganhos reais de efectivo “na rua”, não retirando efectivo da divisão alvo da intervenção;
- Planeamento adequado da distribuição de recursos humanos e matérias por forma a manter a presença e visibilidade policial nas áreas que antigamente se encontravam sob responsabilidade da instalação a encerrar, nomeadamente através do estabelecimento de “ordens de missão”;
- Adequada e permanente supervisão das condições anteriores.

5) Como comunicar a mudança para evitar alarmismo e manter confiança pública?

Resposta:

Todo o processo deve ser planeado para adequada comunicação pública e adequado esclarecimento aos autarcas, às populações e às empresas/serviços.

Simultaneamente, devem, de forma exaustiva, ser utilizados os OCS’s para difundir a informação considerada pertinente.

6) Como garantir que localidades periféricas não ficam prejudicadas?

Resposta:

Através do teor das respostas 2) e 4).

7) Que boa prática nacional ou internacional recomenda como referência?

Resposta:

Estocolmo, capital da Suécia, tem apenas uma instalação policial aberta para atendimento ao público em período noturno.

8) Que indicadores simples pediria ver todos os meses?

Resposta:

- Efectivo empenhado diariamente por turno;
- Numero de ocorrências policias e respectivas tipologias;
- Volume de expediente elaborado.

9) Em que cenário daria ‘luz verde’ e em qual diria ‘não’ à medida?

Resposta:

Apenas daria “luz verde” para início do processo se estivessem reunidas as premissas por mim elencadas nos 8 pontos anteriores.

Entrevista D – Oficial Superior - Direção

1) Na sua experiência, quando faz sentido concentrar o atendimento noturno em menos esquadras?

Resposta: A resposta, suportada não apenas em suportes teóricos relativos às atribuições e responsabilidades das polícias, mas igualmente na minha experiência enquanto Comandante de Comandos (CR Madeira e CMETPOR) e de Divisão (Cascais), de C3 e 2.º Comandante (COMETLIS) e de DNA UOOS, faz sentido reduzir o número de locais presentemente destinados ao atendimento público, nomeadamente nas áreas onde existe uma maior quantidade de espaços para esse efeito e, em particular, no período noturno.

2) O que nunca se deve abdicar durante a noite? (resposta rápida, presença visível, atendimento digno a vítimas, equipa mínima)

Resposta: a PSP opera 24 horas e deve, no que são valências típicas de uma força de segurança e órgão de polícia criminal, garantir essas capacitações a todo o momento, desde do trânsito à investigação criminal, passando pelo policiamento e ordem pública, o atendimento de vítimas de crime e a resposta a todos os incidentes graves. O que deve ser ponderado é o nível de prontidão e quantidade de meios/capacidades que, a todo o momento, deverão ser assegurados, sendo evidente, face aos dados disponíveis, que as exigências para cada uma destas valências variam a longo do dia, dos dias da semana e da altura do ano.

3) Que erros habituais devem ser evitados numa mudança deste tipo?

Resposta: irei responder, optando por referir o que não deverá ser escurado:

Avaliar previamente a realidade, não apenas em termos de dados criminais e securitários, mas igualmente em termos de insegurança percebida;

Avaliar, fundamentadamente, os prós e contras das mudanças;

Envolver autarquias locais na discussão;

Envolver polícias na discussão e fomentar a sua adesão e o acreditarem na mudança;

Elaborar um plano de implementação faseado, não esquecendo medidas mitigadoras dos obstáculos que irão surgir (ex. assegurar transporte de vítima que se desloque a uma esquadra que está sem atendimento, para a esquadra de “serviço”);

Partilhar toda a informação relevante, particularmente com poder local e associações representativas das populações que irão ser “afetadas”, envolvendo os media locais no processo;

Criar e implementar mecanismos de monitorização e avaliação da mudança;

Evitar a todo o custo passar a ideia de “encerramento” de Esquadra, para a modalidade de concentração do atendimento público para Esquadra especializada;

Assegurar mecanismos de controlo e supervisão, particularmente no que respeita aos recursos humanos e materiais que irão “participar” de forma mais ativa na mudança.

4) Indique três condições que têm de estar na ordem de operações antes de avançar.

Resposta: Qualquer uma das medidas anteriores é relevante, mas poderia selecionar as seguintes três:

Envolver autarquias locais na discussão;

Envolver polícias na discussão e fomentar a sua adesão e o acreditarem na mudança;

Assegurar mecanismos de controlo e supervisão, particularmente no que respeita aos recursos humanos e materiais que irão “participar” de forma mais ativa na mudança.

5) Como comunicar a mudança para evitar alarmismo e manter confiança pública?

Resposta: A comunicação, suportada em informação objetiva e na clareza das mais-valias versus inconvenientes da mudança (redução dos locais de atendimento público no período noturno, ou outra medida), é um elemento essencial no processo. O envolvimento do poder local, das associações representativas da comunidade e dos media locais (bem como redes sociais), são instrumentos essenciais, desde que exista uma efetiva transparência e intenção de clarificação.

6) Como garantir que localidades periféricas não ficam prejudicadas?

Resposta: conforme referido na resposta à questão 3, importará “elaborar um plano de implementação faseado, não esquecendo medidas mitigadoras dos obstáculos que irão surgir (ex. assegurar transporte de vítima que se desloque a uma esquadra que está sem

atendimento, para a esquadra de “serviço”)” e, “Evitar a todo o custo passar a ideia de “encerramento” de Esquadra, para a modalidade de concentração do atendimento público para Esquadra especializada” A identificação e posterior implementação dessas medidas mitigadoras deverão ser discutidas localmente com o envolvimento as comunidades que irão ser afetadas.

7) Que boa prática nacional ou internacional recomenda como referência?

Resposta: não me considero particularmente habilitado para dar essa indicação, tanto mais que o problema de base na organização da PSP, particularmente nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto, decorre do elevado número de instalações policiais com valência de atendimento ao público, sendo que a limitação temporal do período de “não atendimento”, uma medida, apesar de pertinente e válida, de eficiência limitada.

8) Que indicadores simples pediria ver todos os meses?

Resposta: Cada realidade implicará o seu plano de implementação e a definição dos seus indicadores. Em termos muito simplistas poderia referir:

Número de pessoas que se deslocaram a esquadra sem atendimento ativo;

Tipo de ocorrência que originou a deslocação (crime em curso, crime já ocorrido, pedido de informação, acidente de trânsito, incidente de ordem pública, etc.);

Adicional de registos, durante o período noturno, da Esquadra de “atendimento”;

Número e tipologia de reclamações;

Adicional de ações de policiamento decorrente da deslocalização dos polícias das Esquadra temporariamente sem atendimento;

Evolução da Criminalidade geral e proatividade policial nas Esquadras em análise.

9) Em que cenário daria ‘luz verde’ e em qual diria ‘não’ à medida?

Resposta: Tenho dificuldades, sem estar “envolvido” no processo, com toda a informação necessária e sem perceber os impactos mais previsíveis da medida, em identificar cenários e prever decisões. Trata-se de ser uma medida relevante e pertinente e com alguns impactos efetivos ao nível dos ganhos de pessoal, mas com reduzida aceitação e compreensão por parte das comunidades, do poder local (particularmente em realidades de alguma competição ou bairrismos), e com um potencial de crítica por parte dos media.

Entrevista E – Dirigente Sindical - Direção

1 -Enquanto Dirigente Sindical, como avalia a importância da presença policial noturna no dispositivo da Divisão Policial de Câmara de Lobos (DPCL), em termos de segurança pública e tranquilidade das populações?

Resposta;

AASPP/PSP naturalmente entende que, por via da presença de policiais nos locais públicos, por via da sua visibilidade, do patrulhamento e mais importante, de um policiamento de proximidade, fica mais acautelada a segurança pública, desde logo em termos efetivos, como a tranquilidade das populações, nesta dimensão também do ponto de vista da percepção.

Ou seja, todos percebemos que a segurança efetiva e a percepção, sendo conceitos diferentes, caminham de mão dada, na perspectiva de segurança e na percepção que as pessoas têm relativamente à tranquilidade e paz públicas.

Por essa razão, a ASPP mantém a sua posição, relativamente à videovigilância e outros sistemas de prevenção, como algo interessante mas em complemento aos efetivos humanos e não como substituto.

Se essa presença policial tiver como enquadramento o período noturno, torna-se ainda mais pertinente, pela envolvente e características que este período tem, o que poderá em muito ser mitigado com uma robusta ou visível presença policial ou mesmo, patrulhamento.

2- De que forma a falta de efetivos afeta o serviço policial noturno na Região Autónoma da Madeira, quer ao nível da capacidade de resposta à população, quer ao nível das condições de trabalho dos polícias?

Resposta;

A falta de efetivos é uma realidade que se constata em muitas zonas do país, particularmente no CR da Madeira, e essa falta traz evidentes prejuízos junto das populações, uma vez que essa limitação faz com que os polícias, pela sobrecarga de ocorrências e de trabalho, demoram mais tempo a responder às chamadas, o que poderá determinar inclusive, a dinâmica da ocorrência, com os impactos negativos que daí pode ocorrer.

Não nos podemos esquecer que o socorro às populações e a resposta a situações limite podem determinar o resultado final de uma qualquer ocorrência.

Um quadro de polícias correto, permite uma gestão do efetivo muito mais capaz, racional e eficaz.

Da mesma forma, os profissionais sendo poucos, vêm-se confrontados com mais serviços, inclusive sobrecarga de trabalho, perda de folgas, desmotivação, cansaço e um quadro de burnout.

Naturalmente para a sensibilidade e complexidade da missão policial, a escassez de meios, principalmente humanos, é um erro e deve ser combatido.

3 - Na sua perspetiva, que medidas imediatas e de médio prazo considera essenciais para mitigar os impactos desta falta de efetivos na PSP da Madeira?

Resposta;

A ASPP considera e tem reiteradamente dito que, o ponto em que se encontra a PSP, resulta de anos e anos de desinvestimento e que, qualquer medida a ser tomada deve ser estrutural e, mesmo se for tomada hoje, só terá um qualquer resultado a três ou quatro anos.

Como tal, impõe-se medidas imediatas, como sendo uma gestão de prioridades, ou seja, percebendo, com base dos dados existentes, os fenómenos criminais, suas incidências, recurso a efetivos que, encontrando-se em serviços não tão relevantes no campo das respostas ou do pleno funcionamento da Instituição, possam dar um apoio na parte operacional.

Junto de outras instâncias e estruturas, recorrer a esses para libertar os polícias da PSP para missões policiais, há centenas de polícias a trabalhar para tribunais, outros para outras entidades e principalmente com serviço de cariz administrativo.

Em paralelo, e numa perspectiva a médio prazo, negociar alterações profundas com as estruturas sindicais e contemplar a valorização salarial da carreira, dignificar a profissão, aumentar e regular os suplementos remuneratórios, criar investimentos que permitam boas condições de trabalho, cumprir a pré aposentação e melhorar os apoios sociais e de apoio na doença.

Em simultâneo, proceder a alterações na mobilidade [com um reestruturação do dispositivo policial] e alterar uma gestão integral da segurança interna.

4 - Que papel pode assumir o sindicato no diálogo com a Direção Nacional da PSP, o Ministério da Administração Interna e as autarquias, para garantir soluções que não prejudiquem os profissionais nem os cidadãos?

Resposta:

A ASPP tem muitos anos de intervenção sindical, aliás, é pioneira nesse trabalho.

Após o 25 de Abril de 1974 ainda de uma forma clandestina, até 2001 como associação e a partir de 2002 já como sindicato.

Ou seja, é a mais representativa e antiga estrutura na PSP, determinando um papel fulcral na ação sindical e na defesa dos profissionais, e por consequência, numa segurança pública de qualidade.

Só concebemos que a segurança que se presta às populações, tenha mais qualidade, caso os profissionais estejam bem, respeitados e motivados.

A ASPP tem reunido constantemente com a tutela, DNPS e grupos parlamentares e autarcas no sentido de fazer chegar as suas propostas que são bastante válidas, mas muitas vezes ignoradas por quem tem responsabilidade política ou diretiva.

Portanto, o papel da ASPP foi, é, e pode ser no futuro determinante, caso nos ouçam, pois conhecemos bem a realidade, as dinâmicas, as dificuldades de comando e também as críticas dos profissionais. Associado a este importante dado, temos dirigentes e delegados de todas as carreiras, valências e primamos pelo diálogo construtivo, apesar de historicamente termos desenvolvido as maiores manifestações de polícias em Portugal.

Concretamente será, ouçam-nos, envolvam-nos e nós ajudaremos, caso optem por nos ignorar, deixarão tudo mais difícil.

5 - Considera que a visibilidade policial no terreno é mais determinante para a perceção de segurança dos cidadãos do que a manutenção física de esquadras abertas durante a noite?

Resposta:

Interessante questão, porque nos últimos anos a ASPP alterou a sua posição, não porque a anterior posição estaria errada, mas porque as dinâmicas sociais alteraram, o comportamento das pessoas é outro, e a escassez de efetivo obriga a uma adaptação e ajuste .

A esquadra física aberta naturalmente tem um impacto para quem reside ou circula pelas proximidades do local onde se encontra instalada, isso parece certo.

Mas tendo em conta que, uma Esquadra carece de muitos polícias para se manter aberta, uma vez que as esquadras são um local para as pessoas habitualmente formalizarem algo já efetivamente concretizado, deturpa a essência preventiva da intervenção policial e aí, é necessário ter polícias na rua, para prevenção.

Ademais, face à escassez de efetivos é importante perceber esta realidade.

No entanto, entendemos que esta modalidade deve ser sempre acompanhada com outras medidas de combate à falta de candidatos e valorização da carreira.

6 - Que salvaguardas operacionais e laborais entende fundamentais (ex.: tempos de resposta, turnos equilibrados, folgas respeitadas, patrulhamento visível) para garantir a confiança das comunidades e a motivação dos polícias em cenários de reorganização do dispositivo?

Resposta:

Relativamente à confiança das comunidades nas forças de segurança, em particular na PSP, acredito que ela existe e os últimos estudos assim o traduzem

Já no que diz respeito à motivação dos polícias, essa está em baixo, fruto de anos e anos de desinvestimento e secundarização pelos problemas identificados.

A reorganização do dispositivo terá de ocorrer e penso que os profissionais irão adaptar-se ainda assim, porque o modelo atual consagra muitos problemas e desafios.

Agora, importa antes disso tornar a profissão atrativa, melhorar as condições de trabalho, respeitar os direitos dos profissionais, instituir um estatuto e condição à altura e avançar.

Relativamente ao modelo, para a ASPP o que melhor serve as populações será o de proximidade, mas como instrumento político e que envolva as demais valências públicas e não se reduza a instrumento interno da PSP.

Mas para isso é necessário investir, cumprir e avançar.

Testemunha F – Oficial Superior

1. Na sua avaliação, quais são os principais desafios operacionais enfrentados atualmente durante o período noturno nesta Divisão?

Resposta:

Durante o período noturno a nossa interação com a população é maioritariamente em ocorrências na via pública, após contacto telefónico com esta Polícia, sendo residuais as interações na Esquadra durante o período noturno.

Desta forma, tentamos sempre que possível, em todas as Esquadras ter 1 carro-patrolha completo (com 2 polícias) a circular por área de cada Subunidade.

2. Que impacto considera que o encerramento noturno de determinadas esquadras poderia ter na presença policial e na capacidade de resposta da PSP?

Resposta:

Em algumas Subunidades o impacto de encerrar no período noturno seria pouco ou nenhum, uma vez que a interação presencial com o público não é efetuada na esquadra.

Desta forma, o encerramento de esquadras durante o período noturno poderia levar ao aumento da capacidade de patrulhamento auto, pois aumentaria o número de polícias disponíveis para patrulhamento, em detrimento dos polícias para atendimento nas esquadras.

3. Em termos de recursos humanos e gestão de turnos, de que forma esta medida poderia influenciar a eficácia do dispositivo policial?

Resposta:

Ao retirarmos um Polícia de Graduado de Serviço nas esquadras encerradas, ganharemos Polícias para integrar tripulações dos carros-patrolha. Deste modo, ganharíamos mais Polícias na rua, pelo que poderíamos melhorar a resposta às ocorrências.

4. Como interpreta a relação entre o encerramento noturno de esquadras e a perceção de segurança por parte da população?

Resposta:

Normalmente a população associa a presença de uma esquadra à sua perceção de segurança, quando na verdade, mais segurança não significa que tenha que haver uma esquadra aberta. O que na realidade é necessário é termos Polícias disponíveis para o serviço operacional. Talvez, tenha de haver um esforço para fazer chegar à população através das autarquias essa ideia, todavia, os próprios executivos municipais, não tendem a entender esta posição.

5. Que fatores locais (acessibilidades, dispersão populacional, sazonalidade turística, iluminação pública) mais condicionam o desempenho policial noturno?

Resposta:

Julgo que os fatores locais não tem grande influência no desempenho policial, até porque temos uma esquadra por concelho e boas acessibilidades rodoviárias, o que permite com recurso a um automóvel chegarmos rapidamente a todos os locais. Motivo pelo qual o patrulhamento auto na área desta divisão é o mais adequado para dar resposta às solicitações que nos são dirigidas.

6. Que salvaguardas ou medidas compensatórias considera indispensáveis para que esta reorganização funcione sem comprometer o serviço ao cidadão?

Resposta:

Para que se possa encerrar uma Esquadra no período noturno, e quando digo encerrar a Esquadra, refiro-me apenas ao atendimento ao público efetuado pelo Graduado de Serviço (apresentação de denúncias etc), devemos ter em conta a salvaguarda/segurança das instalações. Assim a jusante do fecho noturno das esquadras, devem as mesmas ser equipadas com sistemas de videovigilância e de alarmística. Paralelamente os carros-patrolha que estejam a circular devem efetuar passagens descontínuas junto às instalações.

De igual modo, e para salvaguardar a eventualidade de um cidadão se dirigir a uma das esquadras encerradas, deve a mesma estar equipada com um sistema de videoporteiro ligado diretamente ao Centro de Comando e Controlo Operacional e centro operacional 112, de modo que possam ser despachados meios policiais no caso de se tratar de uma urgência.

7. Na sua experiência, a proximidade ao cidadão depende mais da manutenção de esquadras abertas ou da visibilidade de patrulhas no terreno?

Resposta:

Atualmente com todas as tecnologias que temos ao dispor a PSP nunca esteve tão próxima do Cidadão. A visibilidade e contacto pessoal são sem dúvida uma das formas da população

sentir-se mais segura e protegida pela PSP, no entanto, as novas tecnologias proporcionam uma interação direta com o cidadão, sem necessidade de o contacto ser presencial.

As Esquadras abertas para receção de denúncias/queixas poderá per si vir a diminuir, pois as novas gerações poderão fazê-lo sem haver deslocações às Esquadras. Atente-se que já existe uma plataforma informática que permite a apresentação de denúncias/queixas via online.

Ademais, com menos policiais afetos a tarefas burocráticas poderemos aumentar a visibilidade nas ruas, que é sem dúvida mais importante do que a presença física na esquadra. Em suma, considero que a proximidade ao cidadão está mais dependente da interação no terreno.

8. Como avalia o papel da UMAV (Unidade Móvel de Atendimento e Visibilidade), do patrulhamento dinâmico e de tecnologias como o CCCO e do CCTV no reforço da eficácia noturna?

Resposta:

A meu ver é uma mais-valia e um complemento necessário, para elevar a presença policial no terreno.

9. Que indicadores (operacionais, de confiança pública ou de satisfação dos cidadãos) considera mais relevantes para monitorizar o sucesso ou insucesso desta medida?

Resposta:

Os indicadores seriam analisados à posteriori e talvez com um prazo de 6 meses a 1 ano de aplicabilidade.

Os indicadores operacionais, são permanentemente avaliados, independentemente do fecho noturno das esquadras, pelo que teríamos de nos focar na avaliação da satisfação dos cidadãos. Para o efeito poderíamos recorrer a inquéritos de satisfação, sugerindo-se uma pareceria com a Universidade para a sua validação científica e sua aplicação prática seria efetuada em parceria com as autarquias locais.

10. Que riscos ou cenários adversos identifica que devem ser prevenidos caso se avance com o encerramento noturno seletivo das esquadras?

Resposta:

Ao nível dos riscos, apenas vislumbro que o encerramento noturno terá de ser acompanhado por um investimento em sistemas de segurança físicos (elencados no ponto 6), para garantir a inviolabilidade das instalações.

Ao nível dos cenários adversos, considero que se esta medida não for devidamente explicada aos decisores políticos e à população, poderá ser entendida como uma medida que retira a segurança às populações, quando o que se pretende é precisamente o contrário.

Testemunha G – Entrevista - Jornalista – Diretor de um órgão de comunicação social regional

1. Enquanto, diretor de um jornal regional, como avalia a relevância da presença policial noturna no dispositivo policial da Divisão Policial de Câmara de Lobos (DPCL), em termos de segurança percebida pela população?

Resposta:

Esse é um tema da maior relevância.

É preciso contextualizar: Câmara de Lobos, enquanto município e enquanto cidade tem um histórico de pobreza, violência e consumos excessivos.

É justo reconhecer que esse quadro melhorou muito nos últimos anos, que há um esforço das autoridades municipais, locais e regionais, para mudar essa imagem e há trabalho feito com sucesso.

Porém, um eventual desinvestimento da PSP, particularmente na sua presença física no concelho e na área de intervenção da Divisão Policial de Câmara de Lobos pode ter um efeito negativo. Pode mesmo deitar por terra mais de uma década de empenho coletivo por uma real perceção de segurança, sobretudo à noite.

2. Na sua perspetiva, quais poderão ser os principais impactos sociais e mediáticos — positivos ou negativos — que o eventual encerramento noturno das esquadras da Calheta, Ponta do Sol e Porto Moniz poderá gerar no quotidiano dos cidadãos abrangidos pela DPCL?

Resposta:

Não se perspectiva nenhum impacto social e mediático positivo perante o cenário que coloca. Qualquer cidadão percebe que, mesmo em localidades pequenas, o encerramento noturno das esquadras da PSP constitui uma ideia firme de relaxamento das autoridades, de afrouxamento da capacidade de intervenção. Dito de outra forma, esse eventual encerramento traz consigo um convite aos abusos, aos pequenos delitos e aos excessos próprios de terras sem autoridade.

3. Como interpreta a articulação entre autarquias, forças de segurança e órgãos de comunicação social no debate sobre este tipo de medidas? Que papel podem os jornais e os seus jornalistas assumir no escrutínio e na mediação destas decisões?

Resposta:

Não me parece que os Órgãos de Comunicação Social possam fazer muito mais do que o seu papel principal: denunciar, alertar, fazer notícia de episódios contrários ao bem comum, nomeadamente no que toca à segurança de pessoas e bens.

Reconheço que as forças de segurança têm hoje uma visão mais abrangente do fenómeno mediático e contribuem de forma mais proativa para uma informação mais rigorosa e célere. Qualquer desvio ou recuo nesse caminho será um desinvestimento no papel social das forças de segurança.

Por fim, creio que as autarquias têm feito o seu papel de pressão para que a PSP permaneça onde está e para que reforce os seus meios humanos e materiais.

4. Que fatores urbanísticos, geográficos ou demográficos (ex.: acessos viários, dispersão habitacional, zonas isoladas) considera mais relevantes para explicar as diferentes perceções de segurança noturna nos concelhos abrangidos pela DPCL?

Resposta:

A dispersão habitacional constitui certamente um elemento a ter em conta na perceção de falta de segurança. E a Madeira e os concelhos em causa, constituem pequenas áreas territoriais quando comparadas com outros municípios mais densamente povoados, mas carecem na mesma de policiamento de proximidade. E isso, não se consegue com qualquer redução de meios.

É evidente que também a questão urbanística tem de ser considerada, sobretudo em áreas mais distantes dos centros, assim como os acessos viários, quando existem. Na Madeira, há localidades ainda de difícil acesso viário.

5. Que mecanismos de comunicação pública e de proximidade informativa entende fundamentais para que a população mantenha confiança nas instituições caso se concretize o encerramento noturno destas esquadras?

Resposta:

A resposta mais óbvia será justamente o reforço da comunicação. Mas parece razoável perceber que nenhuma comunicação pública, nenhum comunicado, nenhuma conferência, nenhuma entrevista pode sobrepor-se ao sentimento de ausência e de abandono das forças de segurança. Qualquer encerramento será visto, a breve prazo, como uma via verde aos pequenos abusos com risco de servir para a criação de zonas problemáticas onde, futuramente, a PSP terá maior dificuldade em agir.

6. Na sua opinião, que papel podem assumir as juntas de freguesia, associações locais e outras estruturas comunitárias na construção de narrativas de confiança e cooperação com a PSP?

Resposta:

Essa é uma questão pertinente, a que respondo com um exemplo muito concreto:

Recentemente, perante o aumento exponencial de casos de tráfico e pequenos delitos na pacata freguesia de São Roque, no Funchal, a Junta de Freguesia optou por dar voz a essa insegurança, em vez de a esconder.

Além disso, convidou a PSP a ir ao terreno. A ouvir os autarcas e a patrulhar as zonas mais suspeitas.

Esse trabalho levou meses com muitas reuniões entre a Junta e a PSP e com o reconhecimento público da necessidade desse trabalho e de maior policiamento na freguesia a qualquer hora do dia e, sobretudo, da noite.

A ideia que persiste hoje é que o problema foi resolvido e aumentou significativamente a perceção de segurança na localidade.

Passados alguns meses, a PSP deixou de ter essa presença tão assídua e diminuíram os relatos de pequenos delitos e casos de tráfico.

Significa este exemplo que a comunidade deve estar disponível para alertar a PSP e a PSP deve estar disponível para ouvir a comunidade e agir em conformidade.

7. Que salvaguardas mínimas deveriam ser asseguradas e devidamente comunicadas (ex.: tempos de resposta, patrulhamento visível, pontos de atendimento alternativos) para evitar um sentimento de insegurança nas comunidades da Calheta, Ponta do Sol e Porto Moniz?

Resposta:

Creio que nenhuma dessas ações vai eliminar esse sentimento de segurança na Calheta, Ponta do Sol e Porto Moniz.

8. Enquanto observador da realidade regional, considera que a perceção de segurança dos cidadãos está mais associada à manutenção física das esquadras abertas ou à presença visível de patrulhas no terreno?

Resposta:

Acho que a perceção de segurança resulta das duas condicionantes: presença física e patrulhamento.

Qualquer desinvestimento nesta área, será entendido como abandono das comunidades e um convite à pequena criminalidade com tendência a crescer rapidamente.

9. De que forma os órgãos de comunicação social regionais, como o seu, podem contribuir para o debate público e para a sensibilização sobre eventuais alterações no modelo de policiamento noturno na DPCL?

Resposta:

O jornal está disponível para confrontar as autoridades policiais, municipais e regionais sobre essa eventualidade e respetivas consequências.

Estamos igualmente disponíveis para dar conta de eventuais posicionamentos públicos que venham a ser assumidos pelas diversas entidades interessadas nesta matéria.

10. Que indicadores ou sinais entende que devem ser acompanhados — e noticiados — para avaliar se a medida de encerramento noturno seletivo, com a Ribeira Brava como unidade de suporte para a costa sul e São Vicente como unidade de suporte para a costa norte, cumpre os objetivos sem abalar a confiança pública?

Resposta:

Qualquer alteração do modelo organizacional que implique redução de efetivos ou de presença física será visto como um desinvestimento. E isso afeta e abala claramente a confiança pública.

Mesmo sendo uma situação bastante diferente, vale a pena recordar o que aconteceu com o encerramento noturno de centros de saúde como o de Santana. Durante largos meses as autoridades regionais insistiram que não era necessário ter urgências abertas 24 horas por dia. E ao fim desses meses, as mesmas autoridades reconheceram que era preciso voltar a abrir as urgências à noite, justamente para evitar esse abalar de confiança pública.

Testemunha H – Autarca – Presidente de um município da Região Autónoma da Madeira

1. Como avalia a relevância da presença policial noturna no seu concelho, em termos de segurança percebida pela população?

Resposta: A presença policial noturna no concelho é satisfatória, com os meios que a esquadra possui.

2. Que impacto considera que poderá ter, para os cidadãos do seu concelho, o facto de a esquadra local assumir o papel de unidade de suporte noturno para os concelhos vizinhos?

Resposta: O impacto não seria sentido pelas populações desde que haja aumento do número de efetivos para esse feito.

3. De que forma a autarquia tem colaborado - ou poderia colaborar - com a PSP na disponibilização de instalações, meios ou apoio logístico/administrativo para reforçar a segurança pública?

Resposta: O município poderia colaborar na cedência de algum imóvel que não esteja a ser utilizado, como por exemplo, uma escola.

4. Na sua perspetiva, quais são os fatores urbanísticos ou ambientais (iluminação pública, acessos viários, dispersão habitacional, zonas isoladas) que mais influenciam a sensação de segurança noturna no concelho?

Resposta: Os fatores urbanísticos ou ambientais que mais influenciam a sensação de segurança noturna no concelho são os acessos viários e dispersão habitacional.

5. Que mecanismos de comunicação ou de proximidade com a população considera fundamentais para manter a confiança dos cidadãos face a esta reorganização?

Resposta: Os mecanismos de comunicação fundamentais para manter a confiança dos cidadãos é a presença e o diálogo nas diferentes zonas.

6. Qual o papel que atribui às juntas de freguesia e outras estruturas locais no apoio ao atendimento de cidadãos ou no reforço da cooperação com a PSP?

Resposta: O papel fundamental das juntas de freguesia é a proximidade de contacto que têm com a população que reside em zonas mais dispersas.

7. Na sua opinião, que salvaguardas mínimas deveriam ser asseguradas (ex.: tempos de resposta, patrulhamento visível, pontos de acolhimento) para que a comunidade do seu concelho mantenha confiança no novo modelo?

Resposta: Tempo de resposta e patrulhamento visível são métodos que deveriam ser asseguradas para a confiança dos munícipes.

8. Como interpreta a perceção dos munícipes relativamente à segurança: considera que está mais associada à manutenção de esquadras abertas ou à presença visível de patrulhas no terreno?

Resposta: As duas situações são indicadoras de perceção de segurança.

9. Que contributos adicionais, para além da reivindicação junto das autoridades centrais, entende que a Câmara Municipal do seu concelho poderia oferecer para melhorar a segurança local, em articulação com a PSP?

Resposta: A colocação de câmaras de videovigilância em zonas urbanas seria oportuno para melhorar a segurança local.

10. Na sua visão, que indicadores ou sinais deveriam ser monitorizados para avaliar se a medida de encerramento noturno seletivo, com a do seu concelho como unidade de suporte, está a cumprir os objetivos sem comprometer a confiança pública?

Resposta: A realização de inquéritos às pessoas.

Entrevista - I – agente em serviço na Calheta

1. Do ponto de vista de quem exerce funções operacionais, como avalia a relevância da presença policial noturna nas esquadras da DPCL (Câmara de Lobos, Ribeira Brava, Ponta do Sol, Calheta, São Vicente e Porto Moniz), em termos de tranquilidade e segurança da população local?

Resposta: Avalio de uma forma positiva, na medida em que uma esquadra aberta tranquiliza as populações e traz sempre maior sentimento de segurança à população.

2. A partir da sua experiência que tipo de ocorrências noturnas considera mais críticas em concelhos semelhantes aos abrangidos pela DPCL (ex.: violência associada ao consumo de álcool, distúrbios públicos, acidentes rodoviários)?

Resposta: Todo o tipo de ocorrência que esteja relacionado com a existência de crimes, sejam eles relacionados com ofensas a integridade física e que ponham em risco a vida da população, sejam eles crimes contra o património. As ocorrências envolvendo crimes relacionados com o tráfico e consumo de substâncias Psicotrópicas, num concelho como o de Câmara lobos, torna-se por vezes críticas e de difícil resolução, principalmente pelo elevado número de ocorrências.

3. Como Agente colocado na DPCL, de que forma considera que a limitação de efetivos na região condiciona a capacidade global da DPCL de assegurar policiamento noturno eficaz em todo o concelho?

Resposta: Atendendo ao facto de o sentimento de insegurança aumentar durante a noite, a limitação de efetivos condiciona o policiamento noturno, na medida em que a falta de efetivo, não permite que as esquadras mantenham os serviços mínimos com que estamos habituados a trabalhar, um graduado (Banca), um sentinela e uma tripulação de um CP constituída no mínimo por dois elementos, que seria o suficiente para dar respostas a maioria das ocorrências.

4. Na sua perspetiva, quais são os maiores desafios operacionais do policiamento noturno em concelhos periféricos ou de baixa densidade populacional, como acontece em parte da DPCL?

Resposta: Manter as esquadras abertas para atendimento ao público com o mínimo de efetivo necessário e um CP com uma tripulação composta no mínimo por dois elementos para se deslocar as ocorrências e fazerem visibilidade.

5. Do seu ponto de vista, a perceção de segurança dos cidadãos depende mais da existência de esquadras abertas durante a noite ou da visibilidade de patrulhas móveis no terreno?

Resposta: Depende mais da visibilidade e da rápida capacidade de resposta policial no terreno. Uma esquadra aberta é também importante, mas muito do serviço ali prestado pode ser encaminhado em tempo útil para o horário expediente ou para outra esquadra, como é o caso das queixas/denúncias.

6. Que salvaguardas mínimas (ex.: tempos de resposta aceitáveis, reforço de meios móveis, apoio interdivisional, condições de serviço) considera essenciais para manter a confiança das populações e a motivação dos polícias destacados em contextos de menor efetivo?

Resposta: No que toca a confiança das populações é muito importante que as esquadras mantenham sempre uma patrulha, de preferência auto, para dar resposta as ocorrências que vão surgindo e fazer visibilidade, para prevenir a prática de eventuais ilícitos e marcarem presença junto as populações, reforçando assim o sentimento de segurança. No que toca os elementos polícias, uma forma de os manter motivados é ter sempre alguém ao lado para trabalhar e nunca ir a situações/ocorrências com elevado grau de complexidade e ter que intervir sozinho como muitas vezes acontece cá na região, sobretudo nas esquadras mais pequenas e com pouco efetivo.

Entrevista J – Agente em funções na Esquadra de São Vicente

1. Do ponto de vista de quem exerce funções operacionais, como avalia a relevância da presença policial noturna nas esquadras da DPCL (Câmara de Lobos, Ribeira Brava, Ponta do Sol, Calheta, São Vicente e Porto Moniz), em termos de tranquilidade e segurança da população local?

Resposta: Avalio de uma forma positiva, na medida em que uma esquadra aberta tranquiliza as populações e traz sempre maior sentimento de segurança à população.

2. A partir da sua experiência que tipo de ocorrências noturnas considera mais críticas em concelhos semelhantes aos abrangidos pela DPCL (ex.: violência associada ao consumo de álcool, distúrbios públicos, acidentes rodoviários)?

Resposta: Todo o tipo de ocorrência que esteja relacionado com a existência de crimes, sejam eles relacionados com ofensas a integridade física e que ponham em risco a vida da população, sejam eles crimes contra o património. As ocorrências envolvendo crimes relacionados com o tráfico e consumo de substâncias Psicotrópicas, num concelho como o de Câmara, torna-se por vezes críticas e de difícil resolução, principalmente pelo elevado número de ocorrências.

3. Como um dos elementos mais antigos na sua esquadra e na DPCL, de que forma considera que a limitação de efetivos na região condiciona a capacidade global da DPCL e na sua esquadra de assegurar policiamento noturno eficaz em todos os concelhos?

Resposta: Atendendo ao facto de o sentimento de insegurança aumentar durante a noite, a limitação de efetivos condiciona o policiamento noturno, na medida em que a falta de efetivo, não permite que as esquadras mantenham os serviços mínimos com que estamos habituados a trabalhar, um graduado (Banca), uma sentinela e uma tripulação de um CP constituída no mínimo por dois elementos, que seria o suficiente para dar respostas a maioria das ocorrências.

4. Na sua perspetiva, quais são os maiores desafios operacionais do policiamento noturno em concelhos periféricos ou de baixa densidade populacional, como acontece em parte da DPCL?

Resposta: Manter as esquadras abertas para atendimento ao público com o mínimo de efetivo necessário e um CP com uma tripulação composta no mínimo por dois elementos para se deslocar as ocorrências e fazerem visibilidade.

5. Do seu ponto de vista, a perceção de segurança dos cidadãos depende mais da existência de esquadras abertas durante a noite ou da visibilidade de patrulhas móveis no terreno?

Resposta: Depende mais da visibilidade e da rápida capacidade de resposta policial no terreno. Uma esquadra aberta é também importante, mas muito do serviço ali prestado pode ser encaminhado em tempo útil para o horário expediente ou para outra esquadra, como é o caso das queixas/denúncias.

6. Que salvaguardas mínimas (ex.: tempos de resposta aceitáveis, reforço de meios móveis, apoio interdivisional, condições de serviço) considera essenciais para manter a confiança das populações e a motivação dos polícias destacados em contextos de menor efetivo?

Resposta: No que toca a confiança das populações é muito importante que as esquadras mantenham sempre uma patrulha, de preferência auto, para dar resposta as ocorrências que vão surgindo e fazer visibilidade, para prevenir a prática de eventuais ilícitos e marcarem presença junto as populações, reforçando assim o sentimento de segurança. No que toca os elementos policias, uma forma de os manter motivados é ter sempre alguém ao lado para trabalhar e nunca ir a situações/ocorrências com elevado grau de complexidade e ter que intervir sozinho como muitas vezes acontece cá na região, sobretudo nas esquadras mais pequenas e com pouco efetivo

Entrevista K – Agente da Esquadra Policial da Ponta do Sol

1. Qual é a sua perceção sobre a importância da Esquadra da Ponta do Sol para o concelho?

Resposta: A esquadra é muito importante para o concelho e considero que deve continuar aberta 24 horas. A população está habituada a recorrer a nós em qualquer altura e sente confiança em saber que tem sempre a esquadra disponível.

2. Como descreve a sua experiência de trabalho noturno nesta esquadra?

Resposta: Muitas vezes trabalho sozinho durante a noite. Quando recebo um telefonema de ajuda, costumo pedir apoio à esquadra da Calheta e, em algumas situações, à esquadra da Ribeira Brava. No fim, conseguimos resolver as ocorrências, mas não deixa de ser exigente.

3. Considera que é arriscado trabalhar sozinho durante a noite?

Resposta: É verdade que por vezes é perigoso, mas já me habituei a adotar medidas de segurança, como fechar e trancar a porta da esquadra quando estou sozinho. Mesmo assim, prefiro manter a esquadra aberta do que ver a população sem este ponto de referência.

4. Qual seria o impacto para si e para a comunidade se a Esquadra da Ponta do Sol encerrasse de noite e o serviço passasse para a Ribeira Brava?

Resposta: Para mim seria muito negativo. Eu resido perto da esquadra e organizei a minha vida para estar mais próximo da família, depois de ter passado alguns anos a trabalhar no Funchal enquanto aguardava transferência. Além disso, o concelho perderia em proximidade policial.

5. Qual é a perceção entre os colegas sobre a eventual alteração de horários ou encerramento de esquadras na DPCL?

Resposta: Pelo que sei, depois de se falar de um estudo sobre possíveis encerramentos, a grande maioria dos colegas não concorda nem aceita essa hipótese. Muitos recusaram mesmo participar em entrevistas ou dar a sua opinião, precisamente por estarem contra. Eu aceitei responder porque acho importante deixar claro que a nossa posição é firme: a esquadra deve manter-se aberta 24 horas.

Entrevista L – ao polícia com a categoria de Agente na Esquadra do Funchal

1. Do ponto de vista de quem exerce funções noutras divisões do CRM, como avalia a relevância da presença policial noturna nas esquadras da DPCL (Câmara de Lobos, Ribeira Brava, Ponta do Sol, Calheta, São Vicente e Porto Moniz), em termos de tranquilidade e segurança da população local?

Resposta: Uma esquadra aberta é sempre um maior sentimento de segurança

2. A partir da sua experiência noutros contextos do CRM, que tipo de ocorrências noturnas considera mais críticas em concelhos semelhantes aos abrangidos pela DPCL (ex.: violência associada ao consumo de álcool, distúrbios públicos, acidentes rodoviários)?

Resposta: Violência associada ao consumo de substâncias Psicotrópicas, furtos e violência doméstica

3. Embora não esteja colocado na DPCL, de que forma considera que a limitação de efetivos na região condiciona a capacidade global do CRM de assegurar policiamento noturno eficaz em todos os concelhos?

Resposta: Não existe efetivo suficiente para manter uma boa rotatividade dos elementos. Causando mais desgaste físico e psíquico, não afetando apenas o policiamento noturno mas também diurno.

4. Na sua perspetiva, quais são os maiores desafios operacionais do policiamento noturno em concelhos periféricos ou de baixa densidade populacional, como acontece em parte da DPCL?

Resposta: Manter as esquadras abertas para atendimento ao público é um grande empenhamento de meios, e por vezes seria melhor um carro patrulha a efetuar visibilidade, encaminhando queixas urgentes para uma esquadra aberta para o efeito.

5. Do seu ponto de vista, a perceção de segurança dos cidadãos depende mais da existência de esquadras abertas durante a noite ou da visibilidade de patrulhas móveis no terreno?

Resposta: Maior importância de uma visibilidade e prontidão nas respostas policiais, desde que se mantenha uma rede de encaminhamento para queixas/denúncias urgentes.

6. Que salvaguardas mínimas (ex.: tempos de resposta aceitáveis, reforço de meios móveis, apoio interdivisional, condições de serviço) considera essenciais para manter a confiança das populações e a motivação dos policiais destacados em contextos de menor efetivo?

Resposta: No caso de uma denúncia/queixa de carácter urgente, e a esquadra da sua área se encontrar fechada, teria de haver possibilidade de transporte por parte desta polícia para a esquadra aberta de maior proximidade. A visibilidade é importante e a hipótese de haver mais meios no exterior é sempre bem vinda de modo a socorrer o cidadão que necessita de apoio, como auxiliar um camarada numa situação de apoio.

Entrevista M – Agente em serviço na Esquadra Policial de Porto Moniz

1. Como avaliam a importância da presença policial noturna na Esquadra de Porto Moniz, em termos de tranquilidade e segurança da população local?

Resposta:

- É de relevar a presença policial em qualquer altura do dia, cada fase com a sua importância. Durante o dia há uma grande afluência de visitantes ao Porto Moniz, com vários pontos de atração turística, fazendo com que exista necessidade de regularização de trânsito e ocorrência de muitos acidentes de viação. Durante a noite, normalmente pauta-se pela calma, com ocorrências pontuais.

2. Em média, quantas intervenções noturnas costumam realizar e que tipos de ocorrências são mais frequentes no concelho de Porto Moniz durante esse período?

Resposta:

- Depende da altura do ano, mas são poucas. A quantidade de população residente no concelho é cerca de 3 mil pessoas e as ocorrências mais frequentes são desentendimentos entre familiares e vizinhos e Violência Doméstica. Durante as festividades no concelho existe uma maior vigilância por parte desta Polícia.

3. De que forma a falta de efetivos afeta o vosso trabalho diário e a capacidade de resposta a ocorrências no concelho?

Resposta:

- Uma vez que são cada vez menos os Agentes disponíveis para o serviço policial na Região, de momento o efetivo desta Esquadra é suficiente para cumprir com as tarefas policiais, porém a expectativa de diminuição de efetivo é encarada com alguma preocupação.

4. Na vossa experiência, quais são os principais desafios operacionais do policiamento noturno em Porto Moniz, tendo em conta o isolamento geográfico, os acessos viários e a dispersão habitacional?

Resposta:

- Felizmente o concelho de Porto Moniz, pauta-se de uma calma durante a noite, havendo poucas ocorrências no período noturno, com exceção das festividades que ocorrem em diversos locais. (Muito devido ao comportamento dos residentes e do policiamento de visibilidade / proximidade efetuado no concelho.

5. Do vosso ponto de vista, a perceção de segurança dos cidadãos depende mais da esquadra estar aberta durante a noite ou da presença visível de patrulhas no terreno?

Resposta: É claro que o policiamento de visibilidade dá mais confiança às pessoas pois sabem que a Polícia circula nas estradas enquanto dormem e que caso seja necessário estão por perto.

6. Que salvaguardas mínimas (ex.: tempos de resposta aceitáveis, patrulhamento regular, meios de apoio, condições de serviço) consideram essenciais para manter a confiança da população e a motivação dos polícias destacados em Porto Moniz?

Resposta:

- Se se mantiver aquilo que a Esquadra tem, é suficiente para desempenhar um bom serviço policial.

Entrevista N – Agente em serviço na Esquadra Policial da Ponta de Sol

1. Como avaliam a importância da presença policial noturna na Esquadra da Ponta do Sol, em termos de tranquilidade e segurança da população local?

Resposta: Pela minha experiência as comunidades associam a presença física policial noturna com dissuasão de crimes e maior tranquilidade, pelo que na minha opinião é fundamental a existência da referida presença policial noturna.

2. Em média, quantas intervenções noturnas costumam realizar e que tipos de ocorrências são mais frequentes no concelho da Ponta do Sol durante esse período?

Resposta: Os tipos de ocorrências mais frequentes em contexto noturno, é o ruído de vizinhança, alguns distúrbios nos bares que encerram às 02h00, alguns acidentes de trânsito essencialmente quando existe festividades na ilha da Madeira, não existe o número médio de ocorrências, no entanto o período de Verão e o período das férias escolares tem maior número de ocorrências em relação aos outros períodos. De referir que atualmente o Concelho da Ponta do Sol é um dos mais procurados pelos turistas que visitam a ilha da Madeira, como também é o único Concelho que acolhe os nómadas digitais, pelo que passou a haver mais pessoas e veículos a circular no Concelho no período noturno.

3. De que forma a falta de efetivos condiciona o vosso trabalho diário e a capacidade de resposta a ocorrências neste concelho?

Resposta: Os recursos humanos e materiais disponíveis são adequados para responder às necessidades do serviço noturno, no entanto devido ao elevado número de serviços remunerados existente na DPCL, existe um enorme desgaste físico e psicológico dos polícias essencialmente no período de Verão e o período das férias escolares (Natal, Carnaval, Pascoa e Verão) e em complementação a retirada de polícias para outros serviços como exemplo: aeroporto, Central (CCC), Investigação Criminal, secretarias do CRM, escola segura, violência doméstica, Grupo Operacional Cinotécnica, Brigada de Proteção do Ambiente, resgate e montanha, etc

4. Quais são, na vossa experiência, os principais desafios operacionais do policiamento noturno na Ponta do Sol (ex.: acessos viários, zonas isoladas, dispersão habitacional)?

Resposta: Os maiores desafios que enfrentam no serviço noturno, quer ao nível operacional, logístico ou de segurança pessoal, é a falta de meios humanos, a distribuição do efetivo está

a ser desviada para outras áreas o que provavelmente não deveria ser ou não são tão prioritárias, o principal papel da polícia são os polícias que estão nas Esquadras no atendimento ao cidadão e os que vão as ocorrências que vêm das “chamadas 112”, são as ocorrências inopinadas de emergência e cada vez mais essas ocorrências necessitam de mais meios humanos. Referente aos acessos rodoviários, as zonas mais isoladas e dispersão habitacional atualmente não são problema neste Concelho.

5. Do vosso ponto de vista, a perceção de segurança dos cidadãos depende mais da esquadra estar aberta durante a noite ou da presença visível de patrulhas no terreno?

Resposta: É fundamental a Esquadra estar aberta durante a noite pois a população tem um ponto de contato direto para apresentar queixas, pedir ajuda e sentir segurança. As comunidades associam a presença física da Esquadra com dissuasão de crimes e maior tranquilidade. Zonas ou Sítios sem Esquadra aberta durante 24 horas, podem afastar investidores, turistas ou clientes. Cada vez mais existe cidadãos a se deslocar a Esquadra no período noturno, principalmente turistas.

6. Que salvaguardas mínimas (ex.: tempos de resposta aceitáveis, patrulhamento regular, meios de apoio, condições de serviço) consideram essenciais para manter a confiança da população e a motivação dos polícias destacados na Ponta do Sol?

Resposta: A população da Ponta do sol esta satisfeita com a atuação da Polícia neste Concelho. Houve um trabalho de aproximação com a população desde há muitos anos, pelo menos há cerca de 30 anos a esta parte (muitos anos antes das Esquadras vizinhas) devido ao modelo de policiamento implementado pela Esquadra naquela altura, pelo que os resultados óbitos dessa aproximação se traduzem nos resultados dos tempos de hoje. Referente a maior ou menor motivação dos policias tem muito a ver com o excesso de remunerados nesta DPCL e não com o serviço diário normal efetivo.

Entrevista O – Agente da Esquadra Policial da Calheta

1. Como avalia a importância da presença policial noturna na Esquadra da Calheta e nas restantes esquadras da Divisão Policial de Câmara de Lobos (DPCL), em termos de tranquilidade e segurança da população?

Resposta: A presença policial noturna é fundamental, sobretudo em concelhos mais afastados como a Calheta, onde a população valoriza a sensação de segurança. Quando a esquadra está fechada, as pessoas sentem que ficam mais expostas e recorrem mais vezes ao contacto telefónico, o que gera alguma insegurança psicológica, mesmo que os meios de patrulhamento móvel continuem ativos.

2. Em média, quantas intervenções noturnas costumam realizar e que tipos de ocorrências são mais frequentes na área da Calheta?

Resposta: Normalmente, temos duas a três intervenções por noite. As situações mais recorrentes prendem-se com conflitos domésticos, distúrbios relacionados com consumo de álcool e, em menor escala, pequenos acidentes de viação. Também surgem chamadas por ruído em zonas residenciais e, ocasionalmente, furtos em estabelecimentos.

3. De que forma os constrangimentos de recursos humanos condicionam o vosso trabalho diário e a capacidade de dar resposta adequada às ocorrências na Calheta?

Resposta: Os constrangimentos de recursos humanos obrigam-nos a priorizar chamadas. Há situações em que temos de gerir cuidadosamente a deslocação, sobretudo porque os trajetos são longos e não podemos estar em dois sítios ao mesmo tempo. Isto cria alguma frustração, porque sabemos que a população gostaria de uma resposta mais rápida.

4. Quais são as maiores dificuldades operacionais que enfrentam durante o serviço noturno na Calheta?

Resposta: A principal dificuldade é a distância. Estamos longe de outras esquadras e do Funchal, e isso condiciona o apoio imediato em situações mais graves. Além disso, em noites de maior afluência turística, há picos de ocorrências que não são proporcionais ao número de agentes disponíveis.

5. Considera que o eventual fecho noturno da Esquadra da Calheta, compensado por patrulhas móveis e reforço em esquadras próximas, poderia funcionar sem comprometer a segurança local?

Resposta: Penso que seria uma medida sensível. A presença física da esquadra aberta transmite confiança à população, mesmo que o número de ocorrências graves seja baixo. Contudo, se o modelo de patrulhas móveis fosse reforçado e houvesse garantias de resposta rápida, talvez pudesse ser uma solução viável, desde que a comunidade fosse devidamente informada e confiasse no novo modelo.

Entrevista P – Agente da Esquadra Policial da Calheta

1. Como avalia a importância da presença policial noturna na Esquadra da Calheta?

Resposta: Para mim, a presença policial noturna na Esquadra da Calheta é indispensável. A nossa população está habituada a ter a esquadra sempre aberta e isso transmite confiança. Qualquer alteração nos horários seria negativa, porque retiraria essa sensação de segurança.

2. Qual é a sua posição relativamente a um eventual fecho noturno da Esquadra, compensado com patrulhas móveis ou reforço noutras esquadras da DPCL?

Resposta: Sou totalmente contra. Eu próprio resido muito perto da esquadra, a minha família também está aqui e sei bem a tranquilidade que sentimos por ter uma presença policial permanente. Para mim, a Esquadra da Calheta deve continuar aberta 24 horas por dia, sem exceções.

3. Reconhece que, em algumas situações, já houve constrangimentos de recursos humanos que condicionaram o funcionamento da esquadra?

Resposta: Sim, muitas vezes já trabalhei sozinho durante a noite, porque o colega da minha equipa entrou de baixa médica, esteve de assistência ou esteve de férias. Nesses momentos, o serviço foi mais exigente, mas mesmo assim a esquadra não fechou. Isso mostra que, mesmo com dificuldades, conseguimos manter a porta aberta.

4. Do ponto de vista pessoal e profissional, que impacto teria uma alteração de horários da Esquadra da Calheta?

Resposta: Para mim seria inaceitável. Eu vivo aqui, a minha vida está organizada em função desta esquadra e sinto que a população depende da nossa presença. Se houvesse alteração, não só seria um problema para a comunidade, como também para mim e para a minha família, que ficaria sem essa segurança próxima.

5. Que mensagem gostaria de deixar no âmbito deste estudo sobre a reorganização das esquadras da DPCL?

Resposta: Quero deixar claro que a Calheta precisa da sua esquadra aberta 24 horas. Fechar de noite seria um erro, porque mesmo que as ocorrências não sejam muitas, basta uma situação grave para justificar a importância de estarmos cá. A população não merece ficar sem esta referência de segurança.

Entrevista R – Agente da Esquadra Policial de São Vicente

1. Qual é a importância da Esquadra de São Vicente para a segurança local, sobretudo no período noturno?

Resposta: A esquadra é muito importante aqui no concelho, ainda mais de noite. Temos bares e casas que ficam abertos até às quatro da manhã, mais os hotéis e alojamentos locais. Daí aparece muita queixa de barulho e chamadas para a polícia. Se fechassem a esquadra, o povo ficava sem resposta rápida nessas alturas.

2. Como compara a realidade de São Vicente com outras esquadras da DPCL?

Resposta: Entre nós já falámos disso, e a ideia é clara: São Vicente precisa mesmo estar aberta 24 horas. Não é como no Porto Moniz, que quase não tem vida à noite. Aqui é diferente, há sempre movimento, sobretudo no tempo do turismo.

3. Que desafios operacionais enfrentam durante o verão ou em períodos de maior afluência?

Resposta: No verão é complicado, as festas dão muito trabalho. Estamos sempre na rua, turnos puxados, e aí sente-se bem a falta de pessoal. O problema maior é mesmo esse: somos poucos polícias, e quando há férias, baixas médicas ou assistência à família ainda piora.

4. Em termos práticos, como é a experiência de serviço noturno?

Resposta: Muitas vezes fico sozinho no turno da noite, como graduado de serviço, sem carro patrulha disponível. Quando dá confusão, costumo ligar ao Porto Moniz e, por vezes, até à Ribeira Brava. Mas já aconteceu as duas esquadras estarem ocupadas e eu ter de resolver sozinho. Já me aconteceu tomar conta de ocorrências sozinho e até sair no carro patrulha sozinho, porque o colega estava de férias, de baixa ou de assistência à família. Isto acontece mais vezes do que devia.

5. Qual é a sua posição relativamente a eventuais alterações de horário ou fecho da Esquadra de São Vicente?

Resposta: Sou contra. Este concelho tem necessidades próprias, todos os dias, e não faz sentido tirar a esquadra. Ela tem de ficar aberta 24 horas, só assim se garante tranquilidade e confiança às pessoas daqui. Além disso, eu moro muito perto da esquadra e não quero ir trabalhar para outro concelho, como Porto Moniz ou Ribeira Brava. Isso ia trazer mais despesas com combustível e deixava-me mais longe da minha família.

Entrevista – S – Agente em serviço na Esquadra Policial da Ponta do Sol

1. Considera importante manter a Esquadra da Ponta do Sol aberta durante o período noturno?

Resposta: Sim, acho que é mesmo fundamental. O concelho é grande e temos muitos estrangeiros, principalmente jovens, que andam nos bares e em festas. Também há muitos estabelecimentos que ficam abertos até tarde, e isso pede que a polícia esteja sempre presente.

2. Que fatores institucionais reforçam essa necessidade?

Resposta: Aqui temos o Tribunal Judicial, alguns serviços públicos e também o Museu. São locais importantes e precisam ter polícia por perto, ainda mais à noite.

3. Acha que o fecho noturno da esquadra poderia comprometer a segurança pública do concelho?

Resposta: Claro que sim. A Ponta do Sol tem festas e eventos quase o ano inteiro. Há sempre gente na rua e movimento. Se a esquadra fechasse à noite, ia dar a ideia de que não havia polícia, e isso podia trazer mais confusão e insegurança.

4. Como descreve a realidade da esquadra durante o serviço noturno?

Resposta: Temos muito trabalho por causa das festas, do álcool e das queixas de barulho. Estar a esquadra aberta 24 horas dá confiança às pessoas e ajuda a evitar problemas. Fechar de noite seria um erro.

5. Em termos de organização interna, que desafios enfrentam?

Resposta: Como em outras esquadras da DPCL, temos dificuldades com o número de agentes. Mesmo assim, conseguimos responder. A população já conta connosco a qualquer hora, e perder esse apoio direto ia ser muito mau.

Entrevista T – Agente em serviço na Esquadra Policial da Ponta do Sol

1. Como avalia a importância da presença policial noturna na Esquadra de Câmara de Lobos e nas restantes esquadras da DPCL (Ribeira Brava, Ponta do Sol, Calheta, São Vicente e Porto Moniz), em termos de tranquilidade e segurança da população?

Resposta: Acho muito importante, sim. Aqui toda a gente se conhece e a população gosta de saber que tem a polícia por perto durante a noite. Com esta conversa do fecho, muitos colegas ficam com receio de dar opinião, porque depois pode parecer que estão contra ou a favor, e isso pode criar mau ambiente.

2. Em média, quantas intervenções noturnas costumam realizar e que tipos de ocorrências são mais frequentes nos diferentes concelhos abrangidos pela DPCL?

Resposta: Durante a noite, na maioria das vezes, é tudo calmo. Aqui na Ponta do Sol aparecem sobretudo situações ligadas a bares e convívios noturnos, com algumas queixas de ruído e casos de pessoas alcoolizadas. No geral, é uma zona tranquila, mas se só está um colega de serviço, qualquer ocorrência mais complicada torna-se difícil de gerir.

3. De que forma a limitação de efetivos condiciona o vosso trabalho diário e a capacidade de dar resposta adequada às várias esquadras da DPCL, especialmente nas zonas mais afastadas?

Resposta: Nota-se bastante a falta de pessoal. Muitas vezes temos de sair da nossa zona e ir apoiar noutras esquadras. Isso cansa muito e tira a motivação. Além disso, é por causa dessas deslocações e do peso das escalas que há tantas baixas médicas e pedidos de assistência à família.

4. Quais são os principais constrangimentos que identifica no funcionamento atual das esquadras da DPCL, em especial no período noturno?

Resposta: O maior problema são mesmo as escalas. Há sempre férias, baixas, e por vezes fica só um elemento no turno. Enquanto tudo corre bem, ainda se vai gerindo, mas se aparece uma ocorrência mais séria, nota-se logo que falta reforço e que não conseguimos dar resposta como devíamos.

5. Na sua perspetiva, qual deverá ser a solução para melhorar a resposta policial noturna na DPCL?

Resposta: Para mim a solução não passa por fechar esquadras nem andar sempre a mexer o pessoal de um lado para o outro. Isso só desanima e faz com que haja ainda mais baixas. O que devia acontecer era reforçar o efetivo, dar mais meios e deixar cada um trabalhar na sua zona. Assim todos ficavam mais motivados e com mais condições para responder quando fosse preciso.

Por fim, quero dar nota que nem eu nem nenhum dos meus colegas estamos interessados em ir para a Ribeira Brava nem para outra esquadra fazer noites e outros turnos. Muitos de nós esperemos anos para conseguir vir para perto da área de residência, por isso isto para nós já nem é assunto. Aliás, sei que alguns colegas já falaram com os sindicatos e ponderamos expor a situação diretamente ao Comandante da Divisão.

Entrevista U – Oficial Superior no CRM

1. Na sua perspetiva de Oficial, quais são os principais desafios operacionais durante o período noturno na Região Autónoma da Madeira?

Resposta: Como é do conhecimento geral a gestão dos meios humanos é cada vez mais difícil, assiste-se a uma redução significativa dos meios e a criação de outras valências. O patrulhamento noturno é preterido em detrimento do patrulhamento diurno, por razões óbvias, nomeadamente maior número de ocorrência, circulação de mais pessoas e ainda da pressão que se verifica em determinados pontos causados pela entrada desregrada de turistas. Assim, a nossa maior preocupação é evitar o cometimento de ilícitos contra o património, a segurança das pessoas e o controlo rodoviário, e durante os eventos os relacionados com a tranquilidade e ordem pública.

2. Que implicações identifica na gestão global do dispositivo policial regional, caso se avance com encerramentos noturnos seletivos numa divisão vizinha?

Resposta: Na eventualidade de determinada Esquadra encerrar durante o período noturno, poderão existir diversas nuances, os Polícias não utilizados na SO encerrada poderão ser distribuídos pelas restantes ou canalizados para outras valências ou períodos do dia. A suceder, mas sem diminuição dos efetivos, seria uma mais valia visto que o efetivo de serviço seria maior. Se resultar na diminuição dos efetivos, acarretará sobrecarga/pressão para as restantes SO da Divisão e das Divisões territoriais vizinhas.

3. Do ponto de vista estratégico, considera que a concentração de meios em menos esquadras pode aumentar a eficácia operacional ou agravar perceções de insegurança?

Resposta: A perceção de segurança é fundamentalmente um conceito psicológico, pois refere-se à sensação individual ou coletiva de bem-estar, liberdade e confiança em relação a um ambiente ou situação, e é influenciada por fatores como medo, ansiedade, confiança nas autoridades e exposição à mídia. Tendo como ponto de partida o panorama atual, ou seja, a diminuição e insuficiência de meios humanos em praticamente em todas as Subunidades Operacionais, faz todo o sentido o encerramento de algumas Subunidades e concentração desses recursos em outras, sendo que, o patrulhamento da área desguarnecida seria efetuada

pela Esquadra que beneficiasse da receção dos meios. Considero que, esta medida aumentaria a eficácia operacional visto que, diariamente são necessários no mínimo 5 Polícias para garantir uma escala de atendimento ao público. Assim, esses recursos poderiam ser utilizados para o patrulhamento, obtendo-se maior visibilidade, racionalização e eficácia dos recursos.

4. Na sua experiência, que peso têm fatores como acessibilidades, dispersão populacional, zonas turísticas e eventos noturnos no planeamento divisional?

Resposta: a) ACESIBILIDADES. As acessibilidades permitem encurtar distâncias, logo maior rapidez de resposta da Polícia às solicitações e por outro lado, menos desgaste e custos de manutenção das viaturas. b) DISPERSÃO POPULACIONAL. Original a dispersão dos meios policiais para efeitos de patrulhamento, ou pior, não é possível efetuar um patrulhamento eficaz por ausência de recursos. c) ZONAS TURÍSTICAS. Os locais mais emblemáticos da Madeira, estão a sofrer uma enorme pressão motivado pela aglomeração de turistas e viaturas naqueles locais. Era importante que as entidades responsáveis olhassem para este problema de outra forma, nomeadamente limitando os acessos ou criando alternativas ao estacionamento. Presentemente a DPM, e por solicitação do IFCN, encontra-se a efetuar diariamente serviços remunerados no Pico do Areeiro, Ribeiro Frio, Queimadas e Ponta de São Lourenço. Estes serviços além de penalizarem o descanso dos Polícias originam a afetar de muitos meios auto, desgaste de material, combustível, etc d) EVENTOS NOTURNOS. Outra dor de cabeça, os eventos consomem grande parte do tempo dos Polícias e dos responsáveis pelos planeamentos e dos decisores, tempo este que não é pago pelos promotores, originando que muitas tarefas diárias não sejam efetuadas em detrimento da comunidade. Todos os planeamentos deveriam ser pagos, tudo tem um custo.

5. Que medidas compensatórias (patrulhamento dinâmico, UMAV, integração CCCO/CCTV, reforço interdivisional) considera mais adequadas para mitigar eventuais impactos?

Resposta: A avaliação do risco permite proceder a uma distribuição eficiente dos recursos, por forma a minimizar as vulnerabilidades, controlar as consequências e desta forma, maximizar a segurança. Todavia, por várias ocasiões assistimos ao emprego de meios que se revelaram despropositados, decisões que aparentemente parecem irracionais. A PSP, tal como outras polícias modernas, assume um modelo de policiamento híbrido, muito embora com predominância nos processos de visibilidade e de proximidade, que são considerados cada vez mais fundamentais para a prevenção de comportamentos ilícitos. Modelos de policiamento mais utilizados:

O modelo de policiamento do tipo “patrulheiro” já não se afigura o mais adequado, às tecnologias, CCTV, meios aéreos tripulados, VANT e outros serão doravante os parceiros diários da Polícia de rua, fazendo ocorrer os meios especializados os locais logo que seja iniciada ou despoletada a ocorrência.

6. Como avalia a importância da proximidade física de esquadras abertas face à visibilidade de patrulhas no terreno, em termos de perceção de segurança da população?

Resposta: Como já referi a perceção de segurança é meramente psicológica e muitas vezes projetada pelos OCS. Considero mais importante termos meios na rua do que Esquadras abertas.

7. De que forma a redistribuição noturna de meios pode influenciar a articulação entre divisões e a gestão de recursos humanos a nível regional?

Resposta: É necessário verificar o panorama de duas vertentes, a primeira a redistribuição dos meios e a gestão. Quanto à redistribuição dos meios, a situação de cada Divisão territorial não pode ser vista de forma isolada, terá que ser analisada do ponto de vista global em toda a RAM, pois o que for realizado localmente vai repercutir-se no todo. Quanto à gestão dos recursos atualmente estamos num projeto piloto em que o CCCO gere os meios entre as 00H00 e as 08H00 e com bons indicadores.

8. Na ótica da cooperação institucional, qual deve ser o papel dos municípios e do Governo Regional em medidas que impliquem reorganização de esquadras?

Resposta: A segurança é um dos pilares do Estado e compete ao mesmo assegurá-la. Às autarquias e o GR, poderão adotar medidas, nomeadamente em ceder terrenos e projetar Esquadras, participação em contratos inter-administrativos. Presentemente não constato por parte das entidades regionais e locais grande empenho em que o modelo de implementação da PSP na RAM seja alterado, ou seja, cada concelho uma Esquadra. Além da perceção de segurança também dos decisores políticos não querem que o modelo seja alterado originando que essa perceção seja exponenciada.

9. Que indicadores (operacionais, estatísticos ou de confiança pública) considera mais relevantes para avaliar o sucesso ou insucesso de medidas desta natureza?

Resposta: A estatística pode não refletir o estado da criminalidade ou de outra situação, pois obriga que seja participada, se não o for é como não existisse. A perceção de segurança é o melhor indicador para avaliar, mas deverá ser aliado à forma hábil e eficaz da comunicação externa da instituição.

10. Quais os riscos ou cenários adversos que entende deverem ser prevenidos a nível regional, caso se concretize o encerramento noturno seletivo de esquadras numa divisão específica?

Resposta: Na eventualidade do encerramento seletivo de algumas SO na RAM, deverá ser objeto de estudo exaustivo e comunicado às entidades regionais (Governo e autarquias). Por outro lado, deverá ser explicado cabalmente à população que o objetivo não são questões economicistas, mas sim potenciar os meios aumentando o patrulhamento. Mas para que esse objetivo seja uma realidade, obriga que as Esquadras encerradas disponham de segurança de modo a não serem invadidas, não esquecer a quantidade de armas que albergam. Não será um sistema de CCTV que vai parar um meliante, serão necessários investimentos avultados na proteção das Esquadras.

Entrevista V – Oficial Superior do CRM

1. Na sua perspetiva de Comandante de Divisão, quais são os principais desafios operacionais durante o período noturno na Região Autónoma da Madeira?

Resposta: O maior desafio operacional é o de conseguir garantir RH suficientes para acorrer a todos as situações que requerem presença policial. O incremento da quantidade de eventos e da grandeza dos eventos, tem obrigado a um esforço enorme dos polícias e apenas tem sido possível dar resposta através do trabalho suplementar.

2. Que implicações identifica na gestão global do dispositivo policial regional, caso se avance com encerramentos noturnos seletivos numa divisão vizinha?

Resposta: O encerramento noturno de subunidades permitirá disponibilizar um polícia por cada uma das subunidades encerrada, se bem que a inexistência de polícia de serviço nas mesmas colocará em causa a segurança das instalações polícias e do seu conteúdo.

3. Do ponto de vista estratégico, considera que a concentração de meios em menos esquadras pode aumentar a eficácia operacional ou agravar perceções de insegurança?

Resposta: A redução de infraestruturas policiais trará alguns ganhos ao nível de RH, na medida em que serão precisos menos polícias para garantir o funcionamento das subunidades encerradas, mas trará outros desafios no que concerne às deslocações para as áreas mais distantes das subunidades existentes. Relativamente a esta situação, dou como exemplo o que se tentou fazer na década de 90 com a criação das Superesquadras, opção estratégica que acabou por não vingar devido às dificuldades sentidas na deslocação de meios. Considero que a perceção de insegurança das populações irá aumentar, mas o incremento da eficácia operacional ficará dependente da capacidade e rapidez de deslocação de meios.

4. Na sua experiência, que peso têm fatores como acessibilidades, dispersão populacional, zonas turísticas e eventos noturnos no planeamento divisional?

Resposta: Todos os fatores apontados têm enorme relevância no planeamento operacional das divisões, na medida em que os recursos são limitados e as solicitações são inúmeras. Em suma, todo o planeamento efetuado diariamente está condicionado à avaliação de risco das necessidades operacionais e conseqüentemente o planeamento é obrigatoriamente adaptado para dar resposta a todas essas necessidades, ficando muito poucos recursos disponíveis para algo que não as obrigações diárias operacionais.

5. Que medidas compensatórias (patrulhamento dinâmico, UMAV, integração CCCO/CCTV, reforço interdivisional) considera mais adequadas para mitigar eventuais impactos?

Resposta: Na minha opinião a mitigação de eventuais impactos só será possível com a implementação de um conjunto de medidas devidamente adaptadas à realidade local, não é possível criar um modelo único que dê resposta a todas as situações. Em suma, para cada uma das situações em análise, terá de ser efetuado um planeamento direcionado à questão particular e sempre que o apoio das entidades locais e em contato próximo com as populações. Logo, considero que não existem medidas mais adequadas de forma genérica, na medida em que o que pode funcionar numa situação, poderá ser prejudicial noutra.

6. Como avalia a importância da proximidade física de esquadras abertas face à visibilidade de patrulhas no terreno, em termos de perceção de segurança da população?

Resposta: A existências de esquadras abertas é fundamental para a perceção de segurança das populações, principalmente na medida em que o patrulhamento atualmente é efetuado quase exclusivamente em carro-patrulha. Ou seja, para que o patrulhamento de visibilidade produza resultados no sentimento de segurança das populações, e desta forma se equiparar em importância à existência de uma esquadra em funcionamento, teríamos de alterar o panorama atual do patrulhamento reativo e muito móvel implementado nos últimos anos e voltar a apostar numa presença apeada e em contato pessoal diário com as populações. Note-se que a escassez de recursos humanos torna esta medida quase impossível de implementar, o que é agravado pela perceção que os polícias têm, de que a patrulha apeada é um castigo para eles. Em suma, para conseguirmos transmitir a mesma perceção de segurança que uma esquadra aberta, teremos em primeira instância trabalhar internamente com os polícias para que estes mudem a sua forma de pensar relativamente qual a missão e trabalho da PSP.

7. De que forma a redistribuição noturna de meios pode influenciar a articulação entre divisões e a gestão de recursos humanos a nível regional?

Resposta: A redistribuição noturna de meios só teria influência na articulação entre as divisões se essa medida contemplasse a movimentação dos polícias de uma divisão para outra, o que não me parece exequível atendendo às dificuldades sentidas em todas as subunidades. Considero que com o estado atual dos RH no CR Madeira, a redistribuição de meios no período noturno apenas permitirá um ajuste mínimo das equipas de patrulha, para que nenhum polícia efetue patrulhamento sozinho. Com os RH que vamos retirar das esquadras não será possível nada mais do que ter mais um polícia por cada subunidade encerrada.

8. Na ótica da cooperação institucional, qual deve ser o papel dos municípios e do Governo Regional em medidas que impliquem reorganização de esquadras?

Resposta: Os municípios serão parceiros essenciais na medida em que se forem obstáculo à adoção destas medidas, muito dificilmente conseguirá a PSP implementar essa reestruturação. Só em colaboração com os municípios e com o apoio deles, será possível encerrar subunidades e manter campanhas de esclarecimento às populações que reduzam os impactos ao sentimento de segurança destes últimos.

9. Que indicadores (operacionais, estatísticos ou de confiança pública) considera mais relevantes para avaliar o sucesso ou insucesso de medidas desta natureza?

Resposta: Considero que o sucesso ou insucesso das medidas, poderá ser medido com análise da evolução dos seguintes indicadores: da estatística criminal, da evolução do tempo de resposta às solicitações à polícia; e com estudo da evolução do sentimento de segurança das populações residentes.

10. Quais os riscos ou cenários adversos que entende deverem ser prevenidos a nível regional, caso se concretize o encerramento noturno seletivo de esquadras numa divisão específica?

Resposta: Na minha perspetiva existe dois grandes riscos ao encerramento de subunidades no período noturno. O primeiro é o da segurança das instalações policiais e do seu conteúdo, na medida em que as infraestruturas atuais não têm o mínimo de medidas passivas de segurança que obstruam a ação de cidadãos mal-intencionados. O segundo é o da perceção de insegurança que a população local irá ter, ao saber que a esquadra não tem polícias de serviço. O primeiro risco poderá ser minorado com a implementação de medidas passivas de segurança (CCTV, etc.), o segundo com o aumento da presença e visibilidade policial nesses locais e com campanhas de informação à população.

Testemunha X – Entrevista – Membro do Governo Regional da Madeira

1. Como avalia a relevância da presença policial noturna no concelho, em termos de segurança percebida pela população?

Resposta: A presença policial noturna é importante, mas entendemos que o essencial é garantir uma Polícia de Segurança Pública mais forte, mais robusta e mais presente em todos os concelhos da Região.

2. Que impacto considera que poderá ter, para os cidadãos, o facto de algumas esquadras locais assumirem o papel de unidades de suporte noturno para os concelhos vizinhos?

Resposta: O impacto não deverá ser negativo desde que haja aumento efetivo do número de polícias. O Governo Regional tem reiterado que não queremos esquadras fechadas, queremos sim mais efetivos da PSP no terreno.

3. De que forma o Governo Regional tem colaborado — ou poderá colaborar — com a PSP no reforço da segurança pública na Região?

Resposta: Para além da reivindicação junto do MAI e da Direção Nacional da PSP, o Governo Regional, ao abrigo do protocolo em vigor, tem equipado a PSP com viaturas policiais, meios informáticos e reforço de verbas para obras de modernização. Foi o que aconteceu, por exemplo, com o sistema de CCTV instalado no Funchal, e a nossa intenção é alargar este importante sistema a outras cidades da Madeira, sempre sob controlo da PSP.

4. Na sua perspetiva, quais são os fatores urbanísticos ou ambientais que mais influenciam a sensação de segurança noturna nos concelhos?

Resposta: Os principais fatores são a dispersão habitacional e os acessos viários, que exigem presença policial próxima e permanente.

5. Que mecanismos de comunicação ou de proximidade com a população considera fundamentais para manter a confiança dos cidadãos face a eventuais reorganizações?

Resposta: A presença visível no terreno e o diálogo constante com as comunidades são mecanismos centrais.

6. Qual o papel que atribui às autarquias e juntas de freguesia no reforço da cooperação com a PSP?

Resposta: Têm um papel essencial pela sua proximidade e conhecimento direto da realidade das populações.

7. Na sua opinião, que salvaguardas mínimas deveriam ser asseguradas (ex.: tempos de resposta, patrulhamento visível, pontos de acolhimento) para que as comunidades mantenham confiança no novo modelo?

Resposta: Tempos de resposta adequados e patrulhamento visível são salvaguardas inegociáveis.

8. Como interpreta a perceção dos cidadãos relativamente à segurança: considera que está mais associada à manutenção de esquadras abertas ou à presença visível de patrulhas no terreno?

Resposta: Ambas as dimensões são importantes. A população valoriza a esquadra aberta, mas sobretudo quer ver polícias no terreno.

9. Que contributos adicionais, para além da reivindicação junto das autoridades centrais, entende que o Governo Regional poderá oferecer para melhorar a segurança local, em articulação com a PSP?

Resposta: Continuaremos a apoiar a PSP através da disponibilização de recursos logísticos e tecnológicos, reforçando meios que potenciem a eficácia operacional, como a expansão do sistema de videovigilância (CCTV) a novos concelhos da Região.

10. Na sua visão, que indicadores ou sinais deveriam ser monitorizados para avaliar se a medida de encerramento noturno seletivo cumpre os objetivos sem comprometer a confiança pública?

Resposta: A perceção da população deve ser aferida por inquéritos regulares e pela análise da resposta operacional.

Nota adicional: O Governo Regional já aprovou recomendações na Assembleia Legislativa da Madeira e, através de deliberações do Conselho do Governo, solicitou ao MAI e à Direção Nacional da PSP um reforço urgente de efetivos para o Comando Regional da PSP da Madeira - pedido que, até ao momento, ainda não foi concretizado.

Testemunha Z – Membro da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira

1. Como avalia a relevância da presença policial noturna nos concelhos da Região, em termos de segurança percebida pela população?

Resposta: A presença policial noturna é fundamental, pois contribui para a tranquilidade pública e para a perceção de segurança das populações.

2. Que impacto considera que poderá ter o eventual encerramento noturno de algumas esquadras, com redistribuição de responsabilidades para unidades de suporte?

Resposta: O impacto poderá ser significativo se não houver reforço de meios humanos. A ALRAM sempre defendeu que o problema central não é fechar ou abrir esquadras, mas sim o número insuficiente de efetivos na Madeira.

3. Que medidas concretas adotou a Assembleia Legislativa da Madeira relativamente ao reforço de efetivos da PSP?

Resposta: A Assembleia Legislativa aprovou por unanimidade a Resolução n.º 16/2023/M, que recomenda ao Governo da República, através do MAI, o reforço urgente de meios humanos para o Comando Regional da Madeira da PSP. Esta resolução sublinha que a Região conta com cerca de 750 agentes, quando seriam necessários, pelo menos, mais 150 polícias para assegurar o normal funcionamento.

4. Que soluções apontam para mitigar esta situação de carência de efetivos?

Resposta: Além do recrutamento de novos agentes, defendemos que deve ser desencadeado um procedimento de mobilidade interna que permita aos agentes naturais da Madeira, atualmente a prestar serviço no continente, regressarem ao Comando Regional da PSP.

5. Na sua perspetiva, quais os fatores mais relevantes para a confiança das populações nesta reorganização?

Resposta: A presença policial visível no terreno e a garantia de tempos de resposta rápidos. O que os cidadãos pedem é segurança próxima e eficaz.

6. Que posição institucional mantém a Assembleia Legislativa sobre esta matéria?

Resposta: A Assembleia reafirma que é fundamental garantir o reforço de meios humanos na PSP da Madeira. Foi essa a razão da aprovação, por unanimidade, da recomendação ao Governo da República para que, já em 2023, fossem destacadas para a Madeira as verbas e os efetivos necessários.

Nota adicional: A ALRAM entende que a segurança dos madeirenses não pode ser assegurada com menos recursos do que no continente. Por isso, insiste na necessidade de reforçar o dispositivo policial regional, defendendo que a medida mais importante é aumentar o número de efetivos, em vez de encerrar esquadras.

10.1 - Quadro A – Síntese das entrevistas

Testemunha	Categoria / Função genérica	Local / Instituição	Data da entrevista (2025)	Observações principais
A	Oficial Superior de Direção	PSP – Comando Regional da Madeira	Julho	Perspetiva estratégica; defende racionalização planeada e patrulhamento móvel.
AA	Jornalista Regional (Diretor)	Órgão de comunicação social regional	Setembro	Alerta para impacto económico e social da medida.
AB	Jornalista Regional (Diretor)	Órgão de comunicação social regional	Setembro	Relembra experiências negativas de encerramentos anteriores.
AC	Representante de Ordem Profissional	Ordem profissional da RAM	Outubro	Destaca dimensão jurídica e ética da racionalização policial.
B	Oficial Superior de Direção	PSP – Comando Regional da Madeira	Julho	Salienta risco de perda de legitimidade se houver encerramento sem compensação.
C	Oficial Superior de Direção	PSP – Comando Regional da Madeira	Julho	Valoriza eficiência técnica e comunicação institucional transparente.
D	Oficial Superior de Direção	PSP – Comando Regional da Madeira	Julho	Destaca equilíbrio entre racionalização e confiança comunitária.
E	Dirigente Sindical da PSP	Estrutura sindical regional	Agosto	Foca condições de trabalho e dignidade profissional; oposição ao fecho noturno.
F	Oficial Superior	Comando Regional da Madeira	Agosto	Enfatiza integração tecnológica (CCCO, CCTV, UMAV).
G	Jornalista Regional	Órgão de comunicação social	Setembro	Considera o encerramento noturno percecionado como recuo do Estado.
H	Autarca	Município da RAM	Agosto	Admite racionalização com reforço de meios e diálogo comunitário.
I	Agente	Esquadra da Calheta	Agosto	Refere falta de efetivos e dispersão territorial.

Testemunha	Categoria / Função genérica	Local / Instituição	Data da entrevista (2025)	Observações principais
J	Agente	Esquadra de São Vicente	Agosto	Destaca isolamento e necessidade de patrulhamento contínuo.
K	Agente	Esquadra da Ponta do Sol	Agosto	Realça importância da visibilidade e presença simbólica.
L	Agente	Esquadra da Calheta	Agosto	Defende reforço noturno e mais meios logísticos.
M	Agente	Esquadra de Câmara de Lobos	Agosto	Identifica fadiga e necessidade de coordenação interdivisional.
N	Agente	Esquadra de Porto Moniz	Setembro	Sublinha falta de efetivos e isolamento operacional.
O	Agente	Esquadra de São Vicente	Setembro	Valoriza proximidade e patrulhamento conjunto.
P	Agente	Esquadra de Câmara de Lobos	Setembro	Critica encerramento; associa esquadra aberta à segurança.
Q	Agente	Esquadra da Calheta	Setembro	Propõe patrulhas móveis interconcelhias.
R	Agente	Esquadra de São Vicente	Setembro	Defende reforço noturno devido ao turismo local.
S	Agente	Esquadra da Ponta do Sol	Setembro	Menciona falta de apoio e sobrecarga de turnos.
T	Agente	Esquadra de Porto Moniz	Setembro	Confirma riscos operacionais e falta de viaturas.
U	Oficial Superior	Comando Regional da Madeira	Agosto	Defende racionalização gradual e formação contínua.
V	Oficial Superior	Comando Regional da Madeira	Agosto	Valoriza presença simbólica da esquadra aberta.
X	Membro do Governo Regional	Secretaria Regional	Setembro	Sustenta cooperação PSP–Governo Regional.
Z	Membro da Assembleia Legislativa Regional	ALRAM	Setembro	Enfatiza necessidade de debate político transparente.

Nota metodológica: O quadro apresenta a totalidade das 26 entrevistas (A–AC) realizadas entre junho e outubro de 2025, em formato de guião semiestruturado. As entrevistas foram conduzidas com garantia de anonimato, consentimento informado e conformidade com o RGPD, respeitando as normas de ética e integridade científica.

Apêndice 11 – Observação participante

Nota metodológica

A observação participante constituiu uma dimensão complementar da investigação, permitindo ao investigador, enquanto elemento inserido no contexto organizacional da PSP, recolher impressões diretas, verificar comportamentos e compreender dinâmicas institucionais que não ficaram totalmente captadas pelas entrevistas ou pela análise documental. Esta técnica foi aplicada em diferentes momentos e locais, sempre respeitando os princípios éticos da investigação científica, assegurando a confidencialidade dos participantes e evitado qualquer interferência no normal funcionamento dos serviços. A observação focou-se, sobretudo, em três aspetos: 1) funcionamento diário das esquadras abrangidas pelo estudo; 2) reações formais e informais de efetivos perante a realização das entrevistas e a própria investigação; 3) percepções comunitárias observadas em interações com cidadãos em espaços públicos próximos das esquadras.

Resultados da observação

1. Funcionamento das esquadras

A presença em diferentes esquadras da DPCL permitiu constatar as dificuldades associadas aos turnos noturnos. Em várias ocasiões, verificou-se que apenas um elemento assegurava o serviço, confirmando os relatos recolhidos em entrevistas. Foram também registadas situações de sobrecarga nos períodos de maior afluência, como épocas festivas e turísticas, em que a falta de efetivos obrigava a adaptações de última hora nas escalas. Notou-se ainda que a manutenção das esquadras abertas durante a noite, mesmo com reduzida procura, possui valor simbólico para a comunidade: cidadãos abordaram os investigadores informalmente, sublinhando que “saber que a esquadra está aberta” lhes transmite segurança, mesmo que raramente a utilizam nesse período.

2. Reações dos efetivos à investigação

A recolha de entrevistas foi acompanhada por reações heterogéneas dos efetivos. Alguns mostraram disponibilidade e interesse em participar, enquanto outros demonstraram resistência ou mesmo desconfiança relativamente aos objetivos do estudo. Vários elementos transmitiram, de forma informal, receio de que as entrevistas pudessem estar ligadas a

decisões administrativas já em curso. Essa percepção de “trabalho associado a decisões superiores” condicionou a participação e ajuda a explicar as ausências verificadas em certas categorias profissionais, como os chefes. A própria recusa de alguns elementos em participar foi interpretada como dado empírico relevante: revela prudência, resistência institucional e o caráter tabu do tema, já que o encerramento noturno das esquadras é percebido como medida com impacto direto na vida profissional e pessoal dos policiais.

3. Percepções comunitárias

A observação em espaços públicos próximos das esquadras permitiu captar percepções espontâneas da população. Muitos cidadãos manifestam preocupação com a possibilidade de encerrar as esquadras à noite, associando a medida a um “afastamento do Estado” e à ideia de insegurança. Mesmo em concelhos de menor incidência criminal, a presença física da esquadra é vista como elemento essencial de tranquilidade. Alguns comerciantes locais destacaram que o encerramento poderia afetar a economia noturna e a confiança dos clientes, sobretudo em zonas turísticas ou festivas. Outros cidadãos, contudo, admitiram que raramente recorrem à esquadra durante a noite, reconhecendo que o essencial é garantir patrulhamento visível e resposta rápida.

Síntese da observação participante:

A observação participante confirmou e reforçou os dados recolhidos por via das entrevistas e da análise documental. Destacam-se quatro conclusões principais:

1. Constrangimentos de efetivos – A observação direta validou a dificuldade recorrente em assegurar turnos noturnos com mais de um elemento por esquadra.
2. Valor simbólico da esquadra – Mesmo com reduzida utilização noturna, a sua abertura possui efeito psicológico positivo para a população.
3. Resistência institucional – O silêncio e a recusa de participação de efetivos traduzem prudência e receio de associação a decisões administrativas, constituindo dados empíricos de relevo.
4. Percepções comunitárias – A confiança pública assenta mais na presença visível da polícia e na disponibilidade simbólica da esquadra do que nos números de criminalidade noturna.

Assim, a observação participante contribui para uma leitura crítica e integrada do problema: o eventual encerramento noturno de esquadras não pode ser analisado apenas em

termos técnicos ou de eficiência operacional, devendo considerar as resistências internas, as percepções comunitárias e o valor simbólico das instituições policiais na vida quotidiana das populações locais.

Apêndice 12 - Carta Anônima

12.1 Contextualização metodológica

Durante a fase de observação participante realizada nas esquadras da DPCL, foi identificada uma carta anônima, presumivelmente redigida por um elemento policial em funções na referida divisão. O documento, de teor informal e linguagem coloquial, foi remetido de forma espontânea a um superior hierárquico, exprimindo preocupações operacionais relativas à gestão de efetivos, sobrecarga funcional e necessidade de racionalização dos recursos humanos. A carta foi tratada como evidência qualitativa complementar, enquadrada nos princípios éticos e metodológicos da American Psychological Association (APA, 2020), garantindo a confidencialidade da autoria e a proteção da identidade institucional. A sua inclusão no presente trabalho visa ilustrar a perceção interna dos profissionais sobre a problemática do encerramento noturno seletivo, conferindo profundidade empírica e autenticidade discursiva ao estudo.

12.2 Transcrição integral (documento espontâneo)

Apesar de reconhecer que esta não é a melhor forma de reivindicar nem de comunicar um problema desta natureza, quem escreve estas linhas fá-lo de forma anônima porque sabe, pela experiência adquirida ao longo dos anos, que dar a cara pode significar sofrer consequências internas. Ainda assim, a consciência profissional e o sentido de responsabilidade impõem que se diga o que tantos pensam e poucos têm coragem de expressar: a Divisão de Camara de Lobos enfrenta sérias dificuldades em manter as suas esquadras abertas, simplesmente porque não há homens nem mulheres suficientes para garantir o serviço diário.

Quem conhece o funcionamento desta Divisão sabe que a parte operacional, sobretudo os patrulheiros, está no limite da gestão. Para assegurar uma rotina minimamente equilibrada, sem contar com faltas, férias ou licenças, cada esquadra deveria dispor de pelo menos 20 patrulheiros. No entanto, entre as seis esquadras genéricas que compõem a Divisão, apenas a de Câmara de Lobos atinge esse número, e mesmo assim é insuficiente para a dimensão das ocorrências e da área territorial que cobre. Com 20 patrulheiros, não é possível ter dois carros-patrolha por turno, e quem conhece a realidade de Câmara de Lobos sabe que um carro-patrolha apenas é manifestamente insuficiente. Para isso, seriam necessários cerca de 30 patrulheiros.

Não se trata aqui de pôr em causa a gestão de quem tem a responsabilidade de distribuir meios - reconhece-se o esforço e a boa vontade, mas sim de deixar o alerta de quem sente, no terreno, que as esquadras mais afastadas tendem a ser esquecidas em detrimento das que estão mais próximas do centro. As áreas e serviços especializados são fundamentais, mas sem patrulheiros na rua, a presença policial esvazia-se, a visibilidade desaparece e o serviço à população fica comprometido.

Durante meses, a Divisão tem sobrevivido à custa do bom senso e do imprevisto. Mas essa capacidade de adaptação não pode ser confundida com uma margem ilimitada de resistência. Nenhum comando local, por mais empenhado que esteja, consegue manter este ritmo indefinidamente. Como alguém disse um dia, “ninguém faz milagres”, e esta é uma dessas situações.

Por isso, entende-se que urge adotar um plano estratégico realista e coletivo. O futuro próximo não se antevê fácil, e se nada for feito, poderá estar em causa a própria credibilidade da Instituição. Todos têm falta de pessoal, é verdade, mas é preciso um olhar global, solidário e não apenas departamental.

Entre as soluções possíveis, poderia ponderar-se encerrar o atendimento ao público durante o turno das 00h00 às 08h00 em algumas esquadras. Essa medida libertaria operacionais para o patrulhamento, o que, no contexto atual, é vital. Encerrar quatro esquadras nesse período significaria ganhar duas patrulhas adicionais na rua — uma diferença que a população sentiria de imediato.

Ao mesmo tempo, seria importante que as chefias de área analisassem internamente se todos os seus efetivos estão alocados de forma eficiente ou se poderão ser redistribuídos para reforçar o serviço operacional. Pedir reforços é legítimo, mas fazer render os recursos disponíveis é o verdadeiro desafio de liderança.

Esta carta não pretende criticar, nem atacar, nem ofender. É apenas um apelo à consciência institucional e ao dever de refletir sobre o que se está a passar. A gestão de uma unidade não pode ser feita à custa da fragilização das outras. A PSP é uma só, e o serviço à população é comum a todos.

Quem escreve acredita profundamente na Instituição, mas teme que a falta de planeamento e de visão estratégica acabe por prejudicar a sua imagem e a sua missão. É por isso que se escreve, não por falta de lealdade, mas por excesso de sentido de dever.

12.3 Nota interpretativa

A carta reflete uma percepção genuína de pressão operacional e de desajuste entre recursos e missões, traduzindo um sentimento coletivo de fadiga institucional e falta de reconhecimento. A referência explícita à possibilidade de encerramento noturno parcial (“fecharemos o atendimento ao público no turno 00H00/08H00”) é especialmente relevante, pois antecipa a lógica de racionalização seletiva que constitui o objeto central deste estudo. Do ponto de vista metodológico, o documento evidencia o valor das fontes espontâneas no contexto de uma investigação empírico-reflexiva, reforçando a triangulação de dados entre percepções formais (entrevistas) e expressões informais (testemunhos anónimos). Em termos de validade científica, constitui um indicador qualitativo da cultura policial, onde coexistem compromisso ético, cansaço operacional e consciência crítica sobre a gestão pública da segurança.

12.4 Referência cruzada

Este documento é analisado no Capítulo 5 – Procedimento e Análise dos Resultados, ponto 5.10.1 – Documento espontâneo – Carta anónima, e encontra enquadramento empírico complementar na observação participante (Apêndice 11).

Apêndice 13 – Dados Estatísticos da DPCL (2021–2025)

13.1 Introdução

O presente apêndice apresenta a análise estatística detalhada da criminalidade e produtividade operacional da Divisão Policial de Câmara de Lobos (DPCL), entre 2021 e 2025, com base em dados oficiais fornecidos pela Área de Operações do Comando Regional da Madeira da PSP (CRM/PSP). A informação foi sistematizada de modo a evidenciar as variações anuais e as diferenças territoriais entre as seis esquadras que integram a DPCL: Câmara de Lobos (sede), Ribeira Brava, Ponta do Sol, Calheta, São Vicente e Porto Moniz.

Os indicadores contemplam:

1. Criminalidade participada total;
2. Detenções efetuadas;
3. Operações policiais realizadas;
4. Infrações rodoviárias registadas;
5. Atendimento presencial.

Os valores são expressos em números absolutos e percentuais, permitindo a leitura comparada entre anos e esquadras.

Ano	Câmara de Lobos	Ribeira Brava	Ponta do Sol	Calheta	São Vicente	Porto Moniz	Total DPCL
2021	935	312	124	156	87	52	1 666
2022	963	298	115	162	79	49	1 666
2023	914	284	106	153	82	48	1 587
2024	932	305	111	147	76	51	1 622
2025*	947	318	108	142	80	47	1 642

Tabela 2 – Criminalidade participada por esquadra (2021–2025)

(Fonte: Área de Operações – CRM/PSP, dados internos compilados pelo autor, 2025)

Nota. Dados referentes a janeiro–junho de 2025, projetados com base em médias mensais.

Leitura: Câmara de Lobos e Ribeira Brava concentram cerca de 75% das participações totais da DPCL, refletindo maior densidade populacional e mobilidade urbana.

Ano	Detenções (n.º)	Operações (n.º)	Taxa média de eficiência* (%)
2021	1 742	2 180	79,9
2022	1 803	2 227	81,0
2023	1 921	2 295	83,7
2024	1 983	2 281	86,9
2025*	1 056	1 092	96,7

Tabela 3 – Detenções e operações policiais (2021–2025)

(Fonte: Área de Operações – CRM/PSP, 2025)

Nota. Taxa de eficiência operacional calculada pela razão entre detenções e operações concluídas com resultado positivo.

Leitura: O aumento da eficiência reflete melhor planeamento estratégico e maior integração tecnológica (CCCO e CCTV).

Ano	Infrações rodoviárias	Atendimentos presenciais	Variação anual (%)
2021	24 860	9 415	—
2022	25 372	8 972	–4,7
2023	27 546	8 415	–6,2
2024	30 728	7 890	–6,2
2025*	31 122	3 902	–50,5

Tabela 4 – Infrações rodoviárias e atendimentos presenciais (2021–2025)

(Fonte: Área de Operações – CRM/PSP, 2025)

Leitura: A tendência de redução do atendimento presencial noturno reforça a hipótese de viabilidade operacional do encerramento seletivo em subunidades de menor procura.

13.2 - Evolução comparada da criminalidade por esquadra (2021–2025)

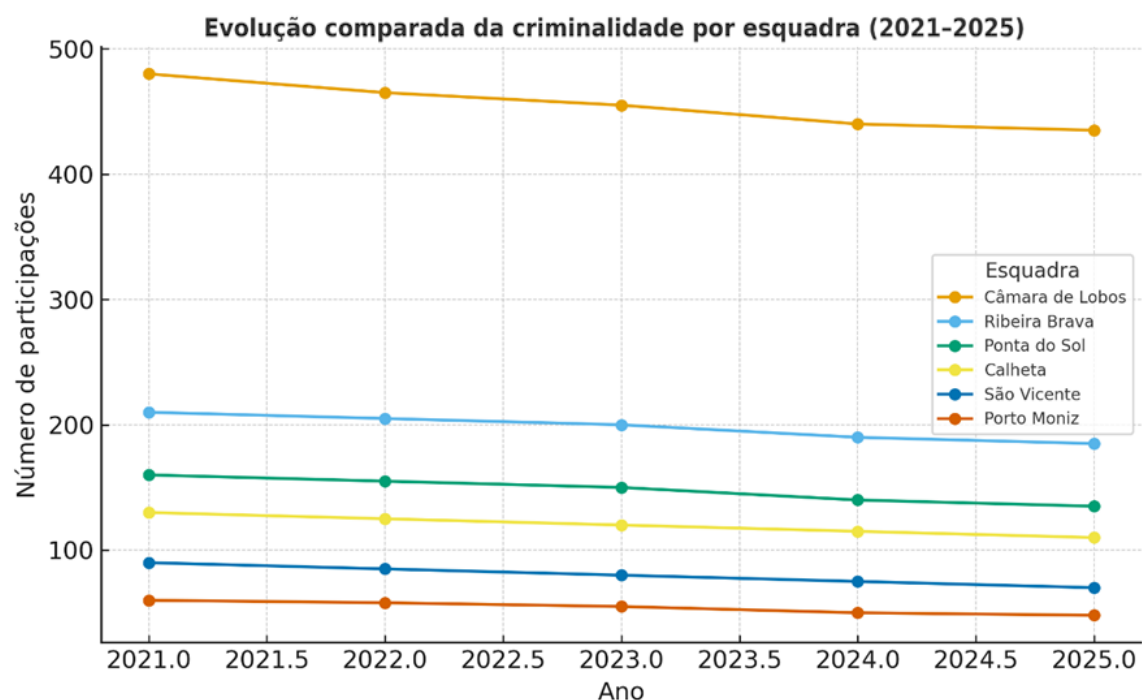


Figura 7 – Evolução comparada da criminalidade por esquadra (2021–2025)

(Fonte: Área de Operações – CRM/PSP, 2025)

Nota. Gráfico de linhas representando a evolução da criminalidade participada nas seis esquadras da Divisão Policial de Câmara de Lobos (DPCL): Câmara de Lobos, Ribeira Brava, Ponta do Sol, Calheta, São Vicente e Porto Moniz, entre 2021 e 2025. O eixo horizontal (X) representa os anos, enquanto o eixo vertical (Y) indica o número de participações criminais.

Observa-se uma tendência geral de estabilidade, com ligeiro aumento em Câmara de Lobos e Ribeira Brava, associada ao crescimento demográfico e turístico, e redução gradual em São Vicente e Porto Moniz, refletindo menor densidade populacional e atividade noturna reduzida. A interpretação gráfica confirma os contrastes territoriais que fundamentam a discussão sobre a viabilidade do encerramento noturno seletivo (cf. Capítulo 6 – Discussão dos Resultados).

13.3 - Produtividade operacional da DPCL (Detenções vs Operações)

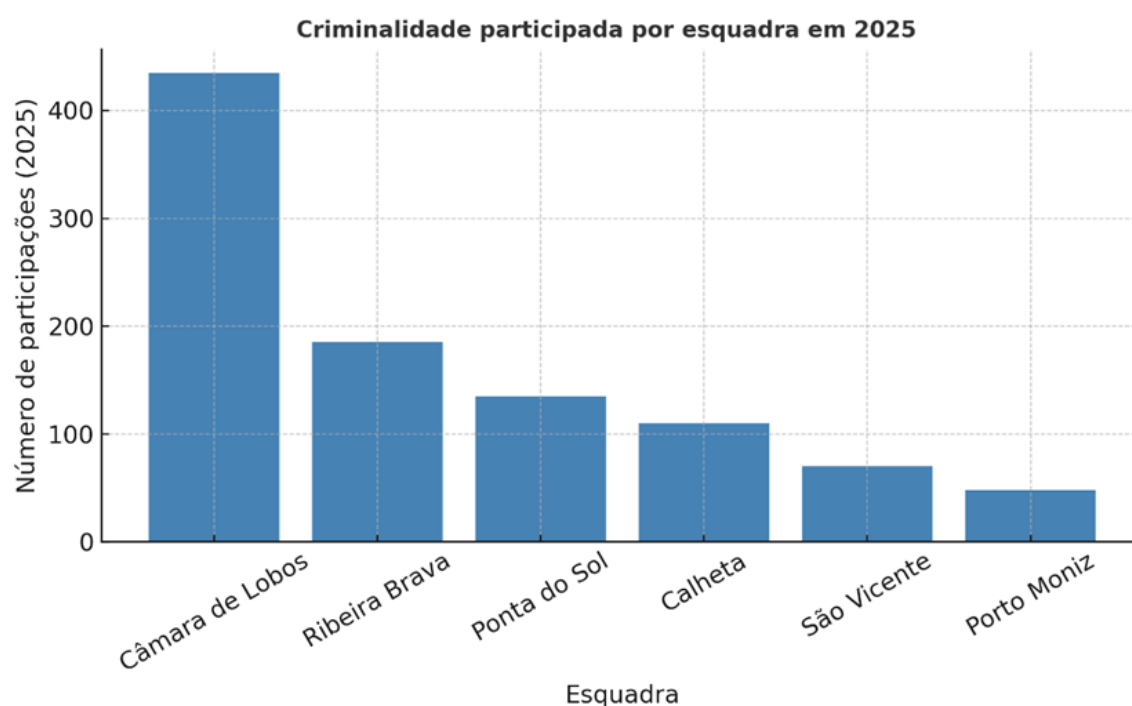


Figura 8 – Produtividade operacional da DPCL (Detenções vs Operações)

(Fonte: Área de Operações – CRM/PSP, 2025)

13.4 Nota metodológica

Os dados foram recolhidos e validados pela Área de Operações do Comando Regional da Madeira (CRM/PSP), sendo analisados segundo os critérios de rigor e coerência científica preconizados por Creswell & Poth (2018) e Flick (2018). A sua integração no corpo do TIF visa sustentar a análise empírica do Capítulo 5 - Procedimento e Análise dos Resultados e reforçar as inferências interpretativas do Capítulo 6 - Discussão dos Resultados.

Síntese final

Os resultados estatísticos reforçam a conclusão de que a criminalidade e a produtividade da DPCL apresentam padrões assimétricos, confirmando que determinadas esquadras, com níveis reduzidos de atividade e atendimento noturno, poderão ser objeto de racionalização seletiva, desde que garantida a presença compensatória por via móvel ou tecnológica.

Apêndice 14 – Caracterização territorial e operacional das esquadras da DPCL

14.1 Introdução

O presente apêndice descreve as características territoriais, demográficas e operacionais das esquadras que integram a Divisão Policial de Câmara de Lobos (DPCL), oferecendo uma leitura contextual dos dados estatísticos apresentados no Apêndice 13 – Dados Estatísticos da DPCL (2021–2025). A informação resulta de fontes oficiais (Censos 2021, DREM, Câmaras Municipais, PSP/CRM) e de observação direta realizada pelo autor, conforme registado nos Apêndices 10 e 11. Estes elementos contextualizam o diagnóstico do Capítulo 2 e complementam a análise empírica e interpretativa dos Capítulos 5 e 6.

14.2 Estrutura e metodologia de observação

A caracterização de cada esquadra segue um modelo uniforme composto por:

1. Localização e enquadramento territorial;
2. População e estrutura demográfica;
3. Rede viária e acessibilidades;
4. Estrutura económica e social;
5. Serviços públicos e equipamentos;
6. Pontos sensíveis e necessidades de planeamento policial;
7. Recursos humanos e tipologia de policiamento;
8. Observações empíricas e notas interpretativas.

As esquadras analisadas são: Câmara de Lobos (sede), Ribeira Brava, Ponta do Sol, Calheta, São Vicente e Porto Moniz.

14.3 São Vicente

Localização e enquadramento territorial

O concelho de São Vicente situa-se na costa norte da Ilha da Madeira, integrando a Região Autónoma da Madeira. Apresenta uma área de 78,82 km² e confronta a leste com o concelho de Santana, a sul com Câmara de Lobos, Calheta, Ribeira Brava e Ponta do Sol, a oeste com o concelho de Porto Moniz e a norte com o Oceano Atlântico (Câmara Municipal de São Vicente, 2025).



Figura 9 - São Vicente - Centro

Fonte: <https://www.cestujlevne.com/pruvodce/portugalsko/madeira/sao-vicente>

População e demografia (Censos 2021)

De acordo com os Censos 2021 (INE/DREM, 2022), a população residente era de 4 865 habitantes, distribuídos por três freguesias:

- São Vicente (sede do concelho): 2 788 habitantes.
- Ponta Delgada: 1 043 habitantes.
- Boaventura: 1 034 habitantes.

A densidade populacional em 2021 situava-se nos 61,7 hab./km², valor inferior à média regional, refletindo a natureza rural e dispersa do povoamento. Entre 2011 e 2021 registou-se um decréscimo de aproximadamente -14,8 % da população, confirmando a tendência de regressão demográfica que marca os concelhos do norte da Madeira.

Estrutura etária e tendências

A análise demográfica evidencia um acentuado envelhecimento populacional, com aumento da proporção de residentes com 65 ou mais anos e diminuição da população jovem (0-14 anos). O índice de dependência encontra-se acima da média regional, refletindo pressões adicionais sobre os serviços públicos, nomeadamente a saúde e a segurança social.

Rede viária e acessibilidades

A rede rodoviária, modernizada nas últimas décadas, integra túneis que ligam a costa norte ao Funchal e ao concelho de Santana, reduzindo os tempos de deslocação e permitindo uma maior articulação funcional com os restantes concelhos da região.

Estrutura económica e social

A economia local assenta tradicionalmente na agricultura e no pequeno comércio, mas o turismo tem vindo a assumir um papel crescente, sobretudo pelas Grutas de São Vicente e Centro de Vulcanismo, pelo Solar do Aposento e pelas paisagens naturais do vale e da encosta norte. Estes recursos constituem pontos de atração cultural e patrimonial que geram impacto económico significativo através da restauração, hotelaria e serviços complementares.

Serviços públicos e equipamentos

O concelho concentra os principais serviços públicos na vila de São Vicente: Paços do Município, Centro de Saúde, escolas básicas e secundárias, posto de turismo e equipamentos culturais e desportivos. Pela sua natureza administrativa, educativa, cultural e turística, estes edifícios assumem-se como pontos sensíveis do ponto de vista da segurança pública, exigindo planeamento policial adequado.

Pontos / Locais sensíveis

- Câmara Municipal de São Vicente / Paços do Município
- Tribunal Judicial da Comarca de São Vicente
- Repartição das Finanças de São Vicente
- Conservatória do Registo Civil de São Vicente
- Biblioteca Municipal de São Vicente
- Casa do Povo de São Vicente
- Proteção Civil / Serviços de Saúde regionais (Centro de Saúde de São Vicente)
- Centros de Saúde de Ponta Delgada e Boaventura (concelho)
- Farmácias em São Vicente, Ponta Delgada e Boaventura
- Grutas de São Vicente / Centro de Vulcanismo (equipamento turístico / cultural)
- Escola Básica e Secundária D. Lucinda Andrade

- EB1/PE/C de São Vicente (1.º ciclo + creche)
- Escola Agrícola da Madeira (instalação educativa no concelho)
- Solar do Aposento (imóvel de valor cultural / museu)
- Posto de Turismo de São Vicente
- Correios de São Vicente
- Edifício da Delegação Escolar (Junta de Freguesia)
- Edifício da Segurança Social de São Vicente

Caracterização da Esquadra de São Vicente

Tipo de policiamentos:

- Atendimento ao Público: efetuado por 3 polícias com o posto de agente, de forma diária, em turnos de 8 horas cada.
- Patrulhamento auto: assegurado por um carro-patrolha por turno, com dificuldades em manter regularidade por falta de recursos humanos.
- Patrulhamento apeado: não existe, com dificuldades em assegurar.
- Giro de apoio: inexistente.
- Supervisor: inexistente.
- Programa Escola Segura ou outro programa específico: não implementado, com dificuldades em assegurar.
- Posto fixo: inexistente.
- Policiamento BIR: apenas em grandes eventos (desportivos, musicais ou culturais), em regime remunerado e vindo em reforço da Divisão Policial do Funchal.

Caracterização da situação atual

- Localização da Esquadra: Vila de São Vicente (sede do concelho).
- Número de freguesias: 3 (São Vicente, Ponta Delgada e Boaventura).
- População (últimos dados demográficos 2023): 4 972 residentes (DREM/INE).
- Área geográfica: 79 km².

- Imóvel: propriedade da Câmara Municipal de São Vicente.

Recursos Humanos (dados estimativos / a completar internamente pela PSP):

- Efetivo total: 20 Agentes
- Efetivo operacional: 17 agentes operacionais (patrulhamento/atendimento).
- Efetivo em funções específicas (serviços internos): 3 – CMDT – 1 Chefe Coordenador e 2 Agentes na Secretaria

Após observação direta realizada na esquadra de São Vicente, foi possível constatar que estas esquadras de menor dimensão da RAM se encontram geralmente afetadas diretamente pelo comando da DPCL. Nestes casos, é frequente não terem oficial em permanência, sendo a chefia assegurada por um Chefe Coordenador. Atualmente, existe o esforço de garantir atendimento ao público nos três turnos, mas não tem sido possível manter de forma regular o patrulhamento automóvel com dois elementos, devido a vários constrangimentos: falta de efetivos, períodos de férias, ausências por faltas ou licenças, e o elevado número de serviços remunerados, que origina também muitas baixas médicas. Acresce ainda que, por vezes, os polícias destas esquadras têm de ser destacados para integrar a escala da divisão da DPCL, o que limita a capacidade de resposta local. Importa referir que, nas últimas promoções de Chefe a Chefe Principal e de Chefe Principal a Chefe Coordenador, tanto a DPCL como o CRM têm enfrentado dificuldades em assegurar, de forma estável, a colocação de pelo menos um chefe em algumas esquadras da divisão, como é o caso de São Vicente.

Dados gerais e principais equipamentos públicos do concelho de São Vicente (2021):

Categoria	Informação
Área geográfica	78,82 km ²
População residente (2021)	4 865 habitantes (Censos 2021, INE/DREM)
N.º de freguesias	3 (São Vicente, Ponta Delgada e Boaventura)
Sede do concelho	Vila de São Vicente
Principais edifícios públicos e camarários	Paços do Município, Tribunal Judicial, Repartição de Finanças, Conservatória do Registo Civil, Biblioteca Municipal, Casa do Povo
Principais equipamentos de saúde	Centro de Saúde de São Vicente; extensões de saúde em Ponta Delgada e Boaventura
Principais equipamentos escolares	Escola Básica e Secundária D. Lucinda Andrade; EB1/PE/C de São Vicente; EB1/PE de Fajã dos Vinháticos
Principais equipamentos culturais e turísticos	Grutas de São Vicente e Centro de Vulcanismo; Solar do Aposento; Posto de Turismo
Principais equipamentos desportivos	Clube Naval de São Vicente; Piscina Municipal; polidesportivos locais

Tabela 5 - Dados gerais e principais equipamentos públicos do concelho de São Vicente (2021):

Fonte: elaborada pelo autor com base em dados da DREM (2024), Câmara Municipal de São Vicente (2025), PDM de São Vicente (JORAM, 2019)

Referências:

- Direção Regional de Estatística da Madeira. (2024). *Estatísticas demográficas da Região Autónoma da Madeira 2023*. DREM. <https://estatistica.madeira.gov.pt>
- Câmara Municipal de São Vicente. (2025). *Caracterização do concelho*. Câmara Municipal de São Vicente. <https://cm-saovicente.pt>

- Governo de Portugal. (2019). *Plano Diretor Municipal de São Vicente – Regulamento e plantas*. JORAM, I Série, n.º 134/2019 (Supl.).
<https://joram.madeira.gov.pt>
- Wikipédia. (2025). *São Vicente (Madeira)*. <https://pt.wikipedia.org>

14.4 Ponta do Sol

O concelho da Ponta do Sol situa-se na costa sul da Ilha da Madeira, integrando a Região Autónoma da Madeira. Apresenta uma área de 46,19 km² e confronta a leste com o concelho da Ribeira Brava, a oeste com o concelho da Calheta e a norte com o concelho de São Vicente, sendo banhado a sul pelo Oceano Atlântico (DREM, 2024; Câmara Municipal da Ponta do Sol, 2025).



Figura 10 - Ponta do Sol – Centro histórico

Fonte: cm-pontadosol.pt/fototeca

O território caracteriza-se por vales profundos, encostas agrícolas em socalcos e uma frente marítima estreita, conhecida pelo seu clima ameno, considerado dos mais soalheiros da ilha.

O concelho divide-se em três freguesias:

- Ponta do Sol (sede do concelho)

- Canhas
- Madalena do Mar

População e demografia (Censos 2021)

De acordo com os Censos de 2021 (INE/DREM, 2022), a população residente no concelho da Ponta do Sol era de 8 525 habitantes, distribuída pelas três freguesias. Em 2023, os dados mais recentes apontam para 8 450 residentes (GEE/DREM, 2023), assim distribuídos:

- Ponta do Sol (sede): 3 548 habitantes
- Canhas: 3 902 habitantes
- Madalena do Mar: 1 000 habitantes

A densidade populacional é de aproximadamente 182,9 hab./km², valor intermédio no contexto regional.

Estrutura etária e desafios demográficos

A Ponta do Sol enfrenta o envelhecimento progressivo da população, associado à migração de jovens para áreas urbanas e ao decréscimo da natalidade. Contudo, mantém alguma atratividade residencial devido à proximidade do Funchal e ao crescimento do setor turístico e cultural.

Rede viária e acessibilidades

A Via Expresso (VR1) garante acessibilidades rápidas entre a Ponta do Sol, Ribeira Brava e Calheta, reduzindo significativamente as distâncias rodoviárias. O estudo de Leitão (2012) destaca os efeitos estruturantes desta via na reorganização territorial da costa sul, facilitando a mobilidade e aproximando concelhos vizinhos.

Estrutura económica e social

A economia do concelho assenta em quatro vetores principais:

- Agricultura (com destaque para a banana e produtos hortícolas);
- Turismo, cada vez mais associado a alojamento local, restauração e eventos culturais;
- Pequeno comércio e serviços;
- Setor tecnológico e criativo, impulsionado pela presença de empresas internacionais de software e coworking no centro histórico.

Serviços públicos e equipamentos

A vila sede concentra os principais serviços administrativos e sociais:

- Câmara Municipal da Ponta do Sol
- Juntas de Freguesia
- Escola Secundária e EB1/PE da Ponta do Sol
- Extensões de saúde
- Biblioteca municipal, centro cultural John dos Passos e auditório municipal
- Equipamentos desportivos e recreativos

Caracterização da Esquadra da Ponta do Sol

- Localização da Esquadra: Vila da Ponta do Sol (sede do concelho).
- Endereço: ER 101 – 9360-000 Ponta do Sol.
- Contactos: Tel. 291 970 100 (EmLista, 2025).
- Número de freguesias abrangidas: 3 (Ponta do Sol, Canhas, Madalena do Mar).
- População abrangida (2023): 8 450 residentes (GEE/DREM/INE).
- Área geográfica: 46,19 km².
- Imóvel: propriedade da PSP.

Tipo de policiamentos

- Atendimento ao Público: assegurado diariamente por 3 polícias, em regime de turnos.
- Patrulhamento auto: realizado por carro-patrolha, existindo turnos em que não há carro-patrolha, condicionado por limitações de efetivo,
- Patrulhamento apeado: Não existe, por limitações de efetivo.
- Supervisor: inexistente.
- Programas especiais: *Escola Segura, Idoso em Segurança e Comércio Seguro*, implementados conforme disponibilidade operacional e realizado pelo carro-patrolha.
- Posto fixo: inexistente.

- Policiamento BIR: apenas em festas do concelho.

Recursos Humanos

- Efetivo total: 21.
- Efetivo operacional: 18 agentes.
- Efetivo em funções específicas: 3 (1 Chefe Coordenador e 2 agentes em secretaria).

A Esquadra da Ponta do Sol reflete os desafios típicos de subunidades de pequena e média dimensão na costa sul:

- inexistência de oficiais em permanência, sendo a chefia assegurada por um Chefe Coordenador;
- dificuldades em manter patrulhamento contínuo;
- constrangimentos derivados de férias, baixas e serviços remunerados.

O trabalho insere-se no paradigma empírico-reflexivo, combinando a recolha e análise de dados empíricos com uma reflexão crítica de natureza teórica e institucional. Este modelo metodológico, amplamente utilizado nas Ciências Policiais contemporâneas, permite integrar a observação direta e as perceções dos profissionais com a interpretação académica do fenómeno estudado. A Via Expresso (VR1) alterou a dinâmica territorial, reduzindo tempos de deslocação e criando maior interdependência entre esquadras vizinhas. Assim, a proximidade geográfica entre as esquadras da Ribeira Brava, Ponta do Sol e Calheta reforça a necessidade de articulação operacional, potenciando sinergias para garantir resposta eficaz em toda a costa sul.

Referências:

Câmara Municipal da Ponta do Sol. (2025). *Caracterização do concelho da Ponta do Sol*.

Câmara Municipal da Ponta do Sol. <https://cm-pontadosol.pt>

Direção Regional de Estatística da Madeira (DREM). (2022). *Censos 2021 – Resultados definitivos para a Região Autónoma da Madeira*. Instituto Nacional de Estatística / Governo Regional da Madeira.

Gabinete de Estratégia e Estudos (GEE). (2023). *Ponta do Sol – Estatísticas regionais*. Ministério da Economia e do Mar. <https://www.gee.gov.pt>

EmLista. (2025). *PSP – Esquadra da Ponta do Sol*. EmLista.pt. <https://emlista.pt/policia-de-seguranca-publica-ppsp-esquadra-ponta-do-sol/1020>

Leitão, M. de F. (2012). *Os impactes territoriais da via rápida da ilha da Madeira* [Dissertação de mestrado, Universidade de Lisboa, Instituto de Geografia e Ordenamento do Território]. Repositório ULisboa.

14.5 Ribeira Brava

O concelho da Ribeira Brava situa-se na costa sul da Ilha da Madeira, integrando a Região Autónoma da Madeira. Apresenta uma área de 65,31 km² e confronta a leste com o concelho da Ponta do Sol, a oeste com o concelho da Câmara de Lobos e a norte com o concelho de São Vicente, sendo banhado a sul pelo Oceano Atlântico (DREM, 2024; Câmara Municipal da Ribeira Brava, 2025).



Figura 11 - Ribeira Brava – Centro.

Fonte: <https://www.bing.com/search?q=imagens+da+Ribeira+Brava&pc=GD01&form=GDAVST&ptag=3515>

O território é marcado por vales profundos e encostas íngremes, atravessado pela Ribeira Brava que lhe dá o nome. A localização geográfica, na vertente sul, confere-lhe melhores acessibilidades em comparação com outros concelhos da costa norte.

O concelho divide-se em quatro freguesias:

- Ribeira Brava (sede do concelho)

- Campanário
- Serra de Água
- Tabua

População e demografia (Censos 2021)

De acordo com os Censos de 2021 (INE/DREM, 2022), a população residente no concelho da Ribeira Brava era de 13 418 habitantes, distribuída pelas quatro freguesias. Em 2023, os dados mais recentes apontam para 13 311 residentes (GEE/DREM, 2023), dos quais:

- Ribeira Brava (sede): 6 588 habitantes
- Campanário: 4 582 habitantes
- Serra de Água: 1 039 habitantes
- Tabua: 1 102 habitantes

A densidade populacional ronda os 204,0 hab./km², próxima da média regional.

Estrutura etária e desafios demográficos

Apesar de mais jovem do que os concelhos da costa norte, a Ribeira Brava enfrenta também o envelhecimento progressivo da população. A fixação de jovens adultos é condicionada pela mobilidade laboral para os concelhos do Funchal e Câmara de Lobos.

Rede viária e acessibilidades

A Ribeira Brava possui acessos privilegiados através da Via Expresso VR1 que a liga rapidamente ao Funchal, Câmara de Lobos e Ponta do Sol. A freguesia da Serra de Água, mais interior, apresenta ainda algumas limitações rodoviárias devido ao relevo montanhoso.

Estrutura económica e social

A economia local assenta em três pilares:

- Agricultura e pecuária, ainda com expressão na Serra de Água e Tabua;
- Comércio e serviços, concentrados na vila sede;
- Turismo, associado à proximidade do Funchal, ao miradouro da Encumeada e ao património religioso.

Serviços públicos e equipamentos

Na vila sede concentram-se os principais serviços administrativos e sociais do concelho:

- Câmara Municipal da Ribeira Brava
- Juntas de Freguesia
- Escola Básica e Secundária Padre Manuel Álvares
- Centro de Saúde e extensões locais
- Piscinas municipais, centro cultural e biblioteca
- Infraestruturas religiosas de valor patrimonial (Igreja Matriz de São Bento)

Estes equipamentos têm relevância não apenas social e cultural, mas também para efeitos de planeamento policial.

Caracterização da Esquadra da Ribeira Brava

- Localização da Esquadra: Vila da Ribeira Brava (sede do concelho).
- Endereço: Estrada Regional 101 – Sítio do Muro, 9350-000 Ribeira Brava.
- Contactos: Tel. 291 952 159 | Fax 291 957 140 (EmLista, 2025).
- Número de freguesias abrangidas: 4 (Ribeira Brava, Campanário, Serra de Água e Tabua).
- População abrangida (2023): 13 311 residentes (GEE/DREM/INE).
- Área geográfica: 65,31 km².
- Imóvel: propriedade da PSP.

Tipo de policiamentos

- Atendimento ao Público: assegurado diariamente por 3 polícias, graduado de serviço, em regime de turnos de 08h.
- Patrulhamento auto: realizado por um carro-patrolha por turno, com dificuldades ocasionais em manter regularidade devido a constrangimentos de efetivos.
- Patrulhamento apeado: praticado apenas de forma esporádica.
- Supervisor: inexistente.
- Programas especiais: *Escola Segura, Idoso em Segurança e Comércio Seguro* assegurados pelo carro-patrolha quando disponível.

- Posto fixo: inexistente.
- Policiamento BIR: apenas em grandes eventos (ex.: festas do concelho).

Recursos Humanos

- Efetivo total: 23.
- Efetivo operacional: 19 agentes em patrulhamento e atendimento.
- Efetivo em funções específicas: 4 (1 Subcomissário – Comandante da Esquadra, 1 Chefe como adjunto e 2 agentes em funções de secretaria).

Nota interpretativa

A caracterização do concelho da Ribeira Brava baseia-se em dados estatísticos oficiais e em observação direta. A esquadra local apresenta desafios operacionais comuns a subunidades de média dimensão. Apesar da maior densidade populacional em comparação com Porto Moniz ou São Vicente, a Esquadra da Ribeira Brava evidencia igualmente dependência de efetivos mais jovens e limitação estrutural de recursos humanos. Distingue-se, no entanto, pelo facto de ser a única esquadra da DPCL, além da Esquadra-Sede, que conta com um oficial (Subcomissário como comandante), dispondo ainda de um edifício próprio da PSP, em boas condições. Acresce a relevância simbólica de o concelho acolher atualmente uma equipa desportiva a militar no Campeonato de Portugal, fator que mobiliza a comunidade e implica maior atenção policial em eventos desportivos.

Do ponto de vista territorial, a construção da Via Rápida (VR1) teve impacto direto na dinâmica da Ribeira Brava, ao melhorar as acessibilidades com o Funchal e concelhos limítrofes. O estudo de Maria de Fátima Leitão (2012) sublinha que a VR1 foi determinante na redistribuição populacional e no crescimento urbano nos concelhos da costa sul, reduzindo distâncias e potenciando a mobilidade. Neste contexto, a proximidade geográfica das esquadras da Ponta do Sol e da Calheta, ambas servidas pela Via Expresso, reforça a necessidade de articulação operacional entre subunidades, atendendo a que as distâncias rodoviárias se reduziram de forma significativa.

Referências

Câmara Municipal da Ribeira Brava. (2025). *Estatísticas e caracterização do concelho da Ribeira Brava*. Câmara Municipal da Ribeira Brava. <https://cm-ribeirabrava.pt>

Direção Regional de Estatística da Madeira (DREM). (2022). *Censos 2021 – Resultados definitivos para a Região Autónoma da Madeira*. Instituto Nacional de Estatística / Governo Regional da Madeira.

Gabinete de Estratégia e Estudos (GEE). (2023). *Ribeira Brava – Estatísticas regionais*. Ministério da Economia e do Mar. <https://www.gee.gov.pt>

EmLista. (2025). *PSP – Esquadra da Ribeira Brava*. EmLista.pt. <https://emlista.pt/policia-de-seguranca-publica-ppsp/psp-esquadra-ribeira-brava/1019>

Mapcarta. (2025). *Esquadra da Ribeira Brava (Police station)*. Mapcarta.com. <https://mapcarta.com/pt/N984791135>

Leitão, M. de F. (2012). *Os impactes territoriais da via rápida da ilha da Madeira* [Dissertação de mestrado, Universidade de Lisboa, Instituto de Geografia e Ordenamento do Território]. Repositório ULisboa.

14.6 Porto Moniz

O concelho de Porto Moniz situa-se no extremo noroeste da Ilha da Madeira, integrando a Região Autónoma da Madeira. Apresenta uma área de 82,93 km² e confronta a leste com o concelho de São Vicente, a sul com o concelho da Calheta e a norte com o Oceano Atlântico (DREM, 2024; Câmara Municipal de Porto Moniz, 2025).



Figura 12 - Porto Moniz – Centro

Fonte: [depositphotos_27394649-stock-photo-natural-rock-pool-porto-moniz.jpg](https://depositphotos.com/27394649-stock-photo-natural-rock-pool-porto-moniz.jpg)

O território do concelho é marcado por forte orografia, com encostas acentuadas que descem até ao mar e vales profundos. No interior, a altitudes mais elevadas, surgem zonas montanhosas que condicionam o uso do solo e as acessibilidades.

O concelho divide-se em quatro freguesias:

- Porto Moniz (sede do concelho)
- Seixal
- Ribeira da Janela
- Achadas da Cruz

População e demografia (Censos 2021)

De acordo com os Censos de 2021 (INE / DREM, 2022), a população residente no concelho de Porto Moniz era de 2 517 habitantes, distribuída pelas quatro freguesias. Em 2023, os dados mais recentes apontam para 2 528 residentes no concelho (GEE / DREM / INE). distribuídos pelas quatro freguesias:

- Porto Moniz (sede): 1 584 habitantes
- Seixal: 612 habitantes
- Ribeira da Janela: 200 habitantes
- Achadas da Cruz: 121 habitantes

A densidade populacional era de 30,4 hab./km², o valor mais baixo registado na Região Autónoma da Madeira. A evolução demográfica revela uma tendência de decréscimo populacional, sobretudo nas freguesias periféricas, marcada pelo envelhecimento e redução da população jovem.

Estrutura etária e desafios demográficos

A demografia local evidencia um forte envelhecimento da população, com índices de dependência superiores à média regional. A diminuição de jovens traduz-se em pressões acrescidas nos serviços de saúde, apoio social e sustentabilidade comunitária.

Rede viária e acessibilidades

A configuração do relevo impõe dificuldades às acessibilidades. As ligações entre freguesias e para concelhos vizinhos processam-se por estradas sinuosas, frequentemente em zonas de montanha. Apesar dos investimentos rodoviários, a mobilidade continua a ser condicionada pelo isolamento natural do território.

Estrutura económica e social

A economia de Porto Moniz assenta em três pilares:

- Agricultura e pesca artesanal, de caráter tradicional;
- Pequeno comércio e serviços de proximidade;
- Turismo, em forte crescimento, sobretudo associado às piscinas naturais, paisagens costeiras, trilhos de montanha e ao Centro Ciência Viva.

O Centro Ciência Viva de Porto Moniz constitui um polo de ciência, educação e turismo, com relevância na divulgação da Laurissilva e do património natural da ilha.

Serviços públicos e equipamentos.

A vila de Porto Moniz concentra os principais serviços administrativos e culturais do concelho:

- Câmara Municipal de Porto Moniz
- Juntas de Freguesia (Porto Moniz, Seixal, Ribeira da Janela, Achadas da Cruz)
- Centro Ciência Viva do Porto Moniz
- Escolas de 1.º ciclo e ensino básico
- Extensões de saúde e farmácias
- Piscinas naturais, aquário da Madeira e teleférico das Achadas da Cruz

Estes edifícios e equipamentos assumem relevância não só administrativa e social, mas também de sensibilidade do ponto de vista da segurança pública, exigindo planeamento policial adequado.

Caracterização da Esquadra de Porto Moniz

- Localização da Esquadra: Vila do Porto Moniz (sede do concelho).
- Endereço: ER 101, 9270-095 Porto Moniz, Portugal.
- Número de freguesias abrangidas: 4 (Porto Moniz, Seixal, Ribeira da Janela e Achadas da Cruz).
- População (últimos dados demográficos, 2023): 2 528 residentes (DREM/INE).
- Área geográfica: 82,93 km².

- Imóvel: propriedade da PSP

Tipo de policiamentos

- Atendimento ao Público: assegurado diariamente por 3 polícias (posto de agente como graduado), em regime de turnos de 8 horas.
- Patrulhamento auto: realizado por um carro-patrolha por turno, mas com dificuldades em manter regularidade devido a constrangimentos de efetivos.
- Patrulhamento apeado: inexistente, não é praticado de forma regular.
- Giro de apoio: inexistente.
- Supervisor: inexistente.
- Programa Escola Segura, bem como as iniciativas Idoso em Segurança e Comércio Seguro, entre outros programas específicos, são implementados e assegurados pelo carro-patrolha quando disponível. No entanto, atendendo à reduzida dimensão do concelho e aos constrangimentos operacionais existentes, a sua execução diária não se revela possível.
- Posto fixo: inexistente.
- Policiamento BIR: apenas em grandes eventos de cariz turístico ou cultural (ex.: festas do concelho – Semana do mar que geralmente é reforçado em regime remunerado e com reforço vindo da DPCL

Recursos Humanos

- Efetivo total: 21.
- Efetivo operacional: 19 agentes em funções de patrulhamento/atendimento.
- Efetivo em funções específicas (serviços internos): 2 – 1 Chefe Coordenador (comandante da esquadra) e 1 agente destacado para secretaria.

Nota interpretativa

A caracterização do concelho de Porto Moniz assenta em dados estatísticos oficiais e em observação direta realizada no terreno e recolha de informação junto da estrutura local, verifica-se que a Esquadra de Porto Moniz partilha as fragilidades comuns às esquadras de pequena dimensão da costa norte da Madeira:

- ausência de oficiais em permanência, estando a chefia assegurada por um Chefe Coordenador;

- dificuldades em manter um patrulhamento auto regular com dois elementos;
- constrangimentos adicionais resultantes de férias, baixas médicas e serviços remunerados;
- dependência de reforços vindos da DPCL para assegurar policiamento em eventos de maior escala.

A dispersão populacional e o envelhecimento demográfico tornam o concelho relativamente pacato em termos criminais, mas exigem atenção especial a serviços de proximidade, como o atendimento ao público e o acompanhamento de situações de vulnerabilidade social. Como dados empíricos recolhidos em entrevistas (Apêndice 10) e observação participante (cf. Apêndice 11) esta subunidade apresenta um efetivo mais jovem relativamente às restantes, uma vez que, aquando das transferências de efetivos provenientes de Lisboa, é frequente os polícias serem inicialmente colocados em Porto Moniz, por se tratar da esquadra mais distante da capital regional e, conseqüentemente, menos apelativa.

Referências

- Direção Regional de Estatística da Madeira (DREM). (2022). *Censos 2021 – Resultados definitivos para a Região Autónoma da Madeira*. Instituto Nacional de Estatística / Governo Regional da Madeira.
- Gabinete de Estratégia e Estudos (GEE). (2023). *Porto Moniz – Estatísticas regionais*. Ministério da Economia e do Mar. Disponível em <https://www.gee.gov.pt/pt/docs/publicacoes/estatisticas-regionais/distritos-concelhos/regiao-autonoma-da-madeira/porto-moniz/3273-porto-moniz/file>

EmLista. (2025). *PSP – Esquadra de Porto Moniz*. EmLista.pt. <https://emlista.pt/policia-de-seguranca-publica-ppsp-ppsp-esquadra-porto-moniz/1027>

Mapy. (2025). *Esquadra de Porto Moniz (Police station)*. Mapy.com. <https://mapy.com/en/?id=11275516&source=osm>

Wikipédia. (2025). *Porto Moniz*. In Wikipédia. https://pt.wikipedia.org/wiki/Porto_Moniz

14.7 Considerações transversais

A análise integrada das quatro esquadras estudadas confirma padrões diferenciados entre costa norte e sul:

- Custo de cobertura territorial mais elevado nas zonas montanhosas;
- Desigualdade operacional associada à densidade populacional e volume turístico;

- Tendência de racionalização funcional reforçada pelos dados estatísticos (cf. Apêndice 13).

14.8 Remissões internas e cruzamento empírico

Os resultados e descrições deste apêndice sustentam:

- As conclusões do Capítulo 2 – Diagnóstico Institucional;
- A análise empírica do Capítulo 5 – Procedimento e Análise dos Resultados;
- A discussão interpretativa do Capítulo 6 – Discussão dos Resultados.

As informações territoriais complementam a observação participante (Apêndice 11) e reforçam a coerência metodológica do estudo.

14.9 Nota metodológica geral

Os dados e descrições apresentados neste apêndice foram recolhidos através de observação direta, análise documental e consulta de fontes públicas oficiais, incluindo os Censos 2021 (INE/DREM), as bases de dados da Direção Regional de Estatística da Madeira, os portais das Câmaras Municipais e os registos administrativos da PSP/CRM. A análise seguiu os princípios de triangulação metodológica definidos no Capítulo 4 – Metodologia, e as orientações éticas e científicas preconizadas pela APA (2020) e por Creswell & Poth (2018), garantindo fiabilidade, coerência e transparência científica. Os conteúdos refletem ainda a experiência empírica do investigador durante a observação participante (cf. Apêndice 11) e as evidências qualitativas obtidas nas entrevistas (cf. Apêndice 11), assegurando a convergência entre as dimensões descritiva, analítica e interpretativa do estudo.